

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Keila Cristina de Souza Soares

**“FORMAS DE MATAR E MORRER”: O LUTO PELOS CORPOS
DESAPARECIDOS E O LUTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE
CACHOEIRA DO CHORO PELO RIO PARAÓPEBA**

Belo Horizonte

2023

KEILA CRISTINA DE SOUZA SOARES

“FORMAS DE MATAR E MORRER”: O LUTO PELOS CORPOS DESAPARECIDOS E O LUTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE CACHOEIRA DO CHORO PELO RIO PARAÓPEBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Aderval Costa Filho

Belo Horizonte

2023

306	Soares, Keila Cristina de Souza.
S676f	"Formas de matar e morrer" [manuscrito] : o luto pelos corpos desaparecidos e o luto dos moradores da Comunidade Cachoeira do Choro pelo rio Paraopeba / Keila Cristina de Souza Soares. - 2023.
2023	171 f.
	Orientador: Aderval Costa Filho.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Antropologia – Teses. 2. Luto – Teses 3. Desastres ambientais - Teses. I. Costa Filho, Aderval. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Antropologia de Keila Cristina de Souza Soares (MATRÍCULA N.º 2020650414)

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se às 16:00 horas, por meio de videoconferência - plataforma *Zoom*, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Dissertação intitulada: "FORMAS DE MATAR E MORRER": O LUTO PELOS CORPOS DESAPARECIDOS E O LUTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE CACHOEIRA DO CHORO PELO RIO PARAÓPEBA requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: Aderval Costa Filho (PPGAN/UFMG) – Orientador, Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG), Marcos Cristiano Zucarelli (UFMG e Museu Nacional/UFRJ). Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Aderval Costa Filho, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestrande, Keila Cristina de Souza Soares, para apresentação da sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestrande, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 07 de agosto de 2023.

Membros da Comissão Examinadora:

Aderval Costa Filho (PPGAN/UFMG) – Orientador

Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG)

Marcos Cristiano Zucarelli (UFMG e Museu Nacional/UFRJ)



Documento assinado eletronicamente por **Aderval Costa Filho, Professor do Magistério Superior**, em 08/08/2023, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cristiano Zucarelli, Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Viana Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 08/08/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Aos familiares das vítimas do rompimento da barragem no Córrego do Feijão, aos moradores da Cachoeira do Choro, e a todos os atingidos que compartilharam comigo suas histórias de luto e luta.

AGRADECIMENTOS

Um dos anseios mais profundos que acalentam minha vida é jamais cessar de aprender. Não ambiciono riquezas materiais que só um bom tanto de dinheiro possa comprar. Meu desejo sincero é saciar a sede de conhecimento, mergulhar nas páginas dos livros, nas cenas dos filmes, nas melodias das músicas, nas rimas das poesias, nas histórias de vida e nas vivências diárias com meus alunos. Agora, no ápice dos meus 43 anos, anseio por um saber que transcenda o acadêmico, um aprendizado que me torne uma mulher sábia.

Nessa senda perene em busca do saber, é imprescindível expressar minha gratidão à minha mãe, que sempre sonhou por mim e insuflou em meu ser coragem para prosseguir nos estudos. Hoje, eu honro seu legado, realizando por mim mesma o que ela não teve a oportunidade de fazer por si.

Agradeço com todo o meu coração, ao meu pai, que me apresentou o rio Paraopeba e por ser o meu melhor amigo e protetor.

Minha gratidão se estende aos meus cunhados, que, apesar das dificuldades e temores que enfrentamos, incentivaram-me a persistir nos estudos. A eles, sou devedora de um reconhecimento especial. E não posso deixar de mencionar meu orientador, Aderval, cujas palavras de incentivo e afeto moldaram minha jornada.

Por fim, levo em meu coração os agradecimentos mais profundos e um amor sem medidas ao meu esposo, Deo. Sem sua presença, o mundo seria um fardo insustentável, e minha existência, envolta em tristeza.

Que minha ânsia por aprendizado jamais se atenuar, que meu espírito se renove com cada descoberta, que a sabedoria floresça em cada passo meu e que a gratidão seja sempre expressa de forma certa.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegria ainda no meio da tristeza! (Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas, 1956)

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a tragédia ocorrida em Brumadinho em janeiro de 2019, quando a Barragem de Rejeitos controlada pela Vale S.A. se rompeu, resultando em uma devastação e na perda de centenas de vidas. O estudo concentra-se nos diferentes tipos de luto experimentados pelas pessoas afetadas pelo rompimento da barragem. São analisados dois processos distintos de luto: o primeiro envolve aqueles que tiveram os corpos de seus familiares desaparecidos na lama, enquanto o segundo diz respeito ao luto dos moradores da Cachoeira do Choro devido à morte do Rio Paraopeba, resultante dos rejeitos liberados durante o desastre.

Os dados e análises apresentados nesta dissertação têm o propósito de ampliar a compreensão sobre o desastre causado pela Vale S.A., revelando diferentes aspectos das perdas, dores e lutos vivenciados por uma comunidade rural cuja vida estava profundamente ligada ao Rio Paraopeba em termos econômicos, sociais e culturais. Além disso, também enfatizamos as angústias e tristezas dos familiares que enfrentaram a impossibilidade ou demora em realizar os rituais de despedida de seus entes queridos.

Palavras-chave: Mineração; Luto; Brumadinho; Cachoeira do Choro; Vale S.A.; Desastre.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the tragedy that occurred in Brumadinho in January 2019, when the Vale S.A.-controlled Tailings Dam collapsed, resulting in devastation and the loss of hundreds of lives. The study delves into the different types of mourning experienced by those affected by the dam's rupture. Two distinct processes of mourning are analyzed: the first involves those who had their loved ones' bodies disappear in the mud, while the second pertains to the mourning of the residents of Cachoeira do Choro due to the death of the Paraopeba River, resulting from the released tailings during the disaster. The data and analyses presented in this dissertation aim to broaden the understanding of the disaster caused by Vale S.A., revealing different aspects of the losses, grief, and mourning experienced by a rural community whose life was deeply connected to the Paraopeba River in economic, social, and cultural terms. Additionally, we emphasize the anguish and sorrow of the family members who faced the impossibility or delay in conducting farewell rituals for their loved ones.

Keywords: Mining; Grief; Brumadinho; Cachoeira do Choro; Vale S.A; Disaster.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: exato momento do rompimento da barragem de Brumadinho.....	23
Figura 2: Barragem da Mineração Rio Verde.	34
Figura 3: Várzea do Rio Muriaé tomada pela lama.....	35
Figura 4: Cidade de Miraf inundada pela lama.....	35
Figura 5: rompimento da barragem que matou 3 pessoas.	37
Figura 6: Bento Rodrigues após ser atingido pelo rompimento da barragem.	39
Figura 7: Rua de Bento Rodrigues, em Mariana, após o rompimento da barragem do Fundão, em 2015.	39
Figura 8: Cruzes em Bento Rodrigues, município de Mariana (MG), lembram os mortos que foram vítimas do rompimento da barragem da Samarco.....	39
Figura 9: Rio Doce, antes e depois da lama.	40
Figura 10: Lama de rejeitos da barragem da Samarco chega ao mar.	40
Figura 11: Quebra da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho	42
Figura 12: Valor do Mercado da Vale.	43
Figura 13: Descrição sobre atividades no site da Vale.....	44
Figura 14: Descrição sobre atividades no site da Vale.....	44
Figura 15: Descrição sobre reparação no site da Vale	45
Figura 16: Descrição sobre diálogo no site da Vale	45
Figura 17: Descrição sobre desenvolvimento no site da Vale.....	45
Figura 18: Descrição sobre propósitos e valores da empresa, no site da Vale	46
Figura 19: Descrição sobre as vantagens da mineração no site da Vale.	49
Figura 20: Trajeto da lama no Rio Paraopeba.	61
Figura 21: Imagem recebida via WhatsApp, de Ana, funcionária da Vale S.A.....	62
Figura 22: área onde os corpos, cobertos de lama, chegavam de Brumadinho e eram lavados. A pintura branca original desapareceu.	70
Figura 23: localização aldeias pataxó e pataxó Hã-Hã-Hãe.	81
Figura 24: indígenas Pataxó Hã-hã-hãe se banham no rio Paraopeba, antes do rompimento .	83
Figura 25: quando pesquei um mandi em 2012, no rio Paraopeba.	84
Figura 26: Lama atingindo a zona rural de Brumadinho.....	87
Figura 27: Peixe encontrado em região onde se localiza a pousada Nova Estância, soterrada pela lama, em Brumadinho.....	88
Figura 28: vaca presa na lama na Comunidade de Casa Grande.....	88
Figura 29: Homem olha destruição causada por rompimento de barragem em Brumadinho ..	91
Figura 30: vista aérea do Rio Paraopeba, antes e depois de ser atingido pela lama.....	93
Figura 31: pataxó mostra peixe morto após a lama atingir o rio Paraopeba.	97
Figura 32: Localização Cachoeira do Choro.	103
Figura 33: Cachoeira do Choro, em 2012.....	104
Figura 34: Bar das Latinhas.....	110
Figura 35: Bar das Latinhas com a presença de um único cliente.....	110
Figura 36: Freezer e estufas vazios.....	110
Figura 37: Freezer e estufas vazios.....	110
Figura 40: Caixa d'água da cada de dona Iraci.	113
Figura 41: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio	117
Figura 42: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio	117
Figura 43: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio	117
Figura 44: Márcia exhibe o peixe que seu esposo, Emanuel havia pescado, antes do rompimento.....	118

Figura 45: pôr do sol em Comunidade Cachoeira do Choro	119
Figura 46: lama onde antes era areia	123
Figura 47: lama onde antes era areia.	123
Figura 48: Lama densa onde antes havia areia.	124
Figura 49: Lama densa onde antes havia areia.	124
Figura 50: Peixe morto, após o rio ser atingido pela lama.	124
Figura 51: Almoço servido na casa de Manuel, Cachoeira do Choro.	127
Figura 52: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.....	128
Figura 53: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.....	128
Figura 54: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.....	128
Figura 55: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.....	128
Figura 56: passeio de barco, no Rio Paraopeba.....	129
Figura 57: águas cristalinas do Rio Paraopeba, antes do rompimento.	129
Figura 58: Pequena mercearia fechada após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.	132
Figura 59: Terreno à venda, após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.	132
Figura 60: Casa à venda após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.	132
Figura 61: Casa à venda após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.	132
Figura 62: área de camping na Comunidade Cachoeira do Choro, em 2012.	135
Figura 63: área de camping na Comunidade Cachoeira do Choro, em 2012.	135
Figura 64: Bar Da Ponte na Comunidade Cachoeira do Choro.....	135
Figura 65: Bar Da Ponte na Comunidade Cachoeira do Choro.....	135
Figura 66: Ponte que dá acesso ao Bar e à Cachoeira do Choro.	135
Figura 67: Shopping das Minhocas, às margens da BR 040, em 2012	136
Figura 68: Meu pai indo comprar iscas para pescaria no Shopping das Minhocas.....	136
Figura 69: Terreno onde foi construída a casa dos meus pais.....	136
Figura 70: meu pai e esposo realizando a medição do terreno, na Comunidade Cachoeira do Choro.	136
Figura 71: Casa sendo construída, em 2012.	137
Figura 72: Casa sendo construída, com o Rio Paraopeba ao fundo.	137
Figura 73: Casa totalmente construída, em 2013.	137
Figura 74: Vista do terreno para o Rio Paraopeba.....	137
Figura 75: Meu pai pescando no Rio Paraopeba, em 2012.	138
Figura 76: Eu e meu pai, escando no Rio Paraopeba em 2012.	138
Figura 77: Meu esposo pescando no Rio Paraopeba em 2014.	138
Figura 78 Meu esposo e nosso cachorro no Rio Paraopeba.	138
Figura 79: Banho no Rio Paraopeba com meu cachorro em 2018.	138
Figura 80: Meu esposo e nosso cachorro no rio Paraopeba.	138
Figura 81: Banho no Rio Paraopeba com meu cachorro em 2018.	138
Figura 82: Meu sobrinho aprendendo a pesca rno Rio Paraopeba.	139
Figura 83: Figura 75: Meu esposo se banhando no Rio Paraopeba em 2017.....	139
Figura 84: Eu e meu esposo em banho no Rio Paraopeba em 2017.....	139
Figura 85: Meu sobrinho mostrando um mandí que pescou.	139
Figura 86: Meu pai pescando na Cachoeira do Choro.....	139
Figura 87: Meu pai passando pelas pedras para chegar à Cachoeira.....	139
Figura 88: Cachoeira do Choro em 2018.....	140
Figura 89: Figura 80: Meu esposo pescando um mandí em 2012, no Rio Paraopeba.....	140
Figura 90: Mandí pescado no Rio Paraopeba em 2012.	140
Figura 91: Presença de aves na Cachoeira do Choro em 2018.....	140

Figura 92: Meu primo brincando no rio Paraopeba em 2016.....	140
Figura 93: Cachoeira do Choro em 2016.....	140
Figura 94: placa de informação da Vale na Comunidade Cachoeira do Choro	143
Figura 95: Mato invadindo a entrada da casa do meu pai, em 2022.	144
Figura 96: Mato invadindo a entrada da casa do meu pai, em 2022.	145
Figura 97: Casa do meu pai, com o mato invadindo, em 2022.	145
Figura 98: Peixe morto, após a lama chegar ao rio Paraopeba. Imagem recebida via WhatsApp	145
Figura 99: lama nas margens do Rio Paraopeba em 2022.....	145
Figura 100: Presença constante de técnicos que analisam as águas do Rio Paraopeba, após o rompimento.....	146
Figura 101:Rio Paraopeba após ser atingido pela lama em 2019. .Imagem recebida via WhatsApp	146
Figura 102: Moradores da Cachoeira do choro protestam.	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características Técnicas das Barragens.....	17
Tabela 2: Classificação de Dano Potencial.....	18
Tabela 3: Classificação de Categoria de Risco da Barragem.....	19

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

AVABRUM - Associação dos Familiares de Vitimas e Atingidos da Tragédia do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho

CT - Características técnicas

CRI- Categoria de Risco da Barragem

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral

CDP - Classificação de Dano Potencial

DDM – Discurso do Desenvolvimento pela Mineração

DPA - Dano Potencial da Barragem

EC - conservação do empreendimento

FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

IGAM- Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IML - Instituto Médico Legal

MBR - Minerações Brasileiras Reunidas S/A

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OMS – Organização Mundial de Saúde

OS - Documentação Sobre a Segurança

PSB - Plano de Segurança da Barragem

PNSB – Plano Nacional de Segurança de Barragens

SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens

OSC - Organizações da Sociedade Civil

TAP - Termos de Acordo Preliminar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 - BREVE HISTÓRICO DOS DESASTRES CAUSADOS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS MINERADORES NO BRASIL	28
1.1 Das formas de matar dos empreendimentos minerários	31
1.2 - A Mineradora Vale S. A: apesar de tudo, o lucro.....	42
1.3 Mineração, evento crítico e efeitos derrames.....	46
2 – AS VÁRIAS FORMAS POSSÍVEIS DE MATAR E MORRER: O DESASTRE DE BRUMADINHO	53
2.1 O desastre: A morte chegou e ficou	58
3 - BREVE BIOGRAFIA DE UM RIO, DESASTRE E MORTE.....	79
3.1 O Território, as relações humanas e a lama	85
3.2 A Morte invadiu o Rio Paraopeba.....	92
3.3 A Comunidade Cachoeira do Choro e o luto pelo Rio Paraopeba.....	103
3.4 Morte lenta: luto pelo rio, desencanto, adoecimento e suicídio.....	106
3. 4. 1 Meu pai e seu sonho destruído pela Vale S.A.....	133
4 - O LUTO TRANSFORMADO EM VERBO: LUTA POR REPARAÇÃO E DIGNIDADE DO ATINGIDOS DE BRUMADINHO E DA COMUNIDADE CACHOEIRA DO CHORO	148
CONCLUSÃO	156
5 - REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

Em 25 de janeiro de 2019, “a morte fez-se presente” com grande fúria e devastação para centenas de famílias da cidade de Brumadinho, distante 65 km de Belo Horizonte/MG. O rompimento da Barragem de Rejeitos, classificada como de "Baixo risco" e "Alto Potencial de Danos", controlada pela Vale S. A., localizada então na região de Córrego de Feijão, deixou um rastro de destruição com quase 300 mortos e dezenas de desaparecidos.

A tragédia de Brumadinho foi classificada como um dos maiores desastres industriais, ambientais, trabalhistas e humanitários do mundo. Até a presente data três pessoas ainda estão desaparecidas

De acordo com o Plano Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), o processo de classificação da barragem é realizado por meio de duas características: a Categoria de Risco da Barragem (CRI) e a Classificação do Dano Potencial da Barragem (DPA). Por essas características é que as barragens têm seu risco e potencial de destruição analisados. No caso da CRI as barragens são classificadas como Alto, Médio ou Baixo Risco e essa classificação é obtida em função das características técnicas (CT), do estado de conservação do empreendimento (EC) e do atendimento à documentação sobre a segurança, no caso, o Plano de Segurança da Barragem (PSB). Cada um desses três parâmetros se divide em níveis com pesos ponderados.

As características técnicas são relacionadas de acordo com somatória da altura, material utilizado na construção, idade da fundação e vazão, como exemplificadas na tabela abaixo, de acordo com o PNSB:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS (CT)					
ALTURA (a)	COMPRIMENTO (b)	TIPO DE BARRAGEM QUANTO AO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (c)	TIPO DE FUNDAÇÃO (d)	IDADE DA BARRAGEM (e)	VAZÃO DE PROJETO (f)
Altura ≤ 15m (0)	Comprimento ≤ 200m (2)	Concreto Convencional (1)	Rocha sã (1)	Entre 30 e 50 anos (1)	CMP (cheia máxima provável) ou decamilenar (3)
15m < altura < 30m (1)	Comprimento > 200m (3)	Alvenaria de pedra/ concreto ciclópico/ concreto rolado (CCR) (2)	Rocha alterada dura com tratamento (2)	Entre 10 e 30 anos (2)	Milenar (5)
30m ≤ Altura ≤ 60m (2)	-	Terra homogênea / enrocamento / terra enrocamento (3)	Rocha alterada sem tratamento / rocha alterada fraturada com tratamento (3)	Entre 5 e 10 anos (3)	TR = 500 anos
Altura > 60m (3)	-		Rocha alterada mole / saprolito / solo compacto (4)	< que 5 anos ou > 50 anos ou sem informação (4)	TR < 500 anos ou desconhecida / Estudo não confiável (10)
-			Solo residual / Aluvião (5)	-	
CT = Σ (a até f)					

Tabela 1: Características Técnicas das Barragens.

Fonte: Produto 4 dos documentos estruturantes do Plano Nacional de Segurança de Barragens (PSNB), disponível em <https://www.geoscan.com.br/blog/classificacao-de-barragens/>, acesso em 29/06/2023

Para obter a Classificação de Dano Potencial (CDP) é feita a análise do volume do reservatório da barragem que será classificado como Baixo, Médio ou Alto Potencial de Dano. O resultado é obtido em função do potencial de perda de vidas humanas e dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do rompimento, além da sua capacidade de armazenamento, como exposto na tabela a seguir:

Classificação do Dano Potencial (DPA)			
VOLUME TOTAL DO RESERVATORIO(a)	POTENCIAL PARA A PERDA DE VIDAS HUMANAS (b)	IMPACTO AMBIENTAL (c)	IMPACTO SOCIOECONÔMICO (d)
Pequeno \leq 5 milhões de m ³ (1)	INEXISTENTE (Não existem pessoas permanentes/residentes ou temporárias/ transitando na área afetada a jusante da barragem.). (0)	SIGNIFICATIVO (Área afetada da barragem não representa área de interesse ambiental, áreas protegidas em legislação específica ou encontra-se totalmente descaracterizada de suas condições naturais.). (3)	INEXISTENTE (Não existem quaisquer instalações e serviços de navegação na área afetada por acidente de barragem.). (0)
Médio 5 milhões a 75 milhões de m ³ (2)	POUCO FREQUENTE (Não existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, mas existe estrada vicinal de uso local.). (4)	MUITO SIGNIFICATIVO (Área afetada da barragem apresenta interesse ambiental relevante ou protegida em legislação específica.) (5)	BAIXA (Existe pequena concentração de instalações residenciais e comerciais, agrícolas, industriais ou de infraestrutura na área afetada da barragem ou instalações portuárias ou serviços de navegação.).
Grande 75 milhões a 200 milhões de m ³ (3)	FREQUENTE Não existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, mas existe rodovia municipal, estadual, federal ou outro local e/ou empreendimento de permanência eventual de pessoas que poderão ser atingidas.). (8)		ALTA (Existe grande concentração de instalações residenciais e comerciais, agrícolas, industriais, de infraestrutura e serviços de lazer e turismo na área afetada da barragem ou instalações portuárias ou serviços de navegação.). (8)
Muito Grande > 200 milhões de m ³ (5)	EXISTENTE (Existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem, portanto, vidas humanas poderão ser atingidas.). (12)		
DPA = Σ (a até d)			

Tabela 2: Classificação de Dano Potencial.

Fonte: Produto 4 dos documentos estruturantes do Plano Nacional de Segurança de Barragens (PSNB), disponível em <https://www.geoscan.com.br/blog/classificacao-de-barragens/>, acesso em 29/06/2023

Somente após a realização das análises da CT, DPA e do Plano de Segurança de Barragens (PS) é que a barragem será classificada como de Baixo, Médio ou Ato Risco e será aferido o Potencial de Danos.

Crítérios da Barragem que afetam a Possibilidade de um Acidente	Pontos
Características Técnicas (CT)	
Estado de Conservação (EC)	
Plano de Segurança de Barragens (PS)	
Pontuação Total (CRI) = CT+EC +PS	
Categoria de Risco	CRI
ALTO	≥ 60 ou $EX \geq 8^*$
MÉDIO	35 a 60
BAIXO	≤ 35
*EC ≥ 8 em qualquer coluna dos critérios do Estado de Conservação (EC) implica automaticamente uma Categoria de Risco Muito Alta, e medidas imediatas devem ser adotadas pelo empreendedor da barragem.	

Tabela 3: Classificação de Categoria de Risco da Barragem.

Fonte: Produto 4 dos documentos estruturantes do Plano Nacional de Segurança de Barragens (PSNB), disponível em <https://www.geoscan.com.br/blog/classificacao-de-barragens/>, acesso em 29/06/2023

De acordo com o Relatório de Segurança de Barragens, em 2021, houve 187 barragens em estado crítico em 22 estados do Brasil, em 2020 foram 122 barragens em situação crítica. Os dados de 2022 ainda estão em levantamento, segundo publicação no site do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

O desastre de Brumadinho não deve ser compreendido somente a partir do dia do rompimento (25 de janeiro de 2019), mas, sim, de maneira processual, pois foram várias negligências e conivências que levaram a ele, e não um evento isolado e demarcado temporalmente num intervalo de tempo exato. Da mesma forma decorrem dele muitas consequências que se difundem ao longo do tempo em diversas instâncias e escalas da vida social, cultural, ambiental, política, econômica e institucional, dentre outras.

Trata-se, portanto de considerar o desastre da Vale como *desastre sociotécnico*, que, segundo Zhouri et al. (2018), que analisam processo similar quanto ao desastre do rompimento da Barragem do Fundão, pressupõe:

[...] um processo de "agravo para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco. O conceito adere, então, a uma abordagem sociológica

do desastre que problematiza “o processo sócio-histórico no bojo do qual se desenrola a dinâmica socioespacial” (Valencio, 2014: 3633). Dessa forma, para além dos parâmetros físicos e dos problemas de predição e quantificação das consequências, a questão central não repousa na contabilidade técnica do sistema, mas na localização geográfica das instalações perigosas, no montante de investimentos em segurança e prevenção, nas decisões políticas relativas ao licenciamento dessas estruturas e na escolha técnica das barragens como formas de disposição de rejeitos, fatores que engendram a produção e reprodução de injustiças ambientais. (ZHOURI et al., 2018, p. 40)

Um desastre sociotécnico na mineração ocorre quando um evento ou acidente em uma operação mineradora tem impactos significativos tanto em termos técnicos quanto sociais. Ele é resultado da combinação de fatores técnicos, como falhas de engenharia, problemas operacionais ou de segurança, com fatores sociais, como os impactos sobre as comunidades, a saúde pública, o meio ambiente e os aspectos socioeconômicos.

Os desastres sociotécnicos na mineração geralmente envolvem o colapso de estruturas, como barragens de rejeitos ou pilhas de resíduos, deslizamentos de terra em minas a céu aberto, vazamentos de produtos químicos perigosos ou explosões em minas subterrâneas. Esses eventos podem ter consequências devastadoras, incluindo perda de vidas humanas, destruição ambiental, deslocamento de comunidades, poluição de corpos d'água e danos econômicos. Além disso, esses desastres podem desencadear uma série de questões sociais, como perda de empregos locais, conflitos com comunidades afetadas, danos à saúde pública devido à contaminação ambiental, perda de meios de subsistência e desequilíbrio socioeconômico nas áreas afetadas.

A categoria de desastre sociotécnico enfatiza as dimensões sociológicas e antropológicas (Oliver-Smith, 1999; Valencio, 2014) desse processo, indo além das meras falhas técnicas. Ela também aborda questões relacionadas à política econômica e ambiental, bem como às falhas na gestão que resultam em padrões de vulnerabilidade socioambiental. Esse conceito está inserido no campo da ecologia política dos desastres, que analisa o contexto sócio-histórico em que ocorrem as dinâmicas socioespaciais.

Nessa perspectiva, a reflexão vai além das considerações sobre parâmetros geofísicos, predição de eventos, quantificação de consequências e confiabilidade técnica do sistema (Zhou et al., 2018). Ela busca compreender a lógica por trás da localização geográfica de instalações perigosas, das visões sobre segurança e prevenção, das decisões políticas relacionadas ao licenciamento dessas estruturas e da escolha técnica das barragens como forma de disposição de rejeitos. Esses fatores contribuem para a produção e reprodução das desigualdades ambientais.

E o desastre também se desdobra para além do evento do rompimento, com graves consequências, como a deterioração da saúde mental e corporal da população atingida; as tentativas de autoextermínio; a desorganização e inviabilização dos modos de vida; a restrição do acesso aos recursos naturais antes utilizados e que repercutem, inclusive, em aumento de custos econômicos e na necessidade de um contínuo processo de mobilização, de participação e de luta pelo reconhecimento e pela garantia de direitos. Estes são alguns uns dos muitos desafios enfrentados pelos atingidos.

No Desastre de Brumadinho, assim como no ocorrido em 2015 em Mariana - que abordarei com mais detalhes adiante, temos a transformação do Outro, segundo Zhouri e Valêncio (2013), em mera categoria administrativa: Atingido. Uma vez que se torna atingido passa-se a ser visto pelas empresas responsáveis pelos desastres como categorias livres de direitos individuais e coletivos, tratados como quantificáveis e contabilizáveis, dentro de uma estrutura de negociações e taxaço dos valores das vidas que se foram e dos modos de vida perdidos, submetidos à uma política de silenciamento e de aceitação.

As formas de presença e de atuação da mineração em Minas Gerais e no Brasil, infelizmente, muitas vezes, se dão em meio à flexibilização de leis que protegem a nossa terra e as nossas águas por meio do domínio das narrativas com fantasiosas propagandas midiáticas, ancoradas no discurso do desenvolvimento, do progresso e da minério-dependência. Como base dessas narrativas há uma naturalização por meio da ideia de vocação de Minas Gerais, atrelada à falta de respeito para com a soberania das comunidades.

Muitos danos são gerados e/ou intensificados no processo, até mesmo pela forma como eles vêm sendo administrados pelos gestores da reparação. Como afirma Zhouri *et al.* (2018):

O desastre, portanto, não se limita à situação crítica do rompimento da barragem, mas se desdobra em processos duradouros de crise social, frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social. (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 35)

A lógica capitalista determina que o desenvolvimento é desejado por todos, pois somente por meio dele se dará a superação da pobreza. Assim, fomentam-se os grandes empreendimentos mineradores que atuam de forma a fazer parecer ser tudo digno de sacrifício, afinal eles geram emprego, renda e desenvolvimento, sempre com a anuência e conivência do Estado.

Assim, em uníssono com as grandes corporações, e em decisiva convergência com os capitais ligados à exploração dos meios massivos de comunicação, instala-se um novo oficialismo mineiro. A mineração- diz-se, pretende-se, decreta-se – “é política de Estado”, ou seja, deve contar com todo apoio estatal- desde facilidades fiscais, comerciais, financeiras e ambientais, até o braço armado, se necessário. O Estado deve assegurar o desenvolvimento dessa atividade com políticas de apoio que “não podem ficar atreladas ao vaivém do humor dos eleitores” e que “deve transcender todas as diferenças ideológicas” do arco político. Afinal, “quem poderia opor-se à mineração”, se ao fim e ao cabo, “tudo provém da mineração”? (ARÁOZ, 2020, p.76)

Essa dissertação versa sobre dois diferentes tipos de luto vivenciados pelas pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem em Brumadinho em 2019: o processo de luto vivenciado por aqueles que tiveram os corpos dos seus familiares desaparecidos na lama e o processo de luto vivenciado pelos moradores da Cachoeira do Choro, por conta da morte do Rio Paraopeba, causada em decorrência dos rejeitos recebidos na ocasião do rompimento da barragem em Brumadinho, bem como busca apresentar as dores emocionais, adoecimentos e perdas dos modos de vida e práticas sociais dessa comunidade, como consequência da tragédia.

No dia do rompimento lembro-me exatamente onde eu estava. Ao receber a notícia através das redes sociais e assistir às reportagens que noticiavam o acontecimento, parecia que eu estava em um mundo paralelo, onde não era possível acreditar que num espaço tão curto de tempo, mais um desastre, porque não dizer, crime, era cometido por uma mineradora. A barragem de Fundão, localizada em Mariana - MG -, da empresa Samarco Mineração S. A. (de capital controlado pelas multinacionais Vale S.A. e BHP Billiton Brasil), se rompeu no dia 5 de novembro de 2015. Na ocasião, 50 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos foram despejados pela barragem atingindo trinta e cinco municípios mineiros, além de quatro municípios do Espírito Santo, devastando a biodiversidade do Rio Doce, e deixando 19 mortos.

Agora um novo desastre ocorria naqueles 25 de janeiro. Daniela Arbex narrou o desastre:

Às 12 horas, 28 minutos e 24 segundos, trabalhadores seriam surpreendidos pelo rompimento da gigantesca B1, a barragem desativada. No horário do estouro, 314 trabalhadores operavam na Mina do Feijão. A maioria não teria a mínima chance de escapar do tsunami de lama que foi soterrando tudo à frente. A fúria da avalanche de rejeitos deixaria um rastro de destruição em Brumadinho e pelos mais de 300 quilômetros por onde passou, afetando diretamente dezessete cidades que estavam na faixa de 1 quilometro ao longo do rio Paraopeba. Centenas de pessoas morreriam dentro e fora dos limites da mineradora. (ARBEX, 2022, p. 28)

Quando a mancha de lama passou por cima da mina, solapando a cabeceira da barragem vizinha, a B6, e soterrando as outras duas barragens menores, a IV e IVA, a B1 rompeu os limites da mineradora, seguindo na direção da pousada Estância, cujos 15 quartos estavam reservados para turistas. Antes, porém, alcançaria as casas da zona rural do Córrego do Feijão, onde moravam cerca de quatrocentas pessoas. Sem aviso, a vida delas mudaria para sempre. (ARBEX, 2022, p. 54)



Figura 1: exato momento do rompimento da barragem de Brumadinho.
Autor: TV Globo/Reprodução, 2019

Naqueles 25 de janeiro de 2019 eu passava férias com meu esposo em Arraial do Cabo/RJ. Nunca esquecerei aquela sensação de suspense, ansiedade e medo do que viria pela frente, afinal havia trabalhado em um Hotel Fazenda em Brumadinho, o Hotel Fazenda Horizonte Belo, durante algum tempo, e havia criado laços de amizade com vários moradores de lá. A preocupação pela falta de notícias dos meus amigos misturada à angústia sentida ao assistir pela televisão às imagens dilacerantes da tragédia que mostravam um “tsunami” de lama que tomava conta da região, arrastando tudo que se via pela frente, engolindo bicho, engolindo gente, fez que eu decidisse dar fim as férias, pois se falava que, com certeza, a lama atingiria o Rio Paraopeba. Sem saber a real dimensão de tudo o que acontecia eu só pensava na dor de todos e que, assim como o Rio Doce, o Rio Paraopeba também poderia morrer e ele estava atrelado à vida da minha família. A morte de pessoas e de tudo o que a lama tocasse poderia ainda acontecer.

Continuei em busca de notícias dos meus amigos e colegas de Brumadinho já que não sabia se o hotel em que eu que trabalhara havia sido atingido pela lama. Da mesma forma não sabia se meu pai e meus tios haviam ido pescar no Rio Paraopeba. Foram os 400 quilômetros mais longos da minha vida na volta pra casa. Era tão estranho pensar que tudo poderia ser varrido e engolido pela lama, mesmo que fosse a quilômetros de distância do rompimento. Pensava estar ficando louca, pois, além de me preocupar com àqueles que eu conhecia em Brumadinho, como poderia criar uma possibilidade em minha mente de que meu pai, que estava em outra cidade, a quase 200 quilômetros de distância poderia ter sua vida atingida de alguma forma por aquela tragédia?

Ao chegar em casa, finalmente consegui saber que o Hotel Fazenda Horizonte Belo não havia sido atingido. Porém, alguns colegas que trabalharam comigo à época, haviam perdido amigos no desastre. Meu pai já tinha voltado pra casa, cheio de peixes, um dia antes do desastre.

Não vivenciei a experiência da perda por morte de pessoas que fazem parte do meu ciclo social por conta da tragédia em Brumadinho, porém vivenciei a angústia e porque não assumir a dor e o luto de outro “tipo de morte”: a morte do Rio Paraopeba. A lama com seus dejetos, havia chegado ao rio Paraopeba poucos dias após o rompimento. Meus pais possuem um rancho para descanso e pescaria na Cachoeira do Choro, comunidade localizada às margens do rio. O rio morreu e com ele a alegria do meu pai e da minha família, que se divertia no rio, tomando longos banhos de cachoeira e pescando. Hoje, a região está com casas fechadas e abandonadas, comércio falido e rio morto. Foi a primeira vez que vi meu pai chorar.

À medida que eram noticiadas as buscas pelos corpos, após dias do rompimento, fiquei reflexiva e um tanto afetada (FAVRET-SAADA, 2005): se a morte de um rio pode despertar tantos sentimentos em mim, certamente as mortes das pessoas cujos corpos não foram encontrados, que não puderam ser veladas, para com as quais não houve ritos de despedida podiam provocar um emaranhado de sentimentos e questionamentos.

Ao longo dos meus estudos no Mestrado, ficava tentando me convencer que pesquisar o processo de luto pelo rio e pesquisar sobre o luto pelos corpos desaparecidos eram assuntos que não conversavam entre si. Corria o risco de colocar na mesma escala de dor e sofrimento o sentimento da perda por uma pessoa e por um rio, e sabia que eram formas de sentir diferentes. Porém, volta e meia estava enfiada nas leituras sobre concepções da Morte e do Morrer e sobre o luto pela morte dos modos de vida, bem como leituras sobre as relações socioemocionais com o ambiente em que se vive.

Após leitura dos textos organizados por Valêncio e Zhouri, no livro intitulado “FORMAS DE MATAR, DE MORRER E DE RESISTIR”, conclui que embora possam ser sentires diferentes em relação às perdas e mortes sofridas pelas pessoas atingidas no desastre de Brumadinho e o rio Paraopeba, o que havia em comum era a presença da morte. A zona rural de Brumadinho, as comunidades ribeirinhas atingidas em torno do rio Paraopeba, a área da mineradora, a floresta, o rio... tudo era um mar de lama. Um mar de lama que arrastava para a Morte. A morte com uma única agente causadora: A Vale S. A.

Foi elaborando dentro de mim esse sentimento de entender os entrelaces dessas duas formas de luto provocadas pelo rompimento da barragem e nas leituras durante os estudos do Mestrado que, por fim, decidi nomear essa dissertação inspirada pelas organizadoras e autoras Valêncio e Zhouri, no livro anteriormente mencionado, como “FORMAS DE MATAR E MORRER: O LUTO PELOS CORPOS DESAPARECIDOS E O LUTO DOS MORADORES DA COMUNIDADE CACHOEIRA DO CHORO PELO RIO PARAOPEBA”.

Partindo dos objetivos que norteiam essa dissertação e as reflexões surgidas, achei pertinente acionar algumas autoras e autores que abordam temáticas em torno dos desastres ocorridos em Minas Gerais, à mineração, desastres como evento crítico, paisagens, Bem Viver e Antropologia da Morte.

Os dados empíricos foram obtidos através de pesquisas realizadas no banco de dados públicos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), além de análises das declarações públicas de ambientalistas, atingidos, trabalhadores da mineração, Corpo de Bombeiro de Minas Gerais, envolvidos no processo de salvamento e busca, concedidas à mídia. Também adotei como metodologia a entrevista semiestruturada. O acesso aos meus interlocutores se deu através do ciberespaço, seja em contatos via Whatsaap, Instagram ou Facebook, através da técnica Snowball Sampling ou “Bola de Neve” (HANDCOCK & GILE, 2011).

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. Também, através do trabalho de campo, realizei algumas incursões no período de 2021 e 2022, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores do Condomínio e Comunidade da Cachoeira do Choro, localizada na Zona Rural de Curvelo/MG.

No contexto da pandemia, as plataformas de mídia social desempenharam um papel crucial durante as minhas entrevistas com familiares das vítimas do Desastre. Inicialmente, através de uma postagem que compartilhei no Instagram e no Facebook, iniciei o processo de contato com os familiares. Minha postagem dizia: *"Olá a todos, estou conduzindo uma pesquisa de mestrado sobre o processo de luto vivenciado pelas pessoas afetadas pelo desastre de Brumadinho. Se você conhece alguém que tenha enfrentado perdas significativas (seja de entes queridos ou de modos de vida) devido a esse desastre e puder me indicar, sua colaboração será de imensa valia para minha dissertação. O luto envolve a jornada de aprendizado em conviver sem a presença física da pessoa. Agradeço sinceramente a todos que puderem contribuir!"* Foi por meio dessa mensagem que os primeiros vínculos foram estabelecidos.

A partir dessa postagem, recebi um total de cinco respostas no Instagram e quatro no Facebook. Cada uma dessas respostas continha informações sobre pessoas afetadas pelo desastre, todas as nove pessoas indicadas possuíam algum tipo de ligação com as vítimas ou impactados pelo evento. Uma das respostas veio de alguém que trabalhava na Vale S.A. em Brumadinho, mas que felizmente não estava presente no local no momento do rompimento da barragem. A resposta dessa pessoa era como se segue:

"Eu fazia parte da equipe lá. A sensação de luto ainda persiste na maioria das pessoas. Além dos colegas de trabalho, perdi também a minha estagiária."

Um ex-aluno meu, que agora é jornalista, respondeu à minha postagem. Ele havia produzido um artigo para o jornal BHAZ, com o título *"20 meses de agonia: A lama da Vale ainda oculta 11 histórias em Brumadinho e atormenta os mineiros"*, publicado em 25 de setembro de 2019. Ele gentilmente consultou seus entrevistados daquela matéria e me proporcionou os contatos de sete pessoas impactadas. Inicialmente, nossas conversas eram formais, trocadas por mensagens de texto no WhatsApp. À medida que as pessoas se sentiam mais à vontade para compartilhar suas experiências dolorosas, a comunicação evoluiu para trocas de áudios na mesma plataforma. Alguns dos entrevistados até tentaram iniciar chamadas de vídeo, porém as limitações da conexão de internet muitas vezes não permitiam.

Fui surpreendida pela profundidade das relações que se estabeleceram entre mim e os entrevistados, mesmo sem a presença física. Com o tempo, esses laços se fortaleceram, tornando-se mais suaves e fluidos. Algumas vezes, a conversa começava antes mesmo de eu fazer uma pergunta, como no caso de Lucas, que compartilhou suas memórias de sua filha perdida no desastre:

Ei Keila! Aqui, resolvi mandar um áudio. Queria te contar como a minha filha era tão linda e educada. Ontem eu te falei dela, dela ser encontrada, mas esqueci de te falar como ela era. (Lucas, atingido, que perdeu a filha no desastre, depoimento dado à autora em 26 de julho de 2021).

Essa dissertação está organizada em 04 capítulos. O primeiro explora os desastres causados por grandes empreendimentos mineradores no Brasil, trazendo um histórico da história da mineração em Minas Gerais, incluindo a cidade de Brumadinho, assim como a noção de vocação de Minas Gerais para a Mineração, ancorada nas primícias de desenvolvimento e progresso. O segundo capítulo aborda o desastre de Brumadinho, evocando as mortes e perdas causadas pela Vale S.A, as vivências de luto e sofrimento pelos corpos desaparecidos, a ritualização das mortes, assim como as relações e modos de vida estabelecidos no território.

No terceiro capítulo procurei demonstrar como era a vida na Comunidade Cachoeira do Choro, em torno do Rio Paraopeba, antes de ser atingido pela lama do desastre, assim como os impactos causados e o comprometimento dos modos de vida e da relação com o Rio Paraopeba, após o rio receber os dejetos do desastre. Nesse capítulo também abordei como o desastre atingiu a minha família, principalmente o meu pai e nossa relação com o Rio Paraopeba e demonstro como era a nossa vida e como está após o desastre. Por fim, no último capítulo abordei como as vivências do luto levaram as pessoas atingidas a buscarem reparação e justiça por suas perdas.

Espero que os dados e reflexões aqui contidos permitam redimensionar o desastre provocado pela Vale S.A., desvelando aspectos da perda, dor e luto de uma comunidade rural que tinha no rio Paraopeba a centralidade da vida econômica, social e cultural e os aspectos da dor e luto dos familiares que tiveram a impossibilidade, ou a demora de cumprir os rituais de morte dos seus entes queridos.

Diversos fatores constituem justificativa e necessidade desse estudo: morar por muito tempo em abrigos provisórios; estar sem perspectiva de voltar a uma situação com alguma previsibilidade, aumentados pela Pandemia da Covid-19; perder a ligação com a terra e o rio, com o lugar que garantia a reprodução da identidade e de modos próprios de vida.

Por fim, o leitor encontrará nessa dissertação algumas fotografias pessoais. Mais do que representar as cenas que discuto, essas imagens representam um pedaço significativo da minha vida e de tudo que eu e meus familiares sentimos em relação ao Rio Paraopeba.

Peço licença para descrever como a Covid-19 atingiu esse aspecto da minha vida, pois foi através de toda a vivência da pandemia por mim experimentada que o campo e meus

estudos foram se desenhando. Quando, no final de 2019, decidi concorrer à vaga de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, vivenciava um processo conturbado de doença no meu ambiente familiar, tanto meu pai, quanto minha mãe estavam gravemente doentes. Meu pai havia ficado 20 dias hospitalizado por conta de uma grave hiponatremia e minha mãe finalmente, após dois anos de brigas judiciais com o Ministério da Saúde, iria passar por uma ablação, cirurgia cardíaca, a fim de acabar com as arritmias que a levaram à cinco infartos. Foi estudando na cabeceira de seus leitos de hospital que o meu projeto de pesquisa começou a ser desenhado e que me preparei para as etapas da seleção do mestrado e. Lembro-me que quando recebi o resultado da aprovação no Mestrado, dei a notícia para a minha mãe, quando foi liberada a minha entrada no CTI para visitá-la. Quando finalmente as aulas iniciaram no início de março, no dia 20 de março, entramos em *lockdown* e a partir daí o que experimentei foi uma extrema frustração, pois a forma como vivenciaria o mestrado e o trabalho de campo não foram propriamente a forma que imaginara e desejara vivenciar o campo, tal como Malinowski¹. Tanto a Covid-19, quanto as outras hospitalizações que meus pais tiveram durante o período pandêmico e em julho de 2021, a descoberta de que meu esposo estava com câncer, mudaram a minha perspectiva e o meu fazer etnográfico. Os contatos com meus informantes foram se desenhando através de uma solidariedade da compreensão da dor e do sofrimento que rupturas do cotidiano podem nos fazer experimentar, como poderemos ver adiante.

1 - BREVE HISTÓRICO DOS DESASTRES CAUSADOS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS MINERADORES NO BRASIL

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar de calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que

¹ Malinowski, conhecido como um dos pioneiros da etnografia moderna, adotou uma abordagem intensiva e imersiva em seus estudos de campo. Ele passou longos períodos vivendo entre as comunidades que estudava, buscando uma compreensão aprofundada de sua cultura e modo de vida. Uma fonte de pesquisa relevante sobre o método etnográfico de Malinowski é seu livro "Argonautas do Pacífico Ocidental" (1922), onde ele descreve suas experiências e abordagens de pesquisa durante seu trabalho de campo nas Ilhas Trobriand.

transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. Davi Kopenawa – A queda do Céu

Extrativismo é a retirada de recursos naturais da natureza pelo homem. O extrativismo remove na maioria das vezes, de forma intensiva, grandes volumes de recursos naturais, não sendo limitado a esses ou ao petróleo. Existe também o extrativismo agrário, florestal, pesqueiro e até turístico (ARAÓZ, 2020), dessa forma, Gudynas (2016) afirma que é melhor dizer *extrativismos*. Mineração é o processo de extração de minerais que se concentram naturalmente na terra. É uma atividade econômica e industrial que consiste na pesquisa, exploração, lavra (extração) e beneficiamento de minérios presentes no subsolo. Minas Gerais é conhecido como o mais importante estado minerador do país, chegando a extrair mais de 160 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. A atividade é responsável por aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral estando presente em mais de 250 municípios mineiros. A prática da mineração em Minas Gerais e no Brasil data desde os tempos da sua colonização. Quando o geólogo francês Claude Henri Gorceix, atendendo ao pedido de Dom Pedro II para realizar estudos mineralógicos no Brasil, afirmou que Minas Gerais era “um coração de ouro incrustado num peito de ferro”. Dessa forma, vai perdurando a naturalização do pensamento de que Minas Gerais tem uma vocação para a mineração, sendo patrono dessa, e que apesar dos danos provocados, acredita-se que a mineração é fonte do progresso e do desenvolvimento, apoiado num falsa ideia de sustentabilidade criada pelas corporações para justificar sua prática, como demonstrado por Coelho (2015):

[...] a principal forma de convencimento exercida sobre a sociedade local das regiões mineradoras é o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM). [...] O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, conseqüentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza. [...] O DDM tem diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município. A retórica surge como saída para uma população que teme o desemprego. Com essa compensação, a atividade mineradora seria justificável, mesmo causando tantos problemas. (COELHO, 2015, p. 101 - 103).

Nas palavras do indígena Davi Kopenawa (2015), o desejo por minério pode ser percebido quando os brancos passaram a desejar “o metal mais sólido e cortante, que ele tinha escondido debaixo da terra e das águas, aí começaram a arrancar os minérios do solo com voracidade.”. Foi desse desejo que os mineradores passaram a cortar as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios.

Já começaram há tempos a atar uns aos outros por dinheiro em suas cidades, e a brigar por minérios ou petróleo que arrancam do chão. Também não parecem preocupados por nos matar a todos com as fumaças de epidemia que saem de tudo isso. Não pensam que assim estão estragando a terra e o céu e que nunca vão poder criar outros. (KOPENAWA, 2015, p. 419)

Para Acosta e Brand (2018), é a partir do conceito de extrativismo que é possível entender o saque, a concentração e a devastação colonial, a acumulação por despossessão e as duas faces do mesmo processo: “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. Resumindo: os países desenvolvidos, importadores da Natureza, tratam a América Latina, exportadores da Natureza, como seu próprio quintal.

Os diferentes tipos de extrativismos – mineração, monoculturas agroindustriais, petróleo, etc – conduzem a processos de transformações territorial que desembocam em um reordenamento de paisagens, constelações sociais e relações de trabalho, e que fragmentam o espaço. Algumas características desses processos são a modificação de fronteiras territoriais, os cercamentos, a formação de encaves, a desdemocratização do acesso à Natureza e a destruição ambiental. (FAIRHEAD, LEACH & SCOONES, 2012; PELUSO & LUND, 2011; SVAMPA, 2012; UNCETA, 2014; GUDYNAS, 2016 apud ACOSTA & BRAND, 2018)

Quando Humboldt² queria saber quais recursos naturais existiam na América Latina, descreveu em suas obras sobre as maravilhas da flora e fauna da região, via seus habitantes como mendigos sentados em potes de ouro. Eram dóceis e pouco exigentes. Para Acosta (2016), o cientista Humboldt atestou o nosso papel de exportadores da Natureza, no que seria o mundo depois da colonização ibérica:

Enxergou-nos como territórios condenados a aproveitar os recursos naturais existentes - um aproveitamento inspirado no exercício da razão exploradora da época. (ACOSTA, 2016, p.108)

² Alexander von Humboldt foi um famoso explorador, cientista e naturalista alemão nascido em 1769. Ele é conhecido por suas extensas expedições científicas pelas Américas e por suas contribuições significativas para diversas áreas do conhecimento, incluindo a geografia, a botânica, a zoologia, a meteorologia e a geologia. Humboldt realizou a famosa expedição à América Latina entre 1799 e 1804, conhecida como a Viagem de Humboldt e Bonpland. Durante essa viagem, ele explorou uma vasta região que incluía Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, México e Cuba, coletando dados e realizando pesquisas científicas em diferentes disciplinas. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/como-humboldt-pos-a-america-latina-no-mapa-da-ciencia/>

O discurso de desenvolvimento mineiro se apoia definitivamente no pensamento colonial de desenvolvimento, onde não são levados em conta as relações históricas e sociopolíticas de exploração e poder, que estão presentes nas instituições, nos territórios e nos corpos (ARÁOZ, 2020), para quem se beneficia dele significa poder sem responsabilidade e para quem o sofre significa exploração sem reparação.

1.1 Das formas de matar dos empreendimentos minerários

*O que fazem os brancos com todo esse ouro?
Por acaso eles o comem? Davi Kopenawa*

Desde a colonização escravocrata, o Brasil tem sido marcado pelo extrativismo em larga escala, desde o comércio de Pau Brasil e Ouro até a mineração moderna, impulsionada pela mecanização, tecnologia e financiamentos. Esse padrão coloca a vida humana em oposição à vida não humana, prometendo progresso e desenvolvimento. O neoextrativismo, como descrito por Gudynas (2009, 2012a), é um paradigma de desenvolvimento que se concentra no crescimento econômico por meio da exploração de recursos naturais, com redes produtivas pouco diversificadas e uma posição subordinada na esfera internacional. Nesse modelo proposto, o Estado desempenha um papel ativo, buscando legitimidade através da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, apresentando semelhanças com governos autodenominados progressistas (Gudynas, 2012a, p. 130).

O neoextrativismo é caracterizado como um modelo de desenvolvimento que se concentra no crescimento econômico, baseado na apropriação de recursos naturais e em redes produtivas pouco diversificadas, inserindo-se de forma subordinada na nova divisão internacional do trabalho. Esse fenômeno tem sido associado a várias tensões, tanto relacionado ao baixo crescimento econômico de longo prazo quanto aos impactos sociais e ambientais diversificados.

Outro argumento utilizado para justificar o neoextrativismo é o fomento ao crescimento econômico. Nessa perspectiva, as atividades extrativas são vistas como geradoras de riqueza e elementos importantes no combate à pobreza e à desigualdade. Esse discurso destaca a geração de empregos e busca apoio de sindicatos e movimentos sociais, além de ser apresentado como fonte de renda a ser distribuída para grupos específicos.

Segundo Svampa (2019), o neoextrativismo pode ser interpretado em diferentes escalas e abordagens, mas prevalece o papel dos Estados na promoção dessa forma de exploração, dentro do contexto do modo de produção e acumulação capitalista. Governos

latino-americanos recentemente liderados por representantes da social-democracia viram no neoextrativismo uma oportunidade de impulsionar a posição econômica de seus países no cenário internacional e direcionar parte dos rendimentos para políticas sociais e redução da histórica desigualdade de classes na região. A autora enfatiza que essa abordagem nunca buscou romper com o modo de produção dominante, nem respeitou os direitos dos povos tradicionais ou o equilíbrio ambiental, pois o neoextrativismo promove a expansão das atividades extrativistas, frequentemente em detrimento de áreas ambientalmente sensíveis e dos territórios de comunidades indígenas e tradicionais. Isso resulta em desmatamento, degradação ambiental, perda de biodiversidade e deslocamento forçado das populações locais.

Nessa conjuntura econômica favorável – pelo menos até 2013 –, os governos latino-americanos tenderam a destacar as desvantagens comparativas do auge das commodities, negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias socioambientais, que traziam consigo a consolidação de um modelo baseado na exportação de matérias-primas em larga escala. Nesse sentido, todos os governos latino-americanos, independentemente da inclinação ideológica, possibilitaram o retorno com força de uma visão produtivista do desenvolvimento que, junto com a ilusão desenvolvimentista, levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes (SVAMPA, 2019, p. 36).

A trajetória da mineração no Brasil deu os contornos da economia colonial, deixando expropriação e morte nas comunidades e nos territórios onde se localizavam os recursos extraídos pelos grandes empreendimentos, constituindo um meio fundamental de acumulação e riquezas em distantes sociedades, com a anuência cúmplice das elites locais e do Estado. O século XX foi marcado pela industrialização, conformando booms mineiros, conforme Bebbington (2007):

Tanto o século XIX como o XX foram coalhados de *boom* mineiros cujos efeitos final não significaram senão o surgimento de uma classe política rentista, a geração de economias de enclave e a irremediável deterioração do meio natural do qual depende a sobrevivência de uma população rural, majoritariamente camponesa e crescentemente empobrecida (BEBBINGTON, 2007, p. 284).

No caso de Minas Gerais, houve investimentos estrangeiros proporcionando a “exploração das abundantes reservas de minérios de alto teor, principalmente de ferro e manganês, já identificadas na região central do estado.” (CARNEIRO, 2016, p. 160). A ordem de grandeza dos números relacionados à exportação de mercadorias minerais nos mostra que a mineração voltou a ser um pilar de relevância para a economia brasileira, ancorada no projeto

neodesenvolvimentista, impulsionado a partir dos anos 2000. Com isso abre-se em definitivo um novo ciclo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), marcado por cenário de riscos ambientais (BECK, 1998), perigos socioambientais, vulnerabilidade às populações do entorno, socialmente fabricados e politicamente distribuídos.

Uma sociedade neoxtrativista é uma sociedade produtora de desastre, portanto, julgo necessário apontar alguns dos acidentes do setor minerário, onde é notável o adoecimento e morte dos corpos e impactos socioambientais:

- *Rompimento do reservatório da Mineração Rio Verde, em 2001, que matou cinco pessoas em Nova Lima: Córrego Taquara e área de Mata Atlântica afetados.*

Em 2001, o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Mineração Rio Verde, em São Sebastião das Águas Claras, conhecida como Macacos, distrito de Nova Lima (MG), deixou um rastro de seis quilômetros de devastação: cinco trabalhadores da empresa morreram; uma adutora da Copasa rompeu, e o córrego Taquaras foi soterrado. A barragem localizava-se ao lado da estrada que liga a BR 040 a São Sebastião das Águas Claras (CUNHA, 2001). A estrada era a principal via de acesso à localidade, conhecida e usada por inúmeros turistas, e ficou interditada por 10 meses.

A Mineração Rio Verde possuía três títulos de lavra de minério de ferro em áreas contíguas, situadas na Região da Mutuca, em Nova Lima, e realizava lavra a céu aberto. Também possuía duas unidades de tratamento de minério, denominadas ITM-3 - mais antiga e de menor porte, que trabalha a úmido, gerando finos - e a ITM-4, inaugurada em 2000, e que funciona a seco e não gera rejeito. A mineradora utilizava uma antiga cava para disposição dos rejeitos, que depois de totalmente preenchida, foi alteada em mais 20 metros (CUNHA, 2014). Em 2006, a Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR), controlada pelo grupo Caemi Mineração e Metalurgia S/A, propriedade da Vale S.A, comprou os recursos minerais, terrenos e equipamentos de exploração da Rio Verde Mineração S/A por US\$ 45 milhões, com recursos próprios. A mina da Rio Verde fica entre as duas minas que a MBR possui na região de Nova Lima, a Capão Xavier e a Mutuca. Na ocasião, a MBR esclareceu que as obrigações legais e os passivos continuavam sob a responsabilidade da Rio Verde (O TEMPO, 2006).



Figura 2: Barragem da Mineração Rio Verde.

Autor: RIENK, Carlos.2001: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-ja-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>

Um dos sobreviventes do rompimento, Jaime Gomes dos Santos, em entrevista concedida ao Jornal O Tempo, contou o que experimentou:

“Naquele dia (em 2001), estava num caminhão voltando para casa após o trabalho e só vi lama em cima de mim. Fiquei 40 minutos lá. Depois disso, todo dia acordo e durmo com o medo de acontecer de novo e parece que o pior dos mundos está acontecendo” (José G. Dos Santos, sobrevivente)

De acordo com o Grupo de Trabalho, coordenado pela FEAM, na investigação sobre as causas do acidente, apontaram que essas possíveis causas foram: dique alteado a uma cota acima do previsto em projeto; inclinação muito acentuada dos taludes do dique; problemas na implantação do projeto, como falta de investigação geotécnica, elaboração de projetos, construção controlada e monitoramento; lançamento inadequado de rejeitos, o qual formou um lago junto ao corpo da estrutura e gerou condições de instabilidade que levaram ao rompimento da seção de maior altura (FEAM, 2008).

- *Rompimento de reservatório da Mineradora Rio Pomba, em Cataguases: 2 milhões de metros cúbicos no Rio Muriaé, levando ao deslocamento de mais de 4 mil pessoas de suas casas, em 2007.*

O rompimento de uma das barragens da mineradora Rio Pomba Cataguases, instalada no município de Mirai (MG), em 10 de janeiro de 2007, espalhou cerca de 2 milhões de m³ de bauxita pela cidade e por outros quatro municípios: Muriaé e Patrocínio de Muriaé, também na Zona da Mata mineira, Laje de Muriaé e Itaperuna, no Rio de Janeiro.

A barragem da Fazenda São Francisco encontrava-se no seu limite e, com as fortes chuvas que caíram em janeiro de 2007 sobre a região, cerca de 2 milhões de m³ de lama, contendo água e argila, vazaram, invadindo as cidades de Mirai e Muriaé, chegando aos rios Fubá e Muriaé, atingindo, assim, outras cidades mineiras e fluminenses (G1, 2007). Foi o segundo acidente envolvendo a mesma barragem em menos de um ano. O primeiro rompimento aconteceu em março de 2006.

De acordo com a publicação do Verbete da CETEM (Centro de Tecnologia Mineral), mais de 6 mil moradores das cidades de Mirai e Patrocínio do Muriaé ficaram desalojados. Em Muriaé, a lama atingiu 1.200 casas (G1, 2007). Em função de sua proximidade com Mirai, o município fluminense de Laje do Muriaé também foi um dos mais atingidos nos dois acidentes. Além da falta de água potável, o acidente teve outros efeitos imediatos: a deposição de argila no leito dos rios contribuiu para intensificar o processo de assoreamento dos cursos d'água, favorecendo a ocorrência de inundações. No mesmo Verbete a CETEM informa que no relatório da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), divulgado em março de 2007, a mineradora foi responsabilizada pelo acidente, já que sua causa foi uma falha na estrutura da barragem não corrigida pela Rio Pomba. O documento aponta a ocorrência de um desnível na parte superior da barragem, onde existia uma escada de acesso ao local. Também foi notado que o vertedouro [dispositivo que serve para escoar o excesso de água que chega ao reservatório durante o período de chuvas] de emergência, à direita da barragem, não contava com o revestimento adequado à passagem do fluxo de água. Eis a razão de a barragem não ter resistido às chuvas intensas da época.



Figura 4: Cidade de Mirai inundada pela lama
Autor: GRAEL, Alex. 2007



Figura 3: Várzea do Rio Muriaé tomada pela lama.
Autor: GRAEL, Alex. 2007

- *Herculano Mineração Ltda: morte de três pessoas em Itabirito, em 2014*

Em setembro de 2014, um deslizamento de terra em uma das barragens de rejeito de minério da Mineração Herculano provocou a morte de três operários, em Itabirito, na região central de Minas Gerais. O rompimento afetou um riacho e deixou 300 residências sem água e energia elétrica. Segundo a CETEM, funcionários da empresa disseram que, dias antes, foram detectadas trincas na barragem, que estaria inativa.

Segundo o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no dia do acidente as vítimas trabalhavam na estrutura: "Uma das vítimas, motorista de Truck II, trabalhava na parte de cima da barragem B1 que rompeu, limpando as baias. A outra realizava serviços de topografia na parte superior da barragem. E a terceira operava uma escavadeira na parte de baixo do empreendimento" (O TEMPO, 2022).

Em dezembro de 2015, os sócios e um engenheiro da Herculano Mineração foram indiciados por homicídio doloso – quando se assume o risco de matar – pelo rompimento. De acordo com as investigações, a mineradora continuava a colocar rejeitos em uma mina que já estava desativada e atingira sua lotação máxima em 2010 (CETEM). Em função disso, segundo as investigações, a empresa começou a construir a barragem B4. Porém, como a nova barragem apresentou um problema em 2014, a empresa voltou a depositar os rejeitos na primeira barragem. De acordo com o laudo técnico da perícia, elaborado pelo Instituto de Criminalística, a razão do rompimento foi saturação de água, presente na barragem B1. Foi constatada uma deficiência na drenagem, o que causou a movimentação no nível freático em seu interior e provocou a ruptura da estrutura. Na ocasião do rompimento, a empresa havia atribuído o evento ao um fenômeno geológico raro, conhecido como “inversão de relevo”³.

³ O termo "inversão de relevo" normalmente se refere a um fenômeno geológico em que a configuração natural do relevo é alterada ou invertida devido a processos geológicos, como dobras, falhas, erosão ou deposição. Fonte: <https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/801>



Figura 5: rompimento da barragem que matou 3 pessoas.
Autor: FERREIRA, Edésio. 2015

SAMARCO MINERAÇÃO S/A: Mais de 50 milhões de metros cúbicos de lama afetaram trinta e cinco municípios mineiros e quatro municípios capixabas, matando a o Rio Doce e deixando 19 mortos.

A barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S. A. (de capital controlado pelas multinacionais Vale S.A. e BHP Billiton Brasil), declarada estável pela FEAM, se rompeu no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana - MG. O rompimento da Barragem de Fundão causou a morte de 19 pessoas entre funcionários da empresa e moradores que ocupavam área a jusante da barragem na localidade de Bento Rodrigues, distrito de Mariana/MG. Por estar localizado nas proximidades da jusante, o rompimento da barragem deixou o distrito de Bento Rodrigues destruído, obrigando os moradores de Bento a vivenciar o horror e mudarem completamente suas vidas.

ZHOURI et al. (2016b) descreveram

no caso específico dos empreendimentos da Samarco (Vale/ BHP Billiton), os riscos de um possível rompimento e as medidas que deveriam ter sido tomadas para evitá-lo já eram conhecidos pelas autoridades ambientais, anteriormente ao evento. Em perícia realizada a pedido do Ministério Público do estado de Minas Gerais, o Instituto Prístino alertara, ainda em 2013, para o fato de que a barragem do Fundão, da Samarco, e a pilha de estéril União, da mina Fábrica Nova, empresa Vale, faziam limite entre si, caracterizando sobreposição de áreas de influência direta, com sinergia de impactos. O laudo recomendava, já naquele momento, o periódico monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem; e destacava a necessidade da apresentação, por parte do empreendedor, de um plano de contingência para situações de risco ou acidentes [...]. Tais recomendações contrastam com a real inexistência, na área do empreendimento, do mais elementar sistema de alarme sonoro, destinado ao

alerta da população do entorno em casos de acidente ou agravamento de riscos. (ZHOURI et al., 2016b, p.51)

Os rejeitos do rompimento atingiram os afluentes e o próprio Rio Doce, destruindo distritos e deixando milhares de moradores sem água e trabalho (IBAMA, 2016). Apenas um mês depois, foram retiradas 11 toneladas de peixes mortos, desse total, 8 toneladas em Minas Gerais e 3 toneladas no Espírito Santo (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Ao que tudo indica, segundo MANSUR (2016), após o *boom*⁴ dos preços dos minérios, existe um aumento do risco de rompimento das barragens. Se levarmos em conta os cenários de rompimento aqui descritos, podemos constatar essa afirmação à medida que os eventos vão se repetindo, através do investimento em extrativismo para a exportação de *commodities*⁵. A acentuada procura por *commodities*, aumentada pela China irá acentuar a superexploração da força de trabalho (SVAMPA, 2019), a dominação e dependência e a potencialidade destrutiva das empresas.

O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização. (KRENAK, 2020, p. 40)

O Watu que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio e coma. (...) esse crime - que não pode ser chamado de acidente - atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou. (KRENAK, 2020, p. 42)

⁴ O "boom da mineração" refere-se a um período de rápido crescimento e expansão da indústria de mineração em determinada região ou país. É caracterizado pelo aumento significativo da atividade de exploração e extração mineral, impulsionado pela descoberta de depósitos minerais de alto valor econômico. Durante um boom da mineração, ocorre um aumento na demanda por minerais, impulsionado pelo crescimento econômico, desenvolvimento industrial e avanços tecnológicos. Isso leva ao aumento dos investimentos em prospecção, abertura de novas minas e aumento da produção mineral. Os booms da mineração podem ter diferentes causas. Pode ser o resultado da descoberta de grandes depósitos minerais anteriormente desconhecidos, do desenvolvimento de tecnologias de extração mais eficientes ou da valorização dos preços das commodities minerais no mercado global. Fone: <https://ibram.org.br/noticia/o-minerio-boom/>

⁵ Commodities no contexto do extrativismo minerário se referem a matérias-primas ou produtos básicos que são extraídos da terra e comercializados em mercados globais. Essas commodities são geralmente produtos não processados ou pouco processados, como minerais, metais, petróleo, gás natural e carvão. Commodities do setor extrativista minerário são negociadas em mercados internacionais, onde seus preços são determinados com base na oferta e demanda global. Fonte: <https://ibram.org.br/noticia/setor-mineral-valores-de-producao-de-exportacoes-e-de-tributos-quase-dobram-no-1o-semester-de-2021/>



Figura 6: Bento Rodrigues após ser atingido pelo rompimento da barragem.
Autor: PONTES, Romerito. 2015



Figura 7: Rua de Bento Rodrigues, em Mariana, após o rompimento da barragem do Fundão, em 2015.
Autor: PONTES, Romerito. 2015



Figura 8: Cruzes em Bento Rodrigues, município de Mariana (MG), lembram os mortos que foram vítimas do rompimento da barragem da Samarco.
Autor: MORIYAMA, Victor. 2020



Figura 9: Rio Doce, antes e depois da lama.
 Autor: NASCIMENTO, Elvira. 2015



Figura 10: Lama de rejeitos da barragem da Samarco chega ao mar.
 Autor: NASCIMENTO, Elvira. 2015

- *Rompimento da Barragem da Vale S. A em Brumadinho: 272 mortos e Rio Paraopeba morto.*

A história se repete, porém de forma mais avassaladora, mas sempre com a presença da morte guiada pelas mineradoras. 25 de janeiro de 2019, 12h38min24s, Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte/MG: 314 trabalhadores que estavam dentro da Mina do Córrego do Feijão foram surpreendidos e levados para a morte, pelo colapso da estrutura da Barragem da Mineradora Vale S. A. Duzentos e quarenta e oito pessoas morreram no exato momento em que foram levadas pelo mar de lama (ARBEX, 2022, p. 254). Desse total, 130 eram funcionários da Vale, e outras 118 eram funcionários de outras empresas que prestavam serviço à Vale. Além dessas vítimas, morreram oito moradores da Comunidade Córrego do

Feijão e outras 14 pessoas que estavam na pousada Nova Estância, no momento do rompimento. Entre os 270 mortos, havia duas mulheres grávidas, elevando o número para 272 vidas perdidas (IDEM, Ibidem). Quatro anos depois, três pessoas ainda não foram encontradas.

O depoimento da professora e antropóloga Andréa Zhouri, publicado no site G1, logo após o rompimento da barragem em Brumadinho denuncia o grau de importância e impactos desses acontecimentos.

A licença para a expansão do complexo foi concedida apesar de advertência de pesquisadores, movimentos sociais, moradores do bairro de Casa Branca. Todos estavam muito preocupados com as operações desse complexo minerário e da expansão solicitada. O cronograma previsto pela própria Vale era para 2020. Nós ficamos surpresos com a pressa do licenciamento. Mostra a negligência dos órgãos públicos ligados ao licenciamento ambiental e à segurança de barragens no sentido de assegurar, de atestar a segurança das barragens. E a submissão desses órgãos aos jogos políticos de interesse próprio e de interesse da empresa. É o segundo desastre de proporção enorme da Vale em cerca de três anos. (...) Há um jogo por parte das empresas, e o estado é conivente. Nesse caso específico da barragem de hoje, na Região Metropolitana, atingem o Rio Paraopeba, que é de onde sai a captação de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) para abastecer toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (ZHOURI, 2019)

Os responsáveis por empreendimentos industriais e minerários que possuem barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatórios de água devem apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM o Cadastro de Barragem, em cumprimento à Deliberação Normativa COPAM 87/2005. O Inventário de Barragens de 2016 apontou que das mais de 700 barragens existentes em solo mineiro, 14 delas não tinham estabilidade garantida. Outras 23 ainda estavam sendo avaliadas pelos auditores. Portanto, várias barragens no estado corriam o risco de se romperem, a exemplo daquela que causou a tragédia de Mariana, em 2015 e em Brumadinho poucos anos depois. É importante salientar que as barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho, eram classificadas como seguras.



Figura 11: Quebra da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho
Autor: CRUZ, Antônio. 2019

1.2 - A Mineradora Vale S. A: apesar de tudo, o lucro

Somos pobres porque é rico o solo em que pisamos, e que os lugares privilegiados pela natureza têm sido malditos pela História. - Eduardo Galeano

A Mineradora Vale foi criada em 1942, para a exploração das minas de ferro na região de Itabira, no estado de Minas Gerais, no governo Getúlio Vargas. Atualmente, a empresa privada de capital aberto está presente em cerca de 30 países ao redor do mundo, e em 13 estados brasileiros. Na descrição do site da Companhia o fato de desbravarem o mundo é exaltado:

Quem Somos: Desbravamos o mundo como uma mineradora global, marcamos presença em mais de 20 países compartilhando a paixão pelo nosso negócio, encaramos desafios e seguimos aprendendo todos os dias. Avançamos a partir do primeiro minério extraído em Itabira, Minas Gerais. Desde então, passamos a atuar em logística, por meio das nossas ferrovias, portos e terminais, em energia e em siderurgia.

A cadeia de produção da mineração envolve números surpreendentes: em 2019 a mineradora tinha como meta ampliar a capacidade das minas Jangada e Feijão de 10,6 para 17 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Para alcançar o objetivo traçado, já em 2018 a empresa obteve na Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, a aprovação de uma licença prévia, garantindo a continuidade da exploração minerária, por mais 10 anos. (ARBEX, 2022, p. 22)

À época do rompimento em Brumadinho o ferro representava 15%⁶ da economia de Minas Gerais. A Vale, sozinha, foi responsável pela metade desses 15%. Dos quase R\$ 1 trilhão anual que a economia bruta do estado de Minas Gerais movimentava, cerca de R\$ 70 bilhões eram provenientes da cadeia de produção minerária ligada à multinacional (ARBEX, 2022).

Estranho pensar que, embora a Vale tenha tido um histórico de desastres de altas proporções nos últimos anos, os desastres de Mariana e Brumadinho, ainda assim sua receita líquida continuou aumentando como descrito por Daniela Arbex:

Entre o fim de 2016 e o fim de 2020, com os minérios seguiram valorizados em dólar no mercado externo, a receita líquida da companhia mais que dobrou, chegando a R\$ 208 bilhões. Na prática tudo depende da valorização do metal. Em 2018, a tonelada custava US\$ 50 por tonelada de minério de ferro exportado de Minas Gerais. No começo de 2021, a tonelada custava US\$ 114. Nessa aritmética, os danos aos indivíduos ou ao meio ambiente contam menos do que a promessa de permanecer dando lucros para os acionistas. (ARBEX, 2022, p. 271)

Antes da tragédia de Brumadinho, a multinacional oscilava entre a segunda e terceira posição no ranking das empresas maiores do país. Em 2021, estava avaliada em R\$ 528,7 bilhões, passando ser a primeira na lista com maior valor de mercado no Brasil. 42% a mais que a Petrobrás. Confirma-se que os desastres não interferiram no crescimento econômico da mineradora.



Figura 12: Valor do Mercado da Vale.
Autor: Economatica, 2019

⁶ O valor representava a somatória de todas as riquezas geradas no Estado. Fonte: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PIB&text=Todos%20os%20pa%C3%ADses%20calculam%20o,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras>>.

O mito da sustentabilidade inventado pelas corporações (KRENAK, 2020), apoiado na ideia de desenvolvimento e na ideia de que sem a mineração não é possível seguir rumo ao progresso, com garantia de melhor qualidade de vida, tanto para as comunidades onde estão inseridas como para seus empregados, faz parte da política da Vale S.A. como podemos perceber em seu site institucional. A empresa utiliza termos que remetem à mineração sustentável, transformação de recursos naturais em desenvolvimento, priorização da segurança das pessoas, legado positivo nas comunidades em que atua, diálogo transparente, comprometimento com a reparação de danos causados e segurança.



Figura 13: Descrição sobre atividades no site da Vale.
Autor: VALE S.A.

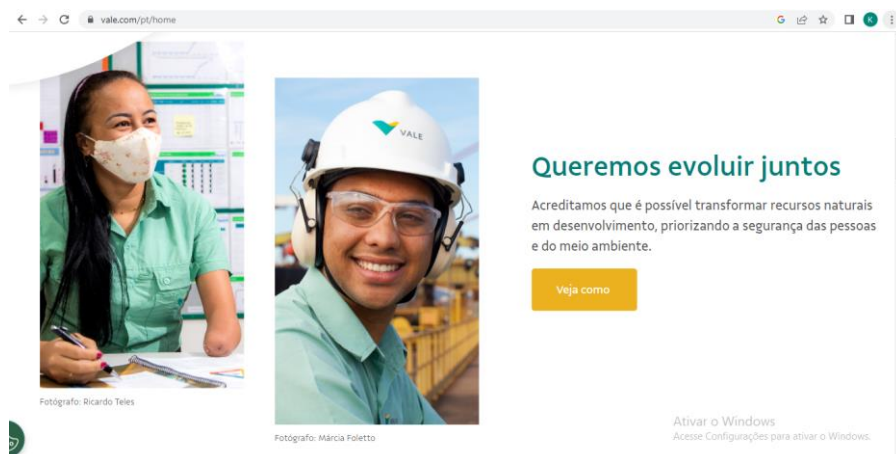


Figura 14: Descrição sobre atividades no site da Vale.
Autor: VALE S.A.



Figura 15: Descrição sobre reparação no site da Vale
Autor: VALE S.A.

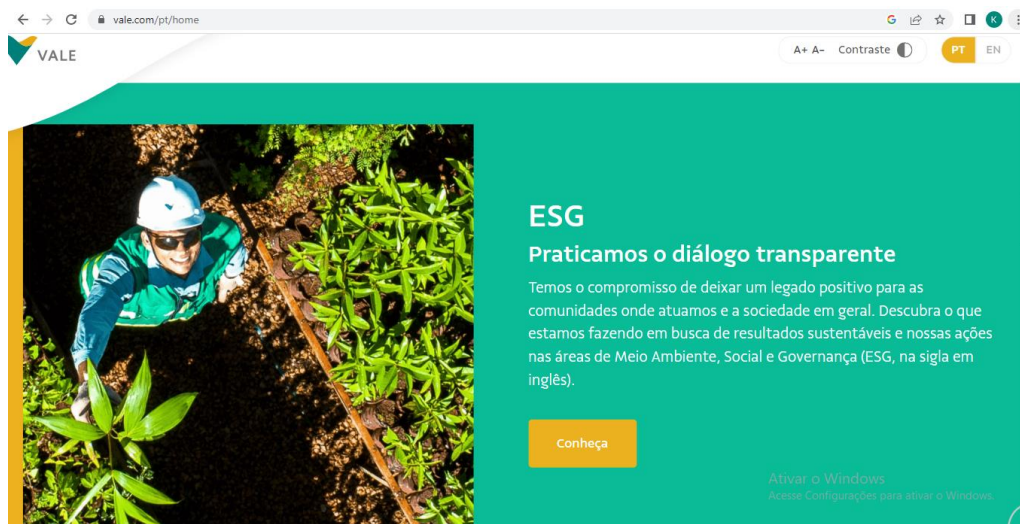


Figura 16: Descrição sobre diálogo no site da Vale
Autor: VALE S.A.



Figura 17: Descrição sobre desenvolvimento no site da Vale.
Autor: VALE S.A.

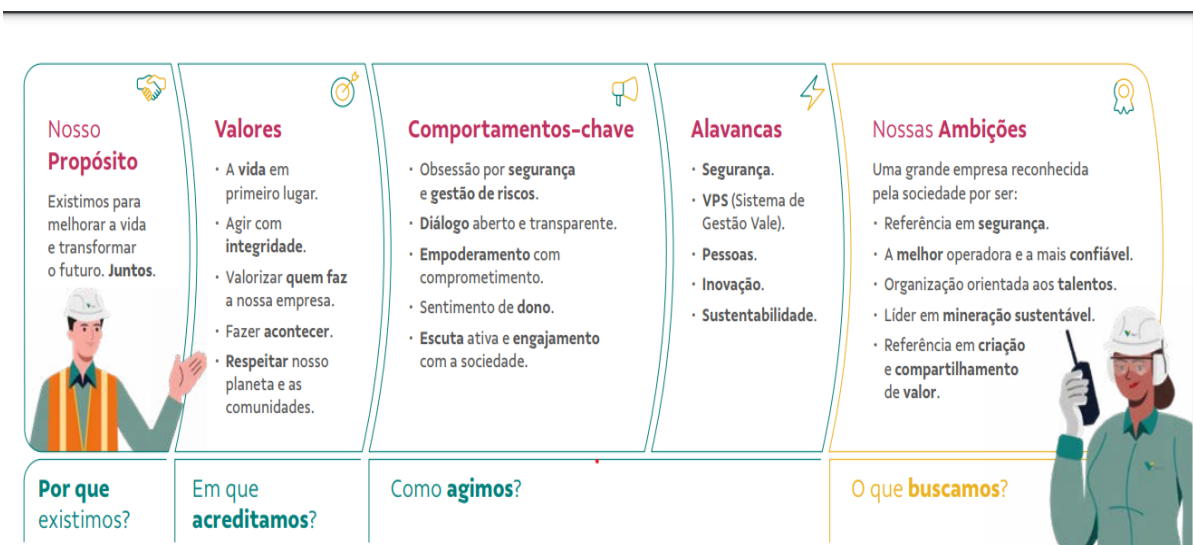


Figura 18: Descrição sobre propósitos e valores da empresa, no site da Vale
Autor: VALE S.A.

Fico a imaginar se os atingidos tanto de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Barra Longa, Brumadinho, Abaeté, Betim, Felixlândia, Curvelo, assim como tantos outros municípios atingidos pela lama, incluindo as comunidades rurais e ribeirinhas, que tiveram suas vidas transformadas para pior, tendo seus projetos interrompidos, relações sociais de proximidades e vizinhanças, rituais sagrados, modos de vida e sonhos sequestrados, ao colocarem seus olhos no site da Vale S.A, quais sentimentos são provocados.

1.3 Mineração, evento crítico e efeitos derrames

“Ouro branco, ouro negro, ouro podre.” - Manuel Bandeira

O extrativismo é um tipo de extração de recursos naturais, em grandes volumes e/ ou alta intensidade, e baixo ou nulo processamento para sua exportação (GUDYNAS, 2013). Deste ponto de vista, o extrativismo não é uma indústria, já que o que se exporta são matérias primas, sem passar por um processamento para a produção de bens manufaturados. Nada produz, mas tudo se extrai. As consequências são o que Gudynas chamou de Efeitos Derrames, pois os efeitos causados pelos empreendimentos extrativistas minerários não se restringem ao local, se derramam para outras localidades. As consequências dos Efeitos Derrames são a exclusão e empobrecimento da população rural campesina⁷, privatização e

⁷ A população rural campesina refere-se às pessoas que vivem nas áreas rurais e estão diretamente envolvidas na agricultura camponesa. Essas pessoas são chamadas de camponeses ou agricultores familiares e dependem principalmente da agricultura de subsistência para sua sobrevivência e sustento. A população rural campesina é caracterizada por sua relação íntima com a terra e sua dependência dos recursos naturais para suas atividades agrícolas. Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

estrangeirização das terras, contaminação e deterioração do meio ambiente, violação de direitos humanos, afetação da saúde por contaminação, deslocamento de comunidades, constantes ameaças e riscos de vida de lideranças. Também ocorrem modificações em políticas públicas, flexibilizações de leis para levarem adiante o empreendimento e mercantilização da Natureza.

Os extrativismos são sempre locais, porém estão sempre atados à globalização. São os agentes internacionais que determinam a demanda e valores, o comércio e a produção. Para Gudynas (2016), o extrativismo tem a capacidade de mudar as políticas públicas, o funcionamento da economia, além do entendimento de Justiça e Democracia.

Os efeitos derrames do extrativismo, assim como se espalha para além do local, atingem vários aspectos da vida. No aspecto social são percebidos os baixos salários, longas jornadas de trabalho e má qualidade de vida para as comunidades locais, com a contaminação do solo, água e alimentos, além de prostituição e aumento da violência. Na Mina do Córrego do Feijão, por exemplo, 613 trabalhadores se revezavam em três turnos. Eles trabalhavam para manter uma estrutura que vinha batendo recordes de produção. Em 2018, Feijão havia extraído 8,5 milhões de toneladas de minério de ferro. As seis mineradoras que operavam em Brumadinho, além da Vale, haviam exportado naquele ano 11,2 milhões de toneladas. (ARBEX, 2022). Vale lembrar que muitos desses trabalhadores que mantinham essa estrutura, morreram no dia 25 de janeiro do ano seguinte, trabalhando.

A pressão permanente pelo aumento das metas de produção exigia um forte controle emocional. “Precisamos fazer mais omeletes com menos ovos”, aconselhava Fábio Schvartsman, diretor-presidente da companhia durante o treinamento virtual oferecido aos funcionários. Na prática, recaía sobre os ombros dos empregados responsabilidade de entregar mais com menos. (ARBEX, 2022, p. 22)

Ao analisar o Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, Zhouri observou diversos conflitos⁸ promovidos pela atividade mineraria, entre eles destacam o impacto nas águas causado pelo empreendimento Minas-Rio⁹, sentido pelos moradores de Água Quente, povoado de Conceição do Mato Dentro:

⁸ Conflitos ambientais, os quais envolvem empresas mineradoras, siderúrgicas, produtoras de celulose, produtoras e distribuidores de energia elétrica, empreiteiras, grandes e pequenos agricultores, latifundiários, Organizações Não Governamentais (ONG), camponeses, sociedades indígenas e quilombolas, pescadores, movimentos sociais rurais e urbanos etc (ZHOURI e VALENCIO, 2014)

⁹ O empreendimento Minas-Rio é um projeto de mineração de ferro localizado nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, no Brasil. É uma das maiores operações de mineração do país e é operada pela empresa Anglo American. O projeto Minas-Rio envolve a extração de minério de ferro na região de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. O minério é transportado por um mineroduto de cerca de 529 km de extensão até o Porto de Açú, no município de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro. No porto, o minério é processado e

A comunidade de Água Quente, que traz a água como marca identitária no próprio nome, sofre com a poluição e a redução do córrego Passa Sete, que atravessa a comunidade, pois ela está localizada a, aproximadamente, 2 km da barragem de rejeitos que esta sendo erguida pelo empreendimento. Esta atividade tem contaminado a água que é utilizada nas plantações, na criação de animais, no uso doméstico, no lazer e na pesca. Segundo uma moradora da comunidade, quando ocorrem incidentes no local, com a alteração excessiva da água, que fica barrenta e cheia de rejeitos que saem do empreendimento, os técnicos se fazem presentes no povoado, mas essas visitas não resolvem em definitivo os problemas. Caixas d'água foram instaladas pela empresa na comunidade, mas elas carecem de manutenção e não permitem abastecer apropriadamente o povoado de Água Quente, cujos moradores às vezes ficam sem abastecimento de água por cinco ou mais dias (Registro de campo e Notas Taquigráficas da Audiência Pública na ALMG, 06 de maio de 2013). (ZHOURI, 2013, p. 86)

No que tange o aspecto econômico, os Governos sustentam o mito de que “somos um país mineiro”, onde o extrativismo gera um crescimento econômico, que é distribuído para o resto da sociedade, vincula o extrativismo aos seus programas de combate à pobreza, apoiando e flexibilizando leis, atitudes reforçadas pelo contexto global da alta dos preços das *commodities*, enquanto criminalizam ou emudecem o protesto cidadão.

Possivelmente, o Brasil de Lula e Rousseff seja o melhor exemplo desta nova configuração, em que o Estado financiou as empresas exportadoras com grandes somas de dinheiro e contribuiu para a transnacionalização de um pequeno grupo de grandes corporações (como a JBS-FriBoi, na área de gado e carnes, a Odebrecht, na de construção civil, a Vale, na mineração, etc). O plano agrícola 2011-2012, lançado por Rousseff, por exemplo, contempla assistência financeira da ordem de US\$ 67 bilhões. O Estado progressista é útil para este capitalismo que se assenta na apropriação de recursos naturais para destiná-los à globalização. (GUDYNAS, 2013)

Na perspectiva de que a sociedade contemporânea depende dos recursos minerais para sustentar seu contínuo desenvolvimento, garantindo bem-estar e conforto, a mineração é frequentemente apontada como um fator impulsionador do progresso. Nesse contexto, discursos de representantes governamentais e empresas do setor são elaborados com o intuito de convencer o público dessa importância. Isso é evidente na afirmação do vice-presidente da Mineradora Alumbreira, Julián Rooney, localizada na Argentina, publicada no Jornal La Nación, em julho de 2007:

embarcado para exportação. O empreendimento envolveu investimentos significativos em infraestrutura, incluindo a construção do mineroduto, a ampliação do Porto de Açú e a construção de uma usina de beneficiamento de minério. A mina possui reservas estimadas de minério de ferro de alta qualidade e tem potencial para operar por várias décadas. Fonte: Anglo American - Minas-Rio. Disponível em: <https://www.angloamerican.com.br/nossas-operacoes/mineracao-no-brasil/minas-rio>

É impossível imaginar um mundo sem mineração. Praticamente todos os elementos de que nos servimos diariamente contêm elementos minerais. Do filamento de uma lâmpada, os talheres com os quais comemos, as ferramentas com que trabalhamos, os materiais de equipamentos médicos para cuidar de nossa saúde, os fertilizantes que permitem fabulosas colheitas ao agronegócio e à indústria vitivinícola, até os cabos e os chips de que se vale a informática, somados à geração e à distribuição de energia elétrica, tudo contém substâncias minerais.

A mesma estratégia de comunicação é utilizada no site institucional da Vale:



Figura 19: Descrição sobre as vantagens da mineração no site da Vale.
Autor: VALE S.A.

O oficialismo mineiro aparece como política de estado, como enunciado por Ollanta Humalla¹⁰, ao discursar sobre o Projeto Conga,¹¹ da empresa Yanacocha, no Peru:

Compatriotas. Nosso governo é consciente da importância do investimento mineiro para alcançar o almejado crescimento como inclusão. [...] Cajamarca¹², como vocês sabem é uma das regiões mais importantes do país,

¹⁰ Ollanta Humala é um político peruano e ex-militar que foi presidente do Peru de 2011 a 2016. Ele nasceu em 1962 em Lima, no Peru. Antes de ingressar na política, Humala serviu como oficial do Exército peruano, onde alcançou o posto de tenente-coronel. Humala ganhou destaque político ao liderar um golpe militar fracassado em 2000, contra o então presidente Alberto Fujimori. Após o golpe fracassar, Humala foi preso e, posteriormente, anistiado. Em 2006, Humala concorreu pela primeira vez à presidência do Peru, mas foi derrotado por Alan García. No entanto, em 2011, ele venceu as eleições presidenciais e assumiu o cargo de presidente em julho do mesmo ano. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/06/925804-humala-vence-eleicoes-presidenciais-no-peru-segundo-resultados-oficiais.shtml>

¹¹ O Projeto Conga é um projeto de mineração localizado na região de Cajamarca, no norte do Peru. É uma iniciativa de exploração de ouro e cobre desenvolvida pela empresa Yanacocha, que é uma *joint venture* entre a Newmont Mining Corporation, a Buenaventura e a International Finance Corporation (IFC). O projeto tem gerado controvérsias e protestos por parte de comunidades locais, organizações ambientalistas e grupos indígenas, devido aos potenciais impactos ambientais, sociais e culturais da mineração a céu aberto na região. Entre as preocupações levantadas estão o uso intensivo de água, a contaminação da água e do solo por substâncias tóxicas utilizadas no processo de extração mineral, a destruição de ecossistemas naturais e a perda de terras e recursos de comunidades locais. Fonte: MiningWatch Canada: <https://miningwatch.ca/>

¹² Cajamarca é uma cidade localizada no norte do Peru, na região montanhosa dos Andes.

mas também uma das regiões com maior pobreza e a terceira em desnutrição crônica infantil. (...) nosso governo comprometeu com Cajamarca, até o momento, mais de cinco milhões de soles para investimentos em energia, infraestrutura viária, moradia, água, saneamento, programas sociais, trabalho, educação, saúde e agricultura. (apud ARÁOZ, 2019, p. 75)

Dessa forma, como compreendido por Aráoz, a condição a que as sociedades modernas estão submetidas é a completa vivência mineral (ARÁOZ, 2019), sendo impossível ser concebida a vida sem os recursos das atividades de extração minerária, pois somente a partir da experiência e necessidade dos bens gerados pela mineração é que se pode estar vivendo no mundo avançado do progresso, do desenvolvimento e do bem-estar. Através do discurso oficial da mineração como geradora de desenvolvimento é reforçada a ideia de que à revelia das relações de poder e processos sociopolíticos sentidos nos territórios e nos corpos, a mineração segue uma suposta evolução natural, sendo impossível desvincular a ideia de que é possível viver sem a sua presença, pois a sua falta gera subdesenvolvimento e pobreza. Como simplesmente repelir algo que não é tão somente necessário ao progresso, mas essencial à vida. Independente dos efeitos derrames por ela provocados, é vista necessariamente como avanço, modernidade, necessária em todas as atividades sócias da vida moderna.

Portanto, o extrativismo cria uma visão reducionista da natureza, colocando-a como mera doadora de recursos, que estão disponíveis para prospecção, exploração e mercantilização (ACOSTA e BRAND, 2017), para atender os desejos daquelas pessoas que se definem pelas coisas, o “povo da mercadoria”, que transforma os meios em fins (KOPENAWA2015), que não se importa que esse mesmo extrativismo lesiona o meio ambiente natural e social, que rompe os ciclos vitais da Natureza, destruindo os elementos substanciais dos ecossistemas, impedindo sua regeneração, que transforma paisagens e adocece populações através do derramamento de prejuízos e morte.

Um dos aspectos dos efeitos derrames causados pela mineração consiste na relação entre a exploração e a rentabilidade: é por meio da megaexploração dos territórios que se atinge alta rentabilidade, deixando como herança a degradação e contaminação ambiental, que degradam a vida das populações locais.

O gigantismo é um dado tecnológico característico das atuais operações: a intervenção sobre milhares e milhares de hectares em pouco tempo, a mobilização diária de enormes recursos naturais e a consequente alteração de ecossistemas inteiros, como flora, fauna, bacias e ciclos hidrológicos, a alteração de paisagens e geofomas (...). Já não se trata apenas de impactos locais e presentes, mas de que as explorações contemporâneas possam causar degradação das condições de moradia, sustentação e salubridade de territórios distantes dos pontos de localização e durante períodos muito prolongados. (ARÁOZ, 2019, p. 217)

É nesse cenário de morte que a vida do Outro é saqueada diariamente: suas fontes de vida (a Terra, incluindo os rios); suas formas de vida (a Identidade) e o direito à Vida (ARÁOZ, 2019). Na atuação da criação do progresso pela mineração, as múltiplas formas de violências são praticadas nos corpos e territórios, ao roubarem o bem-viver¹³ dos povos indígenas, ao deslocarem populações, eliminando os meios de vivenciar a vida que foram construídos nas relações com o território, dotados de temporalidade, ancestralidade e pertencimento, como busco demonstrar mais adiante. As múltiplas violências são percebidas em diversas formas: nas perseguições aos que se opõem às suas explorações; nas estratégias de silenciamentos impostos aos atingidos; nos resultados preocupantes como os danos à saúde mental e corporal da população atingida; nas tentativas de autodestruição, impossibilidade de seguir com os modos de vida; nas restrições de acesso aos recursos naturais antes utilizados e disponíveis; e na necessidade de contínuo processo de mobilização e reivindicações por reparações e proteção de direitos; dentre outras formas de violências impostas. Como demonstra Aráoz (2019):

Em Potosí¹⁴, a mita triturava corpos indígenas e os envenenava com mercúrio; hoje a mineração em grande escala opera triturando montanhas e presenteando-as com outras tantas substâncias tóxicas. Ao fazê-lo, tritura também o mais profundo da natureza interior; não só os territórios-corpo, mas a humanidade do humano. (ARÁOZ, 2019, p. 264)

Como consequência das formas escolhidas para atingir a rentabilidade, onde tudo aparece como digno de sacrifício, está um dos mais graves e frequentes fatores de risco, que consiste nas falhas das barragens de rejeitos. O evento ocorrido em Brumadinho foi um dos

¹³ O "bem-viver" ou "viver bem" é um conceito que tem suas raízes nas tradições indígenas e nas filosofias ancestrais dos povos originários da América Latina, como os povos indígenas da região andina. Na cosmovisão desses povos, o bem-viver é entendido como uma forma de vida em harmonia com a natureza e com os seres humanos, baseada em princípios de reciprocidade, equilíbrio e respeito mútuo. No contexto político e social contemporâneo, o conceito de bem-viver tem sido adotado por movimentos e organizações que buscam alternativas ao modelo de desenvolvimento ocidental baseado no crescimento econômico ilimitado e na exploração desenfreada dos recursos naturais. Para esses grupos, o bem-viver representa uma visão de sociedade baseada na sustentabilidade ambiental, na justiça social, na diversidade cultural e no respeito aos direitos dos povos indígenas. (ARÁOZ, 2019)

¹⁴ Potosí é uma cidade localizada no sudoeste da Bolívia, conhecida historicamente pela sua riqueza mineral, especialmente a prata. Fundada no século XVI pelos espanhóis, Potosí se tornou uma das cidades mais populosas e prósperas das Américas durante o período colonial. A riqueza de Potosí estava baseada na exploração da mina de prata de Cerro Rico, que se estima ter produzido cerca de 60% de toda a prata extraída da América espanhola durante o período colonial. A extração de prata em Potosí foi feita através de um sistema de trabalho forçado, conhecido como mita, no qual os indígenas eram obrigados a trabalhar nas minas em condições extremamente precárias. A exploração intensiva das minas de prata em Potosí teve consequências sociais, econômicas e ambientais significativas. Milhares de indígenas perderam suas vidas devido às condições de trabalho insalubres e à exposição a elementos tóxicos. A cidade de Potosí também sofreu um declínio econômico após o esgotamento dos recursos minerais e a queda do preço da prata no mercado internacional (BAKEWELL, 1994).

mais impactantes na história dos desastres minerários, vou tratá-lo como Evento Crítico, de acordo com a perspectiva de Veena Das:

Nós achamos que era vento, só depois nos demos conta do que estava acontecendo. Vimos a terra explodir e fomos para baixo. Pedi a Deus para não deixar a lama passar por mim". (Lieuzo Luiz dos Santos, sobrevivente do desastre de Brumadinho, entrevista concedida à TV TEM em janeiro de 2019)

Uma quebra do cotidiano, um mudar abrupto da rota de vida, um impacto que muda o ordinário sem planejamento, a ruptura dos projetos individuais, a descontinuidade das memórias individuais e coletivas, um sofrimento repentino e inexplicável, assim o desastre é tomado como um evento crítico, na perspectiva de Veena Das¹⁵. Mais do que descrever o conceito de Evento Crítico, procuro entender como o evento crítico de Brumadinho se prende e desce ao cotidiano das pessoas, como modifica o viver ordinário, e como as pessoas modificam os seus fazeres cotidianos e rituais para poderem continuar vivendo e resistindo em meio a um evento traumático.

“Uma sensação de que tudo havia sido engolido pela lama, que as nossas vidas nunca mais seriam as mesmas”, foi usando essa frase que uma amiga, que na época do rompimento era funcionária da Vale em Brumadinho, descreveu seu sentimento quando a procurei para começar o meu trabalho de campo. Havia cerca de 18 meses que o rompimento da Barragem em Brumadinho havia acontecido, quando iniciei meus primeiros contatos para iniciar meus estudos e vivência de campo. A pandemia da Covid -19 estava em curso no Brasil, e assim comum aos milhares de brasileiros, esse evento crítico também havia mudado as formas de se relacionar com as pessoas e, principalmente, no meu caso, como iria dar prosseguimento aos meus estudos no mestrado.

A minha amiga pediu para não ser identificada, pois ainda era funcionária da Vale e acreditava que podia sofrer algum tipo de retaliação por seu depoimento¹⁶ Como a pandemia

¹⁵ Veena Das abordou dois eventos históricos significativos em sua pesquisa: a Partição da Índia em 1947 e o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi. Partição da Índia em 1947: A Partição da Índia foi um processo que ocorreu em 1947, resultando na divisão do subcontinente indiano em dois países independentes, Índia e Paquistão. A partição foi acompanhada por violentos conflitos religiosos entre hindus, muçulmanos e sikhs, resultando em um grande número de mortes, deslocamentos em massa e violência generalizada. Veena Das realizou pesquisas sobre as experiências das pessoas afetadas por essa divisão e seus efeitos duradouros nas comunidades e na memória coletiva. Assassinato de Indira Gandhi: Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia, foi assassinada em 31 de outubro de 1984 por seus próprios guarda-costas sikh. Seu assassinato desencadeou uma onda de violência anti-sikh em várias partes do país, com ataques direcionados a comunidades sikh, incluindo massacres, estupros e incêndios criminosos. Veena Das estudou as consequências desse evento traumático e como as comunidades sikh lidaram com o trauma, a justiça e a reconstrução de suas vidas após o episódio. (DAS, 2007).

¹⁶ Algumas pessoas disseram que não se importavam em ser identificadas, porém outras acreditavam que poderiam sofrer sanções por parte da Vale, seja no ambiente de trabalho, seja na busca por reparações. Para

desenhou a possibilidade de novos fazeres etnográficos, meu primeiro contato com um atingido se deu por uma mensagem via celular por aplicativo de mensagem, no qual digitei: *preciso conversar com você, saber de suas impressões sobre o desastre de Brumadinho.*

A resposta veio após duas semanas:

Amiga, desculpa a demora, estava internada com covid. Pensei que iria morrer. Mas inferno!, se Deus não quis me levar no dia daquela coisa que ainda nem sei dar o nome, ele não iria me sacanear e me levar por esse vírus que também tá varrendo a Terra, né? Se você quer saber como me senti, você precisa saber que ainda sinto. Uma sensação de que tudo havia sido engolido pela lama, que as nossas vidas nunca mais seriam as mesmas. E não foi mesmo. De verdade: tô tentando aprender a viver essa vida esquisita que a gente leva agora. (Luana, atingida de Brumadinho, 2021)

A partir do evento Crítico, começou uma vivência do desastre, com seus efeitos derrames, atingindo as comunidades próximas ao empreendimento e ao Rio Paraopeba, configurando várias formas de matar e de morrer, como veremos a seguir.

2 – AS VÁRIAS FORMAS POSSÍVEIS DE MATAR E MORRER: O DESASTRE DE BRUMADINHO

“Somos desfeitos uns pelos outros. E se não o somos, falta algo em nós.”- Judith Butler – Os poderes do luto e da violência

A cidade de Brumadinho está localizada no Quadrilátero Ferrífero, região do estado de Minas Gerais com maior produção mineral devido à grande concentração de depósitos de ferro e de jazidas de ouro. O Município de Brumadinho foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1478, no dia 17 de dezembro de 1938, desmembrando-se da vizinha Bonfim. Foram então, anexados os distritos de Aranha e São José do Paraopeba, antes pertencentes aos municípios de Itabirito, e de Piedade do Paraopeba, que fora desmembrado do município de Nova Lima. O distrito de Brumado do Paraopeba, atualmente conhecido como Conceição de Itaguá, foi fundado por volta de 1914 e pertencia ao município de Bonfim. Porém, em 1953, Conceição de Itaguá se tornou Distrito de Brumadinho. Em 25 de maio de 1955, o município de Brumadinho foi elevado à categoria de Comarca Judiciária, pois antes estava circunscrito a Bonfim. Brumadinho está numa região situada no Maciço do Espinhaço e início do Tabuleiro do Oeste, que começou a ser colonizada pelos inconformados da Guerra dos Emboabas¹⁷, que

proteger a privacidade dessas pessoas, a maioria dos nomes que aqui irão aparecer são pseudônimos. As exceções são quando se trata daqueles que têm tornado público os seus pontos de vista.

¹⁷ A Guerra dos Emboabas foi um conflito ocorrido entre 1707 e 1709 na região das Minas Gerais, no Brasil colonial. A guerra teve origem nas tensões entre os bandeirantes paulistas e os forasteiros (emboabas) que

ocuparam o local em busca de ouro, através dos garimpos, para conseguir pagar os tributos à Coroa. O Rio Paraopeba e as dezenas de nascentes do Município abastecem o Município e outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo parte da capital mineira.

Além da mineração, a cidade de Brumadinho tem como atividades econômicas a agropecuária, caracterizada por pequenas propriedades rurais, onde são cultivadas hortaliças e orgânicos, e o turismo, com destaque para o Museu de Arte Contemporânea de Inhotim e a presença de hotéis e pousadas. Extremamente importante mencionar a presença de povos indígenas como os Pataxó, que habitam as margens do Rio Paraopeba, onde suas vidas estão entrelaçadas na dependência e convivência com o rio.

A exploração de minério de ferro da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, teve início em 1956, pela então Cia. de Mineração Ferro e Carvão, passando, em 1973, a ser controlada pela Ferteco Mineração. Em 2003, a mina foi incorporada à Companhia Vale do Rio Doce, que foi renomeada Vale S.A. a partir de 2009. As negociações para a aquisição da Ferteco Mineração tiveram início em 2001, culminando na compra pela Vale por um montante de US\$ 566 milhões, de acordo com informações disponibilizadas no site da própria empresa.

A Vale S.A. tem enorme influência na economia local, gerando empregos diretos e indiretos na cidade de Brumadinho, porém a atividade minerária pode resultar em grande impacto socioambiental em casos de desastres. Ao buscar compreender a percepção dos moradores de Brumadinho em relação à Vale, percebi a dualidade de sentimentos, como descrito por Miguel, proprietário de um hotel fazenda localizado na região:

É estranho pensar que uma empresa que gera tantos empregos e é responsável pelo crescimento e progresso da cidade, também é capaz de gerar tanta dor e morte e prejuízos para a cidade e entorno. Precisamos dela aqui, mas a gente queria que fosse com mais segurança. (Miguel, proprietário de Hotel Fazenda no município de Brumadinho, entrevista realizada pela autora em 20 de junho de 2021)

Já Daiane, sobrinha de um dos mortos no desastre afirmou com muita tristeza:

Mil vezes meu tio desempregado do que morto e sem cabeça pra a minha vó enterrar. (Daiane, atingida pelo Desastre da Vale em Brumadinho, entrevista realizada pela autora em 20 de junho de 2021.).

Antes do rompimento da barragem em Brumadinho, a percepção dos moradores em relação à Vale era, em grande parte, influenciada pela imagem que a empresa projetava como

chegaram à região em busca de ouro. Os paulistas sentiram-se ameaçados pela presença dos emboabas e houve confrontos armados, saques e destruição de vilas.

uma grande empregadora e uma parte importante da economia local. A Vale era frequentemente vista como uma empresa de grande porte, que proporcionava oportunidades de emprego e investimentos na comunidade. Muitos moradores consideravam a empresa como um pilar econômico e um fator positivo para o desenvolvimento da região. A ilusão do desenvolvimento pela mineração se refere à crença equivocada de que a exploração mineral intensiva é automaticamente sinônimo de progresso econômico e social para as comunidades e regiões afetadas. Essa crença muitas vezes ignora ou minimiza os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos adversos associados à indústria mineradora. A cidade de Brumadinho, apesar da presença da mineração, não experimentou um desenvolvimento sustentável substancial e equitativo ao longo dos anos. Embora a atividade mineradora tenha sido uma parte significativa da economia local, os benefícios econômicos nem sempre se traduziram em melhorias significativas para a qualidade de vida da população, para o desenvolvimento social e humano. Para ZUCARELLI (2021), apesar da exploração mineral ser uma atividade estabelecida há décadas em alguns municípios mineiros, a maioria deles ainda apresenta condições precárias na oferta de serviços públicos básicos: baixo percentual de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado; baixa qualidade no ensino; alta concentração de renda e elevada mortalidade infantil. Daniela Arbex descreve os números da atividade mineradora em Brumadinho:

A atividade mineradora movimentara, apenas em 2018, US\$529,5 milhões em exportações - quase 3% de todo o minério de ferro vendido por Minas Gerais para outros países naquele ano saíra das reservas minerais situadas dentro do município. (ARBEX, 2022, p.20)

O valor, ao ser convertido pela cotação do dólar na época (R\$3,87), superava 2 bilhões de reais, o que representava algo em torno de 80% do PIB de Brumadinho, já os royalties¹⁸ de produção somaram R\$ 35, 6 milhões em arrecadação municipal, dos quais 25 % foram pagos pela Vale.

No contexto da mineração, por exemplo, os royalties são normalmente pagos às autoridades governamentais ou proprietários das terras onde ocorre a extração mineral. Isso é feito para compensar os impactos ambientais, sociais e econômicos da exploração, bem como para garantir que as comunidades locais e os governos recebam uma parte justa dos lucros gerados pela atividade extrativista. Os royalties dos extrativismos são devidos aos

¹⁸ Royalties são pagamentos ou compensações financeiras que são feitas por uma empresa ou indivíduo pelo uso ou exploração de um recurso natural, tecnologia, marca registrada ou propriedade intelectual de terceiros. Esses pagamentos são geralmente feitos como uma porcentagem dos lucros obtidos com a utilização desses recursos ou propriedades. Fonte: <https://www.suno.com.br/artigos/royalties/>

proprietários das áreas exploradas (quando não são propriedade do governo), bem como aos governos locais e nacionais, como uma forma de compensação pelos recursos naturais explorados e para compartilhar pequena parte dos benefícios econômicos gerados pela atividade de extração.

A barragem do Córrego do Feijão foi construída, utilizando o método construtivo de alteamento a montante. A altura da barragem era de 86 metros e o comprimento da crista era de 720 metros. Os rejeitos dispostos ocupavam uma área de 249,5 mil metros quadrados e o volume disposto eram de 11,7 milhões de metros cúbicos, segundo a Vale S.A. Esta barragem tinha como finalidade a disposição de rejeitos do processo de beneficiamento de minério de ferro. De acordo com informações da Vale S.A., a barragem estava inativa (não recebia rejeitos), não tinha presença de lago e não existia nenhum outro tipo de atividade operacional em andamento. Na época do rompimento, encontrava-se em desenvolvimento o projeto de descaracterização da barragem. A Vale e outras mineradoras utilizavam a via úmida, com adição de água, no processo de separação do minério da ganga¹⁹. Ao separar o minério lucrativo daquele que não gera lucro, sobra-se como rejeito um pó muito fino, tendo a consistência de lama (ARBEX, 2022)

Uma lama avermelhada. É que, apesar de ser cinza, o minério contém traços vermelho devido à presença de hematita em sua composição. Por isso, ao ser misturado com água, oxida como se enferrujasse, mudando de cor. Uma vez, que por força da lei, esse material não podia ser descartado em córregos ou rios, a exemplo do que ocorreria no passado, passou a ser bombeado para as barragens. (ARBEX, 2022, p. 24)

O processo de descaracterização da barragem B1 em Brumadinho, que culminou no trágico rompimento, foi marcado por uma série de fatores que contribuíram para sua instabilidade e colapso. A descaracterização se refere ao processo de desativação e descomissionamento da barragem, geralmente visando reduzir os riscos associados a estruturas de rejeitos de mineração. Abaixo estão os principais eventos e fatores que levaram à descaracterização da barragem B1, segundo o Relatório do Painel de Especialistas Sobre as Causas Técnicas do Rompimento da Barragem I do Córrego do Feijão, realizado em dezembro de 2019:

1. Uso de alteamento a montante: A barragem B1 utilizava o método de alteamento a montante, que é considerado menos seguro em comparação com outros métodos de construção de barragens. Esse método envolve o acréscimo de novas camadas de rejeitos por cima do material já depositado, aumentando

¹⁹ Mineral sem valor econômico

gradualmente a altura da barragem. Isso pode tornar a estrutura mais instável e sujeita a deslizamentos.

2. Aumento no volume de rejeitos: Ao longo dos anos, o volume de rejeitos acumulados na barragem B1 aumentou consideravelmente devido à contínua atividade de mineração na região. Esse aumento no volume de material depositado pode sobrecarregar a estrutura e aumentar a pressão sobre os rejeitos.
3. Falta de monitoramento adequado: Havia falhas no monitoramento adequado da estabilidade da barragem B1. Problemas técnicos e limitações nos sistemas de monitoramento podem ter levado a uma compreensão insuficiente das condições da estrutura.
4. Comprometimento da estrutura: Relatórios indicam que a barragem B1 sofreu com o deslizamento de material e rachaduras em sua estrutura, indicando sinais de instabilidade antes do rompimento.
5. Fatores climáticos: Chuvas intensas podem ter agravado a situação, saturando o solo e aumentando a pressão sobre a estrutura da barragem.

A combinação desses fatores, incluindo práticas inadequadas de construção, monitoramento inadequado, acúmulo excessivo de rejeitos e problemas estruturais, levou à descaracterização e, finalmente, ao rompimento da barragem B1 em Brumadinho como podemos perceber na descrição do relatório do painel, anteriormente mencionado:

Em resumo, o histórico descrito abaixo gerou as condições de instabilidade na Barragem I:

Um projeto que resultou em um talude íngreme construído a montante; O controle de água dentro da bacia de rejeitos que às vezes permitia que a água do lago de decantação chegasse perto da crista da barragem, resultando no lançamento de rejeitos fracos perto da crista; Um recuo de projeto que empurrou as partes superiores do talude para cima dos rejeitos finos mais fracos; A falta de drenagem interna significativa que resultou em um nível de água persistentemente alto na barragem, principalmente na região do pé da barragem; Alto teor de ferro, resultando em rejeitos pesados com cimentação entre partículas. Esta cimentação gerou rejeitos rígidos que apresentavam comportamento potencialmente muito frágil se submetidos a um gatilho que ensejasse uma resposta não drenada; e precipitação regional alta e intensa na estação chuvosa, o que pode resultar em perda significativa de sucção, produzindo uma pequena perda de resistência nos materiais não saturados acima do nível da água. O Painel constatou que o rompimento e o deslizamento de lama resultante decorreram da liquefação estática dos rejeitos dentro da barragem. (MELO, ROBERTSON, WILLIAMS & WILSON, 2019, P.5)

E...

O Painei concluiu que a súbita perda de resistência e o rompimento resultante da barragem marginalmente estável foi devido a uma combinação crítica de deformações específicas Relatório do Painei de Especialistas sobre as Causas Técnicas do Rompimento da Barragem I do Feijão contínuas devidas ao creep, e uma redução de resistência devida à perda de sucção na zona não-saturada causada pela precipitação cumulativa desde que cessou o lançamento de rejeitos, incluindo a precipitação intensa no final do ano 2018. Isso seguiu vários anos de precipitação crescente depois de que o lançamento de rejeitos cessou em julho de 2016. As deformações específicas e a redução de resistência na zona não-saturada alcançaram um nível crítico que resultou no rompimento observado no dia 25 de janeiro de 2019. As deformações e as deformações específicas calculadas pré-rompimento por creep correspondem às pequenas deformações observadas na barragem no ano anterior ao rompimento. (MELO, ROBERTSON, WILLIAMS & WILSON, 2019, p.85)

Os moradores de Brumadinho vivem uma relação de dependência e revolta com a mineradora. Se por um lado a companhia é vista como geradora do emprego dos sonhos e única fonte de renda para muitos, é também sinônimo de descaso com a população e o meio ambiente, haja visto o rompimento da Barragem. Para além da dor pela perda de parentes e amigos, moradores se angustiam com a falta de perspectivas para o futuro. Além do potencial minerário, no local existiam sítios, plantações, criações de animais que serviam de sustento para muita gente. Local onde a vida acontecia.

2.1 O desastre: A morte chegou e ficou

"Morre-se muitas vezes antes de morrer." - Pablo Neruda

No dia 25 de janeiro de 2019, precisamente às 12h28, ocorreu uma violenta explosão na Mina do Feijão. Um estrondo intenso reverberou e a própria terra pareceu tremer. Tudo ao redor entrou em movimento. Esse foi o momento em que a Barragem I se rompeu, com mais de 300 trabalhadores presentes no local no momento do incidente. Fendas se abriram ao longo de toda a extensão da barragem, engolindo o veículo no qual estavam os funcionários que realizavam suas atividades no local naquele instante. Uma imensa cratera se abriu e também o gado despencou dentro dela (ARBEX, 2022). Um tsunami de lama engolia tudo pela frente: máquinas, carros, construções, refeitório, gente, vidas. A lama densa que percorreria mais de 300 quilômetros puxava para a morte centenas de pessoas, animais, a vegetação e o rio Paraopeba. A onda vermelha e densa de rejeitos seguiu forte, veloz e com fúria, destruindo e levando para a morte tudo o que ela tocava. Árvores de todos os tamanhos eram arrancadas como caniços pela raiz. Estruturas de prédios eram revolvidas como se fossem de algodão,

carros, tratores de 70 toneladas²⁰, vagões de trem e caminhões eram levados como brinquedos. Vidas humanas eram arrastadas para a morte por quilômetros. Alguns dos corpos, arrancados da vida, submergiram na lama, outros ficaram atolados na própria lama e outros ficaram escondidos nas profundezas para não mais voltarem. Era o maior desastre humanitário e trabalhista do Brasil.

Na tentativa de podermos ao menos imaginar o medo sentido com a proximidade e possibilidade da morte, vivenciados pelas pessoas atingidas e que sobreviveram ao rompimento, aciono alguns dos relatos presentes no livro *Arrastados*, de Daniela Arbex.

Os dois deram-se as mãos e, juntos, começaram a rezar em voz alta. Em meio ao pai-nosso, ouviram uma pancada fortíssima na porta da caminhonete. Primeiro a lama bateu no lado do motorista, encobrindo do vidro próximo a Elias. Ele fechou os olhos, implorando por um fim rápido. O carro foi violentamente empurrado. Os destroços bateram no para-brisa, atingindo o lado de Sebastião, e o veículo foi lançado para cima. O vidro traseiro quebrou. Quando o carro finalmente parou, o dia virou noite dentro dele. Ficou tudo escuro. (ARBEX. 2022, p.53)

E, continua, a referida autora:

Sem rumo, dezenas e funcionários corriam de um lado para o outro à procura de um lugar seguro. – Tenha misericórdia, meu deus do céu! ô meu pai! Nossos amigos, gente... - clamava repetidamente (...) o prestador de serviços responsável pela manutenção das catracas da Vale. . (ARBEX. p.48, 2022)

Não houve sirene²¹. Não houve a possibilidade de fugir do mar de lama. Tudo seria arrastado. Quando a lama passou por cima da mina, tendo levado a cabeceira da B6 e soterrado as barragens menores - a IV e a IVA -, a B1 rompeu os limites da mineradora, alcançando as casas da zona rural do Córrego do Feijão, onde moravam cerca de 400 pessoas, indo em direção à Pousada Nova Estância, onde havia turistas hospedados. Sem anúncio, esse evento crítico mudaria a vida dessas pessoas para sempre.

De longe, arrasado, seu Ernando viu o momento em que a lama da barragem invadiu a chácara, levando a lateral da casa, que tombou e desfez-se como se fosse de papelão. O imóvel foi atingido pela inundação 80 segundos após o rompimento da B1. Seu Ernando olhava incrédulo, o desmonte da moradia, esforçando-se para vislumbrar a patroa, a cachorrinha, mas só via destruição. [...] Sirlei, a patroa de Ernando, já na rua tentando se salvar da tsunami de lama, lembrou-se da cachorrinha e voltou ara procura-la. Sirlei morreu tentando achar sua cachorra. (ARBEX, 2022, p.59)

²⁰ Conhecidos como esteiras D10

²¹ No dia do rompimento a sirene não foi acionada. A sirene é um importante sistema de alerta utilizado para notificar a população sobre situações de emergência, como o rompimento de uma barragem. No caso específico de Brumadinho, relatos indicam que a sirene não foi acionada a tempo, ou não funcionou corretamente, deixando os moradores e trabalhadores da região desprevenidos. Isso resultou em uma menor capacidade de evacuação e tomada de ações de segurança por parte das pessoas que estavam nas áreas afetadas.

A problemática associada ao uso de sirenes para a prevenção de desastres abrange uma série de desafios que podem comprometer a efetividade desses sistemas de alerta. Embora as sirenes desempenhem um papel importante como instrumento de aviso para comunidades diante de situações de emergência, como deslizamentos de terra, enchentes, incêndios ou rompimentos de barragens, é essencial considerar diversos fatores críticos.

Um aspecto relevante é o alcance limitado das sirenes, que pode resultar na falta de audição por parte de certas pessoas, especialmente aquelas confinadas em espaços fechados, em locais remotos ou que possuem deficiências auditivas. Além disso, a ocorrência de falhas técnicas constitui outro ponto de preocupação. As sirenes estão sujeitas a problemas técnicos, como interrupções de energia, mau funcionamento ou falta de manutenção adequada, comprometendo, assim, sua confiabilidade.

Contudo, as preocupações associadas ao uso das sirenes como um meio de proteção diante de desastres vão além das falhas técnicas. Há também o impacto psicológico que elas podem gerar nas comunidades vizinhas a empreendimentos, como relatado por uma residente de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto. Em uma entrevista concedida ao jornal "A Sirene" em 25 de novembro de 2020, essa moradora compartilhou sua perspectiva sobre o terror psicológico suscitado pelas sirenes, destacando como elas podem instigar apreensão e agitação emocional nas pessoas que vivem próximas a esses dispositivos.

Estamos cansados de pedir o simulado, já enviamos ofícios cobrando. Nós não sabemos o som da sirene, as rotas de fuga não foram readequadas e elas não são adequadas. As pessoas não sabem se houver um rompimento, o som da sirene, em Fundão não tinha sirene. Em Brumadinho a sirene não tocou. em Antônio Pereira, nós não temos simulado e nós não sabemos o som da sirene. Nós não estamos preparados para correr da lama e ainda existem pessoas mesmo com as obras, morando na zona de auto salvamento e isso é muito sério, porque a gente sabe que Fundão rompeu devido as obras que estavam acontecendo, ou seja, a Vale iniciou as obras na barragem do doutor sem retirar todas as famílias das ZAS²².

Como medida preventiva em situações de desastre, são instaladas sirenes e são demarcadas rotas de fuga, com a esperança de que as pessoas possam reagir aos sinais de alerta e garantir sua própria segurança. A criação de uma espécie de "zona de autossalvamento" para os moradores dessas regiões reflete o reconhecimento, por parte das empresas de mineração, das limitações em garantir a segurança das vidas envolvidas. Isso resulta em uma transferência de responsabilidade, onde as empresas evitam assumir a

²² ZAS: zonas de autossalvamento.

obrigação de proteger essas vidas do perigo iminente, deixando assim a responsabilidade de sobrevivência nas mãos das próprias vítimas. É importante recordar que no desastre em Mariana, a sirene também não funcionou.



Figura 20: Trajeto da lama no Rio Paraopeba.
Autor: FERNANDES, Leonardo. 2019

No site da Vale S. A. podemos encontrar a seguinte informação sobre o desastre:

No dia 25 de janeiro de 2019, a Barragem I, na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), se rompeu. Desde as primeiras horas após o rompimento da barragem, a Vale tem dado apoio aos atingidos e às suas famílias. Diversas ações para reparação têm sido realizadas nos âmbitos social, ambiental, de infraestrutura e de segurança. Seguimos investindo em iniciativas que visam ao desenvolvimento de uma mineração sustentável, reduzindo impactos e atuando com a sociedade, de maneira transparente, para mitigar ainda mais os riscos associados às nossas operações. A Barragem I da Mina Córrego do Feijão tinha como finalidade a disposição de rejeitos provenientes da produção e ficava situada em Brumadinho (MG). A mesma estava inativa (não recebia rejeitos), não tinha a presença de lago e não existia nenhum outro tipo de atividade operacional em andamento. Naquele momento, encontrava-se em desenvolvimento o projeto de descaracterização da barragem. A barragem foi construída em 1976, pela Ferteco Mineração (adquirida pela Vale em 27 de abril de 2001), pelo método de alteamento a montante. A altura da barragem era de 86 metros e o comprimento da crista era de 720 metros. Os rejeitos dispostos ocupavam

uma área de 249,5 mil metros quadrados e o volume disposto era de 11,7 milhões de metros cúbicos.

Apesar da Vale afirmar que ações serão realizadas no sentido de reparar os impactos sociais e ambientais, verifica-se a continuidade nesse tipo de desastre, vide o ocorrido em Mariana, poucos anos antes. A continuidade do modelo de mineração predatório (GUDYNAS, 2015) representou a ruína de territórios nos vales do ribeirão Ferro-Carvão e do rio Paraopeba, impactando não somente o município de Brumadinho, onde se localizava a barragem que se rompeu. Uma gama de impactos e vivências do desastre tem sido percebida em diferentes escalas e intensidades, que se espalha espacialmente na bacia do rio Paraopeba. Esse aspecto revela que a mineração e seus impactos não são somente locais.

Em uma das mensagens trocadas com Ana²³, via WhatsApp, sobrevivente do desastre, pois estava de férias no dia do rompimento, ela relatou por áudio que tinha dificuldades em esquecer as cenas que passavam na mídia televisiva, sabendo que havia morrido tanta gente que ela conhecia e gostava.

Já tem mais de dois anos que aconteceu aquela tragédia. Sabe o que não sai de jeito nenhum da minha cabeça? Acho que cê vai lembrar. Tinha uma moça que tava presa lá na lama. Ela tava toda suja de lama, todinha, todinha. Aí veio o helicóptero do corpo de bombeiro e conseguiu tirar ela de lá. Quando vi aquela mulher na televisão chorei tanto. Pensei que muita gente podia ter a mesma sorte que aquela moça, mas ó, não teve não. Morreu gente demais lá. Morreu tanta gente que toda hora recebia uma ligação falando que mais um colega tinha morrido e ainda tinha um tantão desaparecido (respiração ofegante e voz de choro). Desde aquele dia, choro quase todo dia e sonho todo dia. Sonho não, é pesadelo mesmo. Vou te mandar a foto da moça que tô te falando. Cê com certeza vai lembrar. Eu não esqueço. (Ana, atingida da Vale em Brumadinho, 2021)



Figura 21: Imagem recebida via WhatsApp, de Ana, funcionária da Vale S.A.

Na última etapa para a seleção do mestrado, quando tive a oportunidade de oferecer melhores explicações sobre meu projeto, fui questionada por um dos professores da banca:

²³ Ana é funcionária da Vale S. A e estava no primeiro dia de férias na ocasião do desastre.

“esse tema sobre morte e corpos desaparecidos é bem pesado. Você vai ter o emocional forte para lidar com tudo o que vai aparecer?” Respirei fundo e afirmei com sinceridade e certeza que saberia muito bem separar as coisas: a vida pessoal da acadêmica e que apesar do tema ser difícil, pois se relacionava aos processos de luto, eu saberia muito bem deixar as emoções no campo. Ledo engano. Ao adentrar nas vivências das descrições do desastre, no contato com alguns atingidos, com as imagens disponíveis na mídia e ao permanecer, muitas vezes, parada e pensativa às margens do Rio Paraopeba, fui constantemente atravessada pela dor: minha e dos outros. É impossível conter as lágrimas e as crises de ansiedade enquanto descrevo o que li, vi e ouvi. Imaginar e sentir a presença da morte e das vidas em suspensão, seja nos rituais ou nos planos para o futuro, teve um impacto tão forte em mim, que deixei a escrita para os últimos meses do final do mestrado. Fiquei por meses elaborando os sentimentos dentro de mim, para que não fossem confundidos com o meu próprio processo de suspensão, com risco de perda e luto. Por fim, é na busca da compreensão sobre como a morte pode ser fazer presente de forma abrupta e depois lenta, que continuo tentando separar os sentimentos.

Mortes abruptas e despedidas sem adeus. A tragédia em Brumadinho afetou os rituais de despedida e o luto de centenas de pessoas, um evento crítico que remodelou a vida cotidiana e a forma de ritualizar a morte. À medida que os dias se passavam, após o rompimento, a presença da morte permanecia. Se antes ela chegou de forma crítica, como uma avalanche, depois ela foi permanecendo de forma lenta, ceifando os modos de vida, as formas de ritualizar as perdas, adoecendo as pessoas numa violência lenta (NIXON, 2011).

Rob Nixon utiliza esse termo para descrever a forma de violência que ocorre de maneira gradual e prolongada ao longo do tempo, muitas vezes resultante de processos ecológicos, sociais e políticos complexos. A violência lenta difere da violência direta e imediata, que geralmente associamos ao conceito de violência. Em vez de atos explícitos de agressão física, a violência lenta se manifesta através de danos sutis e acumulativos, muitas vezes despercebidos ou ignorados pela sociedade em geral. Essa forma de violência pode afetar tanto os seres humanos quanto o meio ambiente (IDEM, *Ib*, p.2.)

Morrer é um processo construído socialmente. Para Philippe Ariès (2003), dos séculos XII ao XIII, observamos uma intensa e profunda representação da morte sem culpa, a morte era domesticada, familiar, quase encenada. Amigos e parentes do morto reuniam-se para contemplá-lo em sua hora derradeira, “durante séculos a morte era um espetáculo público que ninguém pensaria em esquivar-se” (ARIÈS, 2003, p. 22). A morte era pública, o indivíduo era

protagonista da própria morte, a “Morte Domada”, portanto, tem um caráter público, onde essa diz respeito aos familiares e ao moribundo. Sobre a morte, Ariès afirma:

A morte, tal como a vida, não é um ato apenas individual. Por essa razão, à semelhança de cada grande passagem da vida, ela é celebrada por uma cerimônia sempre mais ou menos solene, que tem por finalidade marcar a solidariedade do indivíduo com sua linhagem e comunidade. (ARIÈS, 2003, p. 812)

Os complexos de rituais da morte e do luto levam à aceitação com mais tranquilidade. Mas a morte, ou sua representação transformou-se: O homem no século XII reconhece a morte de si mesmo, mas no século XVIII ela é, antes de tudo, a morte do outro; ela é uma violação à vida cotidiana, uma ruptura, um interdito; a morte é a reafirmação de que a prosperidade do coletivo está ameaçada. Detentora de um discurso moral, a sociedade não se sente mais à vontade em tratar da morte, pois ela despe o ser humano de uma aura eterna e revela a sua finitude, o fracasso e a fragilidade. A interdição da morte é um processo lento, quase imperceptível, que é imposto, interiorizado e expresso no domínio dos gestos, dos olhares, das palavras e das atitudes em relação à morte e ao luto. É a morte repelida. A morte tanto quanto a sexualidade, no mundo Ocidental, torna-se um tabu; o luto torna-se individual, escondido.

A morte também pode ser vista como um fato social, onde as elaborações sociais em torno dela, os rituais e a construção de memórias fazem parte da coletividade, uma vez que não envolve somente o morto, mas toda a estrutura social e as relações que o falecido mantinha em vida, onde cada cultura irá criar sua própria interpretação, representações e práticas. Para GODELIER (2016), a morte é uma parte natural da vida, no entanto, é interessante notar que ao longo da história a humanidade tem construído representações da morte que excluem ou não contemplam a visão de que ela é simplesmente um aspecto da natureza. Ao dar sentido social à morte, buscamos compartilhar significados e compreensões sobre esse evento inevitável.

É corriqueiro associar a consciência da morte como algo único dos seres humanos, onde essa consciência não é experimentada pelos animais. Entender a perspectiva de que todos nós somos mortais também está na raiz das religiões humanas, prega-se que a única certeza que todos os seres humanos possuem é a certeza que o dia da própria morte um dia irá chegar. Para vários povos indígenas, todos os seres compartilham a condição de

humanidade²⁴, somente a linguagem e os corpos são o que diferencia o homem dos outros seres vivos.

É de conhecimento de historiadores, antropólogos e sociólogos que nenhuma sociedade, por mais simples e coesa por uma solidariedade mecânica, até as mais modernas, onde segundo Durkheim, os indivíduos são egoístas, consegue permanecer indiferente ao acontecimento da morte. O tratamento e importância que os indivíduos de uma sociedade irão depositar aos seus mortos irão constituir parte da própria identidade coletiva. Segundo Godelier (2016), quando a pessoa morria, as sociedades se confrontavam com uma dupla necessidade: a de se livrar do cadáver e a de separar o morto do mundo dos vivos.

Esse duplo objetivo era realizado por meio dos ritos funerários. Eles precediam, acompanhavam e sucediam os funerais, momento em que os vivos se separavam (e separavam a sociedade como um todo) de seus mortos. (GODELIER, 2016, p. 20)

Os ritos funerários se diferem de acordo com o costume de enterrar o corpo ou de incinerá-lo, de expô-lo em uma superfície para se decompor e ser devorado pelos abutres ou de ser embalsamando ou mumificado (GODELIER, 2016). As práticas ritualísticas em torno da morte e do morto variam no tempo e no espaço, contudo nunca é suprimida, seja qual for a sociedade. Os rituais são prescritos em cada sociedade. Em raras sociedades na Amazônia e na Nova Guiné, por exemplo, o morto não é enterrado e sim incinerado, como descreve o referido autor:

Para evitar que o morto seja sepultado sob a terra, à mercê dos vermes e dos seres maléficis que vivem nas profundezas, ele é incinerado e suas cinzas são misturadas a uma pasta feita de banana amassadas ou de outros ingredientes. Em seguida o morto é ingerido por membros de sua família, que lhe oferecem seus próprios corpos como sepultura para evitar que ele sofra o horror de ser enterrado. (GODELIER, 2016, p. 21)

A consciência da morte, por parte dos humanos, irá definir o tratamento e a importância que damos aos mortos. Começamos um processo de materialização do óbito, sendo as sepulturas uma das formas para esse processo.

²⁴ Por outro lado, já se pode afirmar que ao menos certas espécies de animais têm consciência da morte de outro indivíduo e são capazes de experimentar o luto. O biólogo holandês Frans de Waal, especialista no comportamento e psicologia dos primatas, nos traz relatos surpreendentes a respeito de como os chimpanzés e os bonobos (espécie mais pacífica de chimpanzés) lidam com a morte de um membro de sua comunidade. Segundo Waal, a reação dos primatas à morte de um companheiro sugere que eles têm dificuldade em aceitar o evento da morte. Mães insistem em carregar seus filhos falecidos, até que o estado do corpo comprove que a situação se tornou absolutamente irreversível. Os primatas testam o corpo inerte, tentam reanimá-lo, e alternam expressões de revolta, frustração e conformismo. Parecem compreender que a transição da vida para a morte é definitiva e irreversível. Disponível em <https://cerejeiras.com.br/blog/o-luto-dos-animais-sera-que-os-animais-tem-consciencia-da-morte/>, acesso em 31/05/2023.

As sepulturas traduzem um processo de conhecimento objetivo, trata-se da necessidade de se exprimir algo, tomando a consciência de que o corpo morto de um humano não pode ser considerado como um defunto qualquer. É necessário, deste modo esconder, queimar, apressar, intervir de alguma forma, mitificar, enterrar, comer, cremar [...] (RODRIGUES, 1983, p. 68).

No Brasil do século XIX e XX, uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa (REIS, 1991). E o morto sem sepultura era um dos mortos mais temidos, pois um morto sem sepultura significa ter a alma vagando, como Reis (2016) aponta:

Era importante morrer em terra firme, não para ser enterrado em qualquer lugar, mas em local sagrado. Durante muito tempo, entre os habitantes de Salvador, esse local foi a igreja. [...] não só Deus e sua corte de santos nela habitavam, mas também os mortos. (REIS, 1991, p. 83)

O ritual com suas sepulturas e esfinges tem caráter de proteção para os mortos, pois guarda os mortos, dando-lhes um corpo novo, um corpo reificado ao olhar dos vivos, guardado agora pela memória, pela sepultura, pelas fotografias e pelo nome entalhado na lápide. Os rituais estabelecem mais do que de uma luta contra o esquecimento, trata-se de devolver uma identidade àquele corpo cuja matéria irá desaparecer com o tempo. Ao reinventar os corpos, tornando-os simbólicos e afetivos, constroem identidade e memória, livrando-se do esquecimento e da banalização da morte. A permanência da memória, construída através do simbólico, torna-se remédio para a angústia da perda:

Não se trata, portanto, de uma mera apresentação do corpo ou representação do que era o vivo, mas de um tornar presente alguma instância do sujeito, da pessoa. Como se, no corpo simbólico refeito sobre o cadáver, algo de uma presença retornasse. O cadáver é o primeiro corpo reinventado daquele que morre – porque o que desejamos nele ver não é sua substância orgânica, mas a pessoa. Um processo simbólico e subjetivo se instaura entre o cadáver e eu, somente assim posso constituir outro corpo – corpo ainda em relação comigo (SANTOS, 2017, p. 48)

Após o ritual funerário começa para os vivos um período de luto, que irá variar de acordo com cada sociedade. Durante o período de luto, os familiares do morto manifestam sua dor e tristeza por meio de uma diversidade de signos e significados. Godelier (2016) revela que:

Entre o povo baruya²⁵, homens e mulheres fazem um corte na testa com uma faca, ou um sílex e, deixam escorrer o sangue em suas faces. Usam capas de

²⁵ O povo Baruya é uma comunidade indígena que habita a região das Terras Altas da Papua-Nova Guiné. A cultura Baruya é rica em cerimônias e rituais que desempenham um papel importante na vida comunitária. Esses rituais estão relacionados a eventos como nascimento, casamento, morte e iniciação. Eles acreditam na existência de espíritos e têm crenças animistas, acreditando que os espíritos desempenham um papel significativo em suas vidas.

pele rasgadas, não se lavam, e o viúvo ou viúva do defunto usa relíquias do morto sobre o corpo (cabelos, dedos mumificados, etc). (GODELIER, 2016, p. 22)

Para os Araweté, um grupo indígena que habita a região amazônica do Brasil, a morte é considerada um evento natural e parte integrante do ciclo da vida. Quando alguém falece entre os Araweté, há uma série de procedimentos que são seguidos. Inicialmente, o corpo do falecido é lavado e vestido com roupas especiais, muitas vezes decoradas com penas coloridas. Em seguida, o corpo é colocado em uma posição fetal e envolto em esteiras. Os parentes e membros da comunidade realizam uma série de cantos, danças e rituais em volta do corpo, expressando sua tristeza e pesar pela perda (VIVEIROS, 1985, p.482).

A duração do período de luto entre os Araweté pode variar, mas geralmente dura vários dias. Durante esse tempo, os parentes próximos do falecido evitam atividades sociais e se concentram em seu luto. Eles podem usar pinturas corporais especiais e realizar cerimônias para honrar a memória do falecido. Acredita-se que durante esse período, o espírito do falecido ainda esteja presente e precise de tempo para se despedir e se desvincular do mundo dos vivos (IDEM, Ib, p. 494).

Após o período de luto, ocorre um ritual chamado de "tori", que marca o fim das cerimônias funerárias. Durante esse ritual, os Araweté acreditam que o espírito do falecido parte definitivamente para o mundo dos mortos. São realizados cantos, danças e oferecimentos de comida, bebida e outros objetos simbólicos ao espírito, como forma de auxiliá-lo em sua jornada. É importante ressaltar que os Araweté não possuem um conceito de vida após a morte no sentido ocidental, mas sim uma ideia de transformação e continuidade (VIVEIROS, 1985). A morte é vista como uma passagem para outra forma de existência, em que o espírito do falecido se torna um ancestral e mantém uma conexão com os vivos.

Os rituais funerários dos Araweté são essenciais para a comunidade, pois além de honrar e se despedir do falecido, eles também reafirmam os laços sociais e fortalecem a coesão do grupo. A morte é encarada como parte natural da vida, e os rituais permitem que os Araweté expressem suas emoções, compartilhem suas memórias e encontrem conforto e apoio uns nos outros durante esse momento de transição. É importante destacar que as práticas e crenças dos Araweté em relação à morte podem variar entre diferentes subgrupos e ao longo do tempo, uma vez que as culturas indígenas não são estáticas, mas estão em constante

transformação devido a diversos fatores, como contato com outros grupos e influências externas.

Para os cristãos católicos, os ritos de passagem em torno do falecido incluem o velório, onde o corpo do ente querido é colocado em exposição, permitindo que familiares, amigos e membros da comunidade prestem suas homenagens e ofereçam condolências à família enlutada. Além disso, há a missa de corpo presente e a cerimônia de enterro ou cremação, que desempenham um papel significativo no processo de luto. Esses rituais proporcionam um momento de despedida, permitindo que as pessoas expressem suas emoções e ofereçam suporte mútuo, ao mesmo tempo em que fornecem um senso de encerramento àqueles que estão em luto. Tradicionalmente a família e a comunidade se reúnem após 7 dias para celebrar uma missa para o falecido.

Em Brumadinho, vinte e sete dias de buscas depois, em 20 de fevereiro de 2019, 179 mortes haviam sido confirmadas. A confirmação de uma morte se dava quando um corpo era retirado da lama, contendo todas as suas partes ou não. 134 pessoas ainda eram consideradas desaparecidas.

O termo “desaparecido” nunca foi aceito pelos familiares das vítimas. Para eles todos sabiam muito bem onde seus parentes estavam: em algum lugar embaixo daquela lama (ARBEX, 2022, p. 209).

Os corpos que surgiam sobre a superfície da lama, logo eram retirados e entregues aos seus parentes para que pudessem seguir com os rituais de despedida e cuidados com o corpo. Não sem antes passarem pelo IML para serem identificados. Em sua dissertação de mestrado, Claudia Sueli da Rocha buscou discutir a atuação dos profissionais do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, Minas Gerais, frente à realização das perícias técnico-científicas nas vítimas fatais e no atendimento aos seus familiares, provocado pelo rompimento da barragem. Ao me debruçar sobre seu trabalho pude perceber o esforço dos legistas para identificação das vítimas, bem como, mesmo para aqueles que estão acostumados a lidar com corpos mortos, muitas vezes mutilados, ainda assim àqueles corpos cobertos pela densa lama geravam sofrimento.

No momento do trabalho as emoções eram às vezes contidas ou expressadas em palavras, reações de sofrimento e lágrimas, pois tínhamos à nossa frente os corpos e segmentos corporais de trabalhadoras e trabalhadores, uniformizados ou com restos de seus uniformes, crachás, celulares e chaves, corpos de trabalhadores e de trabalhadoras que foram violentamente mortos em seu local exclusivo de trabalho, a serem submetidos aos exames periciais necroscópicos. (ROCHA, 2020, p. 7)

E ainda...

Nos primeiros dias que sucederam à tragédia, as discussões técnicas geraram, principalmente, o silêncio em relação à brutalidade da situação apresentada, situação que foi mudando no decorrer do tempo, à medida que foi se reorganizando o processo de trabalho voltado para o enfrentamento daquela situação. Passou-se a conviver com os ruídos dos motores dos caminhões frigoríficos, que conservavam os corpos até a sua identificação, os ruídos dos caminhões e o odor atípico. Perdeu-se a rotina do IML/BH/MG com a sobrecarga física, emocional e da mídia social do desastre em massa. Uma das falas mais comuns entre os profissionais do IML/BH, tanto os mais antigos como os mais jovens, era o fato de nunca terem presenciado um momento tão drástico. Na minha percepção de médica legista a lama da barragem de rejeito nos atingiu com a mesma força. (ROCHA, 2020, p. 8)

Ao resgatar o nome de cada vítima do rompimento, a vivência do processo de luto e ritualística poderia ser garantida aos amigos e familiares. Na dissertação de Rocha é possível visualizar em detalhes como muito dos corpos cobertos pela lama ficaram fraturados, retorcidos e dilacerados. As vítimas de Brumadinho carregavam dentro de si os rejeitos de minério da barragem. Não ousei replicar aqui essas imagens, não que eu queira apagar da memória como os corpos ficaram, mas algumas das pessoas que foram meus interlocutores em campo pediram para ler essa dissertação quando ficasse pronta. Acredito que ao terem contato com essas imagens, embora possam facilmente ser encontradas nos esconderijos da internet, geraria ainda mais dor ao perceber como aqueles que faziam parte de suas vidas, sendo seus amigos, parentes, filhos, pais e amores ficaram quando foram atingidos pela lama.

O minério de ferro que soterrara as vítimas continha metais tão pesados e densos que impediam que os raios-X atravessassem os corpos. Para se ter uma ideia da densidade dos rejeitos impregnados nos corpos, quando foram finalmente lavados, a lama que os cobria entupiu os canos da rede de esgoto do IML (ARBEX, 2022), sendo necessário que a equipe de funcionários do setor de sondagem da Prefeitura de Belo Horizonte, realizasse o desentupimento.

Logo os legistas perceberiam que, para futuras identificações (...), em vez de a limpeza ser feita na maca de necropsia, como naquela madrugada, ela passaria a ser realizada com mangueiras de alta pressão e água quente em tendas montadas no pátio do instituto. (ARBEX, 2022, p. 165)



Figura 22: área onde os corpos, cobertos de lama, chegavam de Brumadinho e eram lavados. A pintura branca original desapareceu.

Autor: MEDEIROS, Isís. 2019

Em um levantamento realizado pelo site G1 em janeiro de 2023, a diretora do Instituto Médico Legal André Roquette, Naray Paulino, apresentou os seguintes dados:

- Todos os exames realizados na identificação das vítimas do rompimento são feito por meio do DNA;
- Até o momento a identificação das 267 pessoas é considerada o maior índice do mundo, em desastres de grandes proporções;
- 1.004 segmentos corpóreos foram resgatados, desses, 400 foram reidentificados como sendo das mesmas vítimas e os demais foram inconclusivos ou de não humanos;
- 400 segmentos corpóreos estão em 120 caixas dentro de câmeras frigoríficas.
- Alguns parentes retiram os restos mortais e fazem o sepultamento. Outros preferem que mais partes sejam juntadas e, por isso, há ainda corpos em refrigeração.
- Ao todo, 15 mil segmentos estão sumidos no "mar de lama" e provavelmente não devem ser encontrados.
- A hipótese de encerrar os trabalhos de identificação nunca foi levantada. Trata-se de uma decisão do governo do estado quando chegar à conclusão que a identificação é tecnicamente inviável.

Àqueles corpos que ainda estavam nas profundezas do mar de lama e destroços ainda era necessário garantir suas retiradas para que pudessem passar pelas ritualizações da morte. Portanto, nas formas de lidar com a morte, nas sociedades de matriz ocidental ou não, é necessária alguma providência para com o corpo em óbito e, nesse sentido, os rituais fúnebres corroborem a construção das crenças, valores e práticas únicas ou não, que cada sociedade constrói, na tentativa de dar algum sentido e atingir alguma compreensão às transformações

que a morte provoca, seja individualmente ou no corpo de uma coletividade. Nessa reflexão, cada cultura irá atribuir um significado para as várias possibilidades da morte. A morte, abordada como um acontecimento coletivo e social, que ao exercer sobre o indivíduo o que Mauss (1981) chamou de “expressão obrigatória dos sentimentos”, determina a necessidade de rituais para marcar esse acontecimento.

Não são somente os choros, mas todos os tipos de expressões orais dos sentimentos que são essencialmente, não fenômenos exclusivamente psicológicos, ou fisiológicos, mas fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não espontaneidade. (MAUSS, 1981, p. 325)

Em Brumadinho, as expressões dos sentimentos não ficaram somente em choros e lamentações. Apesar de o luto fazer parte da expressão individual dos sujeitos sociais, como um processo único e específico, ao mesmo tempo, foi compreendido e compartilhado por toda uma coletividade espacial, porém não temporalmente delimitada, pois após quatro anos, as pessoas ainda experimentam o luto, na espera do encontro dos corpos ainda desaparecidos. Os sentimentos não foram vividos de forma unicamente espontânea, mas construídos na interação social com outros atingidos que esperavam durante toda a vivência do desastre a expectativa de encontrar os corpos de seus familiares. No processo do luto demorado, surgiram frentes de resistências. Das famílias e de suas inúmeras reivindicações, dos coletivos diversos, das manifestações culturais e de fé, da árdua luta por justiça. Os ritos, missas, celebrações ecumênicas, os saraus e romarias e homenagens aos mortos foram e ainda são formas de expressar os sentimentos diante da perda das vítimas do desastre.

O falecimento de um indivíduo corresponde não somente à morte física, mas também envolve todo o conjunto de relações ao qual essa pessoa estava interligada. É a morte da interação e dos laços do sujeito com a sociedade.

O indivíduo, contudo, somente terá uma morte completa quando for esquecido definitivamente pela sociedade, ou quando todos os seus descendentes também falecerem. Assim, a morte física não basta para que a morte ocorra na memória das pessoas, o falecido continuará vivendo nas lembranças coletivas. Somente com esse esquecimento é que de fato o falecido morre, “contudo [...] certos mortos privilegiados permanecem nomeados e identificados, às vezes são transformados em gênios, santificados ou divinizados” (RODRIGUES, 1983, p. 102).

Na nossa cultura ocidental, a morte assume um papel crucial como um indicador das relações sociais existentes. Através da contagem dos presentes em cerimônias fúnebres, por exemplo, é possível discernir o nível de estima em que o falecido e seus familiares mais próximos eram mantidos. Esse processo reforça os laços sociais preexistentes e solidifica a

unidade do grupo. No entanto, esse direito fundamental foi negado aos parentes e amigos dos mortos desaparecidos de Brumadinho pela Vale.

Se o processo de morrer envolve o corpo e a permanência ou não da memória, o luto serve para evitar o excesso de dor, uma vez que ritualizado, é capaz de ser mais bem elaborado e vivenciado. Todo funeral é uma forma de domesticar a morte. O luto pode ser pensado como um estado permanente de conexão do vivo com os seus mortos, uma resposta natural diante de uma perda que é experimentada pela maioria das pessoas diversas vezes ao longo da vida. A importância dos rituais envolvidos pelos diferentes tipos de morte e luto para a nossa sociedade ocidental, notadamente aqueles relativos ao desastre da Vale em Brumadinho, foram impedidos durante um longo período de tempo. Quatro anos depois do rompimento três famílias ainda esperam receber os corpos de seus parentes, vítimas do rompimento da barragem, para que possam prestar homenagens, construir memória, ritualizar a morte, vivenciando por completo o processo do luto. Muitos que não sepultaram seus familiares ou sequer puderam vê-los de fato inteiros pela última vez, não conseguem materializar a perda. É um luto que não fecha, como uma ferida permanentemente aberta, um "luto ambíguo", um sentimento em suspenso.

Os familiares que ainda não puderam fazer o sepultamento dos seus entes convivem com o sentimento inconcluso, pois se não há um corpo, não há um morto. A morte torna-se uma incerteza, criam-se esperanças e inseguranças. Aqueles que enterraram somente pedaços de corpos, indagam se era mesmo o seu irmão, o seu pai, o seu filho, como enunciado por Luane:

Perdi o meu tio no acidente da Vale. No dia do acidente ele estava trabalhando, ele tinha acabado de chegar no refeitório com mais 4 pessoas, foi onde a maioria das pessoas estavam. Infelizmente foi encontrado sem vida. Até hoje a família sofre, pois não foi encontrada a cabeça. Ficamos na expectativa todos os dias. (Luane, atingida que perdeu um tio no desastre, em entrevista realizada pela autora em 20 de junho de 2021)

Pude perceber esse sentimento de dúvidas e suspensão que envolvem o luto, ao conversar, também via aplicativo de mensagens, com o pai de uma estagiária técnica em mineração, da Vale S. A., que permaneceu mais de dois anos desaparecida, onde ele disse:

A minha vida foi um pesadelo durante mais de dois anos. Tanto tempo sem ela ser encontrada. A minha maior vontade sempre foi que ela fosse encontrada. Às vezes tinha certeza que ela tava viva em algum lugar, esperando ajuda. Mantinha a minha fé. Só queria saber se ela tava viva ou morta mesmo, para poder viver esse luto direito, porque muitas vezes eu tinha fé que achariam ela viva. (Lucas, atingido que perdeu a filha no desastre, depoimento dado à autora em 25 de junho de 2021)

Em entrevista ao Portal BHAZ, 18 meses após o rompimento, a irmã de uma das vítimas relatou:

A gente ficou achando que seriam encontrados com vida. Nós demoramos a acreditar que todas as pessoas tinham morrido, mesmo com as imagens na televisão, os familiares sempre acreditam. Estávamos com muita esperança, aguardávamos um milagre. Nesse momento que falo com você, estou olhando para todo esse rejeito. É enorme a área, minha irmã pode estar em qualquer lugar. A gente ainda tem esperança que todos vão ser encontrados.

Em 02 de novembro de 2021, em nova entrevista ao G1, ela expressou o seu desejo:

Espero que este seja o último Dia de Finados sem encontrar o corpo da minha irmã. Desde 2019, não conseguimos fazer um ritual, só luto e espera. Saber que o corpo está enterrado, por mais triste que seja, dá um conforto, de rezar, levar flores, até isso nos foi tirado neste dia.

O segmento corpóreo dessa vítima foi localizado pelo Corpo de Bombeiros e levado ao Instituto Médico Legal, em Belo Horizonte, no dia 1º de setembro de 2021. Em 28 de dezembro, após a identificação por meio de exame de DNA, finalmente sua irmã e demais familiares poderiam ter certeza de que ela estava morta e dar prosseguimento aos rituais do morrer, com o sepultamento no Parque das Rosas, cemitério em Brumadinho, no dia 30 de dezembro de 2021.

Luto é o sentimento da perda, de uma morte de alguém que a gente tem afeto e/ou que faça parte da nossa história. Além da morte de uma pessoa, o luto também se caracteriza por uma experiência de perda de realidades importantes da nossa história, podendo ser a perda de um emprego, a perda de um relacionamento amoroso, a perda de uma amizade, de um projeto, a perda da saúde. Quando algo se encerra, de forma traumática, se estabelece o luto. Ao se perder essas realidades na vida, os enlutados sofrem efeitos semelhantes de quando se perde alguém. O luto é a maneira como nós reagimos às perdas da vida. Alguns especialistas irão dizer que existe um tempo médio, até que o processo de luto percorra todos os seus estágios. Esses estágios são bem caracterizados pelas reações que nós temos, nem sempre ocorrendo de forma linear; cada uma das experiências vivenciadas no processo de luto podem ser combinadas uma com as outras ou ainda retornar durante o processo.

Em sua obra, *Luto e Melancolia* (1974), Freud nos apresenta seu entendimento acerca do processo de elaboração do luto, além de uma análise sobre a depressão. Utilizando-se de conceitos de ideal de ego e narcisismo, o autor expõe um debate a respeito das similaridades e diferenças entre o processo de luto e a melancolia. Freud conceitua o luto como “a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente

querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (FREUD, 1974, p. 294). O luto, na visão do autor, é um estado de ânimo profundamente doloroso, que tem como características a perda de interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de investir afeto em outro objeto ou ideal e pela inibição de quase todas as funções, de forma que o enlutado se mantém temporariamente num estado de rebaixamento libidinal e de sofrimento diante da morte.

Durante o trabalho de luto, o indivíduo precisa ser capaz de retirar seus afetos, das diversas representações psíquicas do objeto perdido, reconhecendo que o objeto amado não existe mais. Então, o enlutado passa a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto e deslocada para um outro objeto (objeto substituto), o que ocorre pouco a pouco, até que o ego fique novamente livre. Dessa forma, o equilíbrio psíquico é restaurado quando ocorre a vinculação com outro objeto, por meio do deslocamento da libido (IDEM, *Ib.*).

Portanto, para que o processo de luto possa ocorrer, é importante viabilizar um trabalho de desidentificação e desinvestimento de energia, permitindo a introjeção do objeto perdido na forma de lembranças, palavras e atos. Segundo o referido autor:

A imagem do ser perdido não deve se apagar; pelo contrário, ela deve dominar até o momento em que – graças ao luto – a pessoa enlutada consiga fazer com que coexistam o amor pelo desaparecido e um mesmo amor por um novo eleito. Quando essa coexistência do antigo e do novo se instala no inconsciente, podemos estar seguros de que o essencial do luto começou. (FREUD, 1997, p. 13)

O trabalho de luto é considerado por Freud um longo e doloroso processo, porém necessário, que resolve por si mesmo, quando encontra objetos de substituição para o que foi perdido. O luto tem a função de atribuir àquela pessoa que morreu um lugar simbólico, fazendo com que a dor do enlutado não se eternize.

Os rituais funerários fazem parte do processo de luto. Não há indiferença diante de um cadáver humano. Dispensamos cuidados em relação ao cadáver humano que normalmente não dispensamos aos animais, por exemplo. Há uma espécie de respeito em relação ao defunto. Este sentimento não é necessariamente de ordem religiosa, como demonstra Jean Ziegler:

Os mortos continuam a agir para além da morte. Os cadáveres se dissolvem, mas as obras que eles criaram, as instituições que animaram, as ideias que lançaram ao mundo, os afetos que suscitaram continuam a agir e a fermentar. Quando o corpo volta ao nada, a consciência segue um destino social entre os vivos.” (ZIEGLER, 1977, p. 277).

A morte dos desaparecidos pode ser a certeza para alguns, mas não suficiente, pois enquanto não houver um cadáver e sua identificação, o “morto não morreu”. Recolher e enterrar os restos de um Homem é necessário para que sua morte seja decretada, concebida e compreendida por àqueles que o perderam. A familiar, Magna de Oliveira, que perdeu a irmã, cujo corpo ainda não foi encontrado, em entrevista concedida ao Jornal “o Tempo”, em março de 2021, relaciona a sensação da dor vivenciada pelos enlutados de Brumadinho a dos enlutados pela Covid -19:

A dor de quem perdeu um ente querido para a Covid-19, é a mesma de quem perdeu um ente para a tragédia da Vale. Os velórios são rápidos e de caixões lacrados. Só quem passa por isso, sabe o quanto dói não poder se despedir de um familiar que você ama.

O ritual da morte sofreu alterações significativas devido à pandemia de Covid-19. As medidas de segurança e restrições impostas para conter a propagação do vírus afetaram a forma como as pessoas lidam com o falecimento de entes queridos. Algumas das principais mudanças incluíram a restrição de presença. Muitas regiões do Brasil implementaram limites rigorosos para o número de pessoas permitidas em funerais, velórios e cerimônias religiosas. Apenas um pequeno grupo de pessoas podia participar dos rituais, enquanto outros parentes e amigos eram excluídos fisicamente dos rituais de despedida. Em alguns casos, em que a causa da morte era por Covid-19, não era permitido a abertura do caixão para que os poucos presentes pudessem ver o morto. Em alguns casos as restrições devido à pandemia resultaram na suspensão temporária de certos ritos funerários tradicionais como o toque do caixão, a cerimônia de lavagem do corpo ou o ato dos membros da família carregarem o caixão. Essas restrições variavam de acordo com as normas locais e os regulamentos de saúde pública.

A ausência do corpo causa uma mudança ritualística no processo de luto, pois ao se pensar numa dinâmica de matriz ocidental, é no momento do velório e do enterro que há um esvaziamento do luto, por meio do caráter público do luto. Com a ausência desses rituais percebe-se uma agudização da dor e uma extensão dos estágios do luto. Na fala de uma das fundadoras da Associação dos Familiares de Vitimas e Atingidos da Tragédia do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho (AVABRUM), em conversa comigo por áudio no WhatsApp, tive o seguinte depoimento:

Nossa vivência é triste, dolorosa, chega a ser desesperadora até, para te falar a verdade. (...) A gente fala sempre que é importante dar voz mesmo, principalmente aos que morreram e que todas essas mortes não sejam em vão. (...). É um luto diferente, eu acho que ao mesmo tempo que a gente vê como luto, a gente não vê como luto, porquê como a gente não teve o

fechamento de um ciclo que é sepultar, isso fica em aberto; então se a gente não fecha essa primeira etapa todas as outras ficam em aberto e além da perda do familiar que a gente tem essa consciência, isso aí fica cada vez mais com o passar do tempo, essa busca constante que a gente tem, todas essas lutas para que as buscas continuem potencializadas ainda mais.

Em Brumadinho, a ritualização da morte foi interrompida ou modificada durante e após o desastre. A falta do corpo e de respostas colocaram a elaboração e conclusão do luto em suspenso, fato agravado pela Pandemia de Covid-19, que impossibilitou a realização de encontros coletivos, muitas vezes promovidos por Ongs, equipes de psicólogos, Igrejas e religiosos, tão importantes para o cuidado, elaboração do luto e construção de saídas coletivas, além das diversas suspensões da busca pelos corpos durante a Pandemia, como se pode observar nas seguintes falas, em mais uma conversa por rede social:

Ei Keila, vou conversar com o pessoal para te passar contato de várias pessoas que sofrem todo dia 25 igual eu. O luto da maioria das pessoas existe até hoje. Além dos colegas de trabalho, também perdi minha estagiária. (Alberto, depoimento via rede social Instagram em 09 de julho de 2021)

Os mais diversos psicólogos concordam que o luto é um processo emocional saudável e importante para a manutenção da saúde mental, que se desenrola em função de uma perda, real ou abstrata. Parkes (1998) afirma que o luto, chamado pelo autor de normal é como uma crise, cuja solução depende do repertório de técnicas de enfrentamento do indivíduo, de como a perda é sentida e percebida, das experiências anteriores, da capacidade de tolerância à frustração e da necessidade de manter a autoestima.

No rompimento da barragem em Brumadinho, a maioria das vítimas fatais eram trabalhadores e trabalhadoras que morreram soterrados em seu espaço de trabalho, na hora do almoço. Em uma das minhas tentativas de começar um diálogo com a mãe de uma das vítimas que ainda estava desaparecida, em 2021, não pude evitar de me emocionar com suas palavras. Uma das vantagens, ou a única vantagem em realizar as entrevistas no ambiente virtual, é poder deixar as emoções virem à tona sem causar embaraços entre os entrevistados e pesquisadora. Do outro lado da tela eu me permitia chorar com o que ela me disse:

Sabe menina, já tô cansada de ficar falando pra tv, pra jornal. Ficam tudim igual urubu na carniça. Parece que eles só tão querendo lucrar com a nossa dor. Vou te contar um trem que não sai da minha cabeça de jeito nenhum e nunca falei com ninguém porque vão tudo me chamar de doida. Cê sabia que minha filha morreu com fome? Tenho certeza que quando a lama chegou lá no lugar que eles comia ela não tinha comido ainda. Não consigo mais colocar um tico de comida na boca, sem pensar que a minha filha tá lá ainda,

dentro daquela lama morrendo de fome. Morreu com fome a coitadinha. E nem poder enterrar ela eu vou poder. Ela tá com fome, meu Deus. (D. Gertrudes, depoimento concedido via WhatsApp, em 01 de Agosto de 2021)

Após estabelecer uma relação de confiança com outra entrevistada, que também, após pouco mais de três anos ainda não haviam encontrado seu esposo, ela confidenciou:

Acho que posso falar com sinceridade comê, eu gosto docê, não tô querendo te ofender não, viu? Sabe, a pandemia que não tinha jeito de ficar lá com seu morto, chorando ele e velando e rezando pra ele encontrar um lugar no lado de Deus Pai? Foi ruim pra muita gente, né? Uma tia minha morreu de covid e a gente tivemos que enterrar rápido, só ver ela no caixão rapidinho, sem passar a noite, sem nada. Foi triste demais, mas pelo menos os parente tudim sabia que a tia tava morta mesmo e a gente podia enterrar ela. Não fica triste, mas quando seu marido morrer desse câncer que tá comendo ele, cê vai poder enterrar ele do jeitim que ele é. O meu marido vão me dá um pedacinho de um ossim e dizer que é ele. Vou ter que acreditar que é ele.

Eu fiquei triste.

Quando os segmentos de corpos eram encontrados, o processo era tão doloroso para os parentes que o IML deixou a cargo das famílias decidir se queriam ser avisadas a cada fragmento localizado. Noventa e nove por cento dos familiares optaram por não receber uma nova comunicação. A dificuldade dos familiares em aceitarem somente pedaços dos corpos de seus entes foi relada por Daniela Arbex:

Quando sua irmã fez questão de ver de perto o que sobrara do irmão (...) ela pôde visualizar a canela – quebrada em várias partes - e um dedão. O pouco que restara estava destroçado. A mãe se recusou a enterrar somente um pedaço do filho. (ARBEX, 2022, p. 228)

Um dos recursos utilizados pelo Corpo de Bombeiro na busca das vítimas, em 2021, era a peneiração. Método que no início causou desconforto entre os familiares, por considerarem que seria realizada uma espécie de garimpo humano (ARBEX, 2022). Os bombeiros faziam de tudo, pois sabiam que os parentes das vítimas já haviam esperado tempo demais. Naquele momento 10 pessoas ainda estavam desaparecidas, e faziam de tudo para garantir que mais uma família tivesse direito ao luto. Em uma das conversas, em julho de 2021, com uma das fundadoras da AVABRUM, que perdeu sua irmã e que o corpo ainda não havia sido encontrado, ela me relatou que o pai se dedicou a acompanhar diariamente as operações de resgate.

Todo os dias, lá na lama, ele falava: o pai chegou! Ele sempre falava que se lá era o cemitério dela, então era lá que ele tinha que tá. É uma morte lenta.

Minha irmã morreu numa vez, mas o pai vai morrendo aos pouquinhos.
(depoimento concedido via WhatsApp, em 08 de Agosto de 2021)

E agosto do mesmo ano, encontraram a sua irmã e, enfim, seu pai poderia agora descansar:

A ouvir a confirmação, ela desatou a chorar. Era como se a irmã tivesse morrido naquele instante e ela ficou em choque. Agora precisa dar a notícia ao pai, que também teve uma crise de choro. Aliás, todos os bombeiros que estavam na operação choraram. Em seguida a foto da sua irmã foi retirada da parede onde estão afixadas as imagens das, agora sete vítimas ainda não localizadas. (ARBEX, 2022, p. 298)

Como anteriormente mencionado, cada sociedade possui um conjunto de crenças e representações particulares referentes à morte, definindo desta maneira comportamentos sociais específicos que respondem e dão sentido à ausência deixada pelo falecimento de um ente querido. Por isso a importância destes rituais, pois com a realização dos mesmos as transformações que a morte provoca nos indivíduos e na consciência coletiva dos que permanecem neste mundo são mais bem compreendidas.

Assim, há algo a mais nos desastre crítico do que um conjunto de danificações materiais e ambientais que possam ser sanadas por meio de indenizações financeiras e reparações. É um processo de reabilitação pós-tragédia, repleto de nuances e dimensões variadas, de violências físicas e simbólicas que infligem ainda mais à qualidade de vida daqueles que já sofreram e tiram a dignidade.

Há a necessidade de entender as ressonâncias que essas mortes, diferentes mortes - morte de corpos, morte do rio, morte do território, morte dos modos de vida, morte da saúde, morte dos planos -, causaram nos atingidos pelo desastre da Vale S.A., uma vez que viver extrapola as funções fisiológicas, pois é uma trajetória de experiências, sensações, memórias, relações e celebrações.

Minha última conversa foi com um atingido que perdeu diversos amigos e o irmão no desastre. Pedro havia relatado que ainda doía saber que eles haviam morrido daquela forma. Depois de me dizer que já não queria mais tocar no assunto, ele me perguntou pra onde eu iria continuar pesquisando. Abaixo minhas anotações no caderno de campo

Hoje conversei por whatsapp com o Pedro. Sei que posso seguir para Cachoeira do Choro em paz, com o que ele me disse:

- E você, ainda vai continuar com as suas entrevistas com o pessoal daqui? Cê sabe que não teve morte só aqui não, né?

-Como assim, Pedro?

- A Vale matou um rio inteiro também. Deve ter muita gente que tá chorando por ele também.

3 - BREVE BIOGRAFIA DE UM RIO, DESASTRE E MORTE

"O rio é uma página em que a vida se escreve." - Mário Quintana

O Rio Paraopeba é um importante curso d'água, localizado no estado de Minas Gerais. Ele nasce na Serra da Mantiqueira, próximo ao município de Cristiano Ottoni, após percorrer aproximadamente 501 quilômetros ele irá desaguar no Rio São Francisco, na cidade de São José da Varginha. Seu nome é de origem tupi e significa "rio largo", pará (rio) e popeba (largo).

A história do Rio Paraopeba remonta a séculos atrás, quando comunidades indígenas habitavam a região, e utilizavam o rio para sua subsistência, utilizando suas águas para pesca, agricultura e outras atividades. O nome "Paraopeba" tem origem na língua tupi-guarani e significa "rio claro".

Quando os colonizadores europeus ocuparam o Brasil, a região do rio Paraopeba passou a ser explorada por suas riquezas naturais, incluindo a busca desenfreada pelo ouro e a instalação de fazendas e engenhos. Durante o auge do período do Ciclo do Ouro, no século XVIII, muitos povoados se formaram às margens do rio, e as águas do rio foram utilizadas como meio de transporte para as mercadorias.

Atualmente, nas áreas próximas à bacia do Rio Paraopeba, existem diversas comunidades indígenas que possuem uma relação histórica e cultural com o rio, dependendo dos recursos naturais disponíveis na região para suas atividades tradicionais, como agricultura, pesca, coleta e outras práticas que organizam suas formas de vida. Algumas das comunidades indígenas presentes nas proximidades da bacia do Rio Paraopeba incluem os Xakriabá, Pataxó, Maxakali, Krenak, Xucuru-Kariri. Essas comunidades têm uma conexão profunda e de ancestralidade com o território em que vivem, desempenhando um papel importante na preservação da cultura indígena e na proteção dos recursos naturais. Uma comunidade indígena que ocupa diretamente o Rio Paraopeba é a comunidade Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe da Aldeia Naô Xohã, que fica em São Joaquim de Bicas, na Grande BH, às margens do rio.

A comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe tem uma história de ocupação ancestral nessa região e mantém uma relação de vida com o rio e os recursos naturais ao seu redor. Para

melhor compreender a dinâmica da vida dessa comunidade, é importante saber que o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe é uma etnia indígena do Brasil, que habita principalmente a região do sul da Bahia. Antes da chegada dos colonizadores europeus, os Pataxó Hã-Hã-Hãe viviam de forma seminômade, percorrendo diferentes áreas em busca de recursos naturais para sua subsistência. Por conta do processo de colonização e exploração, a história dos Pataxó Hã-Hã-Hãe foi marcada por conflitos violentos, transmissão de doenças, perda do território e resistência. Ao longo dos anos, os Pataxó Hã-Hã-Hãe enfrentaram diversos desafios para preservar sua cultura, território e modo de vida. No entanto, eles também se fortaleceram pelo meio da luta pela demarcação de suas terras, buscando a recuperação de seus direitos e a garantia de sua autonomia como povo indígena. Segundo publicação no site do jornal Brasil de Fato, o jornalista Pedro Stropasolas,²⁶ relata que a terra concedida aos Pataxós pelo Estado em 1926 foi invadida e grande parte foi convertida em fazendas particulares de coronéis do cacau na região Sul da Bahia. Já a Aldeia Naô Xohã, cujo nome significa “espírito guerreiro”, está localizada no município de São Joaquim de Bicas, e fica na beira do Rio Paraopeba. Em Naô Xohã moram 27 famílias, a aldeia nasceu em novembro de 2017, próxima a terras exploradas pelo empresário Eike Batista e a mineração, com a intenção de resgatar a cultura e preservar a natureza, ocupando uma reserva ambiental de 33 hectares.

Atualmente, a predominância dos pataxós em Brumadinho se dá por conta das dificuldades de venda de artesanato nas imediações da Praça Afonso Pena, na capital Belo Horizonte, aonde chegaram em 2011. Encontraram extremas dificuldades por conta da ausência de um espaço coletivo para viverem, mudando para o território em São Joaquim de Bicas, onde o rio Paraopeba se faz presente. A aldeia Naô Xohã foi criada após o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) disponibilizar aos indígenas uma parte da área ocupada pelo movimento para a formação do Assentamento Pátria Livre, que hoje abriga cerca de 400 famílias. A comunidade realiza atividades tradicionais, como pesca, agricultura e coleta, que dependem dos recursos do Rio Paraopeba. Os pataxós Hã-hã-hãe se dedicam ao artesanato, cujos ganhos são utilizados para a reforma das ocas e casas de tabua. No entanto, a principal fonte de sustento da Aldeia Naô Xohã é a pesca. Eles também cultivavam a terra com mandioca, milho, bananeiras, fruteiras e hortaliças. Todas as roças eram regadas pelo rio Paraopeba. Por se encontrar em uma reserva ambiental, a caça é proibida, o que se torna contraditório, pois a Constituição de 1988 adota um único critério para a definição de uma terra indígena: que nela os índios exerçam de modo sustentável e regular uma ocupação

²⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/28/justica-da-72-horas-para-430-familias-do-mst-desocuparem-area-de-usina-de-cana-abandonada-em-pe>. Acesso em 03/07/2023.

tradicional, isto é, que utilizem tal território segundo "seus usos e costumes", e a caça é um desses costumes.

A aldeia Naô Xohã é um sonho, um plano. Naô Xohã é vida, é nossa vida. Naô é conquista, é nossa conquista. Naô Xohã é retomada do passado, é presente, é possibilidade, é futuro. (Publicação no Intagram do perfil @aldeianaoxoha)



Figura 23: localização aldeias pataxó e pataxó Hã-Hã-Hãe.

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/com-a-morte-do-rio-paraopeba-em-brumadinho-indigenas-pedem-realocacao-de-territorio>

Ana Tsing afirma que os contadores de histórias não ocidentais são bons em nos lembrar da vivacidade de todos os seres (OLIVEIRA, 2015), algo que Ailton Krenak e Davi Kopenawa, com suas palavras dirigidas ao povo da mercadoria, tentaram nos ensinar afirmando que é preciso saber e ouvir histórias narradas de uma perspectiva que não tenha como fundamento o excepcionalismo humano, pois há vida pulsante em todos os seres: humanos e não humanos.

O princípio anímico habita assim os seres da natureza (animais e plantas), e também os rios, que tem toda uma história de convívio com esses povos. Para compreendermos a história da vida de um rio é importante saber como suas águas são fonte de vida para indígenas, pescadores e ribeirinhos. No caso dos povos indígenas, a cosmologia da água varia de acordo com as diferentes culturas, pois cada grupo étnico tem suas próprias crenças e tradições e ritualísticas. No entanto, a água desempenha um papel fundamental na cosmologia de muitos povos indígenas, sendo considerada uma entidade viva e sagrada, responsável pela vida e pela sustentação do equilíbrio do mundo; é vista como uma fonte de vida, estando intrinsecamente ligada à criação e à fertilidade, sendo estabelecida uma relação de respeito, gratidão e reciprocidade.

Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem que: “isso é algum folclore deles”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: Não, uma montanha não fala nada”. (KRENAK, 2020, p. 49)

Algumas comunidades acreditam que os corpos d'água, como rios, lagos e mares, são habitados por seres espirituais que precisam ser honrados e protegidos (DIEGUES, 1998). A água é considerada uma mãe, uma provedora de vida, e é tratada com reverência e cuidado. Muitos rituais e cerimônias indígenas envolvem a oferta de orações, cantos e oferendas às águas como forma de agradecimento e manutenção do equilíbrio.

Além disso, a água é vista como um elemento de cura e purificação. Muitas comunidades indígenas realizam rituais nas águas dos rios (NUNES, 2016).²⁷ que proporcionam a cura física, emocional e espiritual, pois acreditam que a água possui propriedades medicinais e que seus espíritos têm o poder de restaurar o equilíbrio e a saúde das pessoas.

Em resumo, a cosmologia da água para os povos indígenas é profundamente espiritual e sagrada. Ela está intrinsecamente ligada à vida, à fertilidade, à purificação e ao equilíbrio do mundo natural. A água é considerada uma entidade viva e respeitada, cujo cuidado e proteção são fundamentais para a continuidade da vida e para a preservação das tradições indígenas.

Portanto, os rios desempenham um papel crucial na vida dos povos indígenas, fornecendo recursos essenciais para sua subsistência e estando intimamente ligados à sua cultura, espiritualidade e modos de vida. Os rios são considerados fontes de vida, provendo água para beber, banhar, pescar, cultivar alimentos, realizar e ritualizar a vida. Os povos indígenas têm uma relação profunda com a natureza, e o rio Paraopeba, no caso dos Pataxós e Pataxós Ha-Ha-Hae é parte integrante dessa conexão, fornecendo não apenas sustento material, mas também sustento espiritual.

²⁷ Existem diferentes rituais e cerimônias que envolvem a cura pelas águas, variando de acordo com as tradições de cada povo indígena. Alguns exemplos dessas práticas incluem: 1. Banhos de purificação: Os banhos de purificação são realizados em rios, cachoeiras ou lagos. Acredita-se que a água, especialmente quando em um ambiente natural, tenha o poder de limpar e purificar o corpo, a mente e o espírito. Esses banhos são frequentemente acompanhados de orações, cânticos e oferendas aos espíritos da água; 2. Imersões terapêuticas: Em algumas comunidades indígenas, as imersões terapêuticas são realizadas em águas específicas consideradas curativas. Essas águas são reconhecidas por suas propriedades medicinais e são usadas para tratar doenças ou desequilíbrios físicos e espirituais; 3. Rituais de cura coletiva: Em certas ocasiões, comunidades indígenas se reúnem para realizar rituais de cura coletiva. Esses rituais podem envolver a participação de curandeiros, líderes espirituais e membros da comunidade. A água é utilizada como parte integral do ritual, seja bebendo-a, derramando-a sobre o corpo ou realizando mergulhos simbólicos. (NUNES, 2016)



Figura 24: indígenas Pataxó Hã-hã-hãe se banham no rio Paraopeba, antes do rompimento

Fonte: <https://xapuri.info/brumadinho-lama-da-vale-chega-a-aldeia-nao-xoha-do-povo-indigena-pataxo-ha-ha-hae-pelo-rio-paraopeba/>

O Rio Paraopeba possui uma história rica e diversificada em relação à pesca, que abrange desde as práticas tradicionais dos povos indígenas até a influência da colonização europeia e a transformação da atividade em uma fonte de subsistência e comércio para as comunidades ribeirinhas. A pesca tem sido uma atividade importante na região ao longo dos anos, fornecendo alimento, sustento e práticas culturais para as comunidades que vivem às suas margens. Antes da chegada dos colonizadores europeus, os povos indígenas que habitavam a região já praticavam a pesca sustentável, respeitando os ciclos naturais e evitando a superexploração dos recursos. Ao acionarem o conhecimento profundo sobre a ecologia dos rios e lagos, sabendo quando e onde encontrar os peixes, respeitando os períodos de reprodução, desenvolveram técnicas de pesca tradicionais (SILVA,2007)²⁸, utilizando diferentes tipos de redes, armadilhas e anzóis feitos de materiais naturais, como cipó e madeira.

Mais uma vez, a colonização da região, mudou as práticas cotidianas e a pesca assumiu diferentes formas. Os colonizadores europeus introduziram novas técnicas de pesca,

²⁸ As técnicas de pescaria utilizadas em Minas Gerais variam de acordo com as características dos corpos d'água, espécies alvo e tradições locais. Alguns métodos comuns de pesca na região incluem:

- 1- Pesca com vara e anzol: É uma técnica tradicional e popular que envolve o uso de uma vara de pesca com um anzol e isca para atrair peixes;
- 2- Pesca com redes: São utilizadas diferentes tipos de redes, como redes de emalhar, redes de espera e redes de arrasto, para capturar peixes em lagos, rios e represas;
- 3 - Pesca com tarrafa: A tarrafa é uma rede circular lançada manualmente na água para capturar peixes. É uma técnica amplamente utilizada em Minas Gerais;
- 4- Pesca com armadilhas: São estruturas montadas no corpo d'água, como cercados ou viveiros, que permitem a captura de peixes quando eles entram nessas armadilhas;
- 5- Pesca subaquática: É realizada por mergulhadores que utilizam lanças ou arpões para capturar peixes debaixo d'água. (SILVA, 2007)

como o uso de redes de arrasto e redes de pesca com malha mais fina, tornando a pesca uma atividade comercial e uma fonte de renda para muitas comunidades ribeirinhas.

O Rio Paraopeba, abriga uma diversidade de espécies de peixes²⁹. Alguns dos peixes que podem ser encontrados no rio incluem o dourado, o piau, o mandi, o lambari e o surubim.



Figura 25: quando pesquei um mandi em 2012, no rio Paraopeba.
Autor: SOARES, Adenilton, 2022

Para além da presença da diversidade da vida e das práticas simbólicas que dão sentido a vida cotidiana de comunidades indígenas e ribeirinhas é importante ressaltar que a pesca no Rio Paraopeba, assim como em muitos outros rios, enfrenta desafios relacionados à sobrepesca, poluição e degradação ambiental. O rio tem sido afetado pela atividade humana, incluindo a mineração e a poluição proveniente de atividades industriais e urbanas. Esses impactos têm reduzido a disponibilidade de peixes e ameaçado a sustentabilidade da pesca na região.

Ao longo do tempo, o rio Paraopeba manteve sua importância para a economia e para as comunidades locais. Sua água era utilizada para irrigação de plantações, abastecimento de cidades e vilas, além de ser um recurso fundamental para a fauna e flora da região. O rio

²⁹ Algumas espécies de peixe encontrados no rio Paraopeba são: Dourado (*Salminus brasiliensis*): 1. O dourado é um peixe de água doce muito apreciado por sua força e beleza. É um peixe predador de porte grande e está entre as espécies mais procuradas para a pesca esportiva no Rio Paraopeba.

2. O Piau (*Leporinus* spp.): O piau é um grupo de peixes que inclui diferentes espécies, como o piau-verdadeiro (*Leporinus elongatus*) e o piauçu (*Leporinus macrocephalus*). São peixes de tamanho médio, com corpo prateado e escamas. Mandi (*Pimelodus* spp.): O mandi é um peixe de água doce que possui corpo alongado e cabeça larga. São conhecidos por sua atividade noturna e eram encontrados no Rio Paraopeba em grande volume.

3. Lambari (*Astyanax* spp.): O lambari é um peixe de pequeno porte e muito comum em rios e lagos do Brasil. Existem várias espécies de lambari pertencentes ao gênero *Astyanax*.

4. Surubim (*Pseudoplatystoma* spp.): Os surubins são peixes de água doce de grande porte, conhecidos por sua robustez e força. Todos esses eram comumente encontrados no Rio Paraopeba. Fonte: <https://aedasmg.org/tema/rio-paraopeba/>, acesso em 01/07/2023

também atraiu turistas e praticantes de esportes aquáticos, devido à sua beleza natural e potencial recreativo.

3.1 O Território, as relações humanas e a lama

*"A terra não é uma herança de nossos pais, mas um empréstimo de nossos filhos." -
Provérbio indígena*

Território, memória e lama trazem um novo sentido e significância quando se remete às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem em Brumadinho. Um Território também pode ser único, sendo o território de um povo ou de uma comunidade específica, seja ela tradicional, camponesa ou ribeirinha. Território, nesse contexto, pode e deve ser entendido a partir de sua dimensão afetiva, onde ocorrem modos de vida e sociabilidade, onde se compartilha a mesma cultura e ancestralidade e gosto pelo rio. Memória deve estar associada às histórias de vida que balizam a própria existência, como fator fundamental na construção da identidade, que vincula passado, presente e futuro. E lama nada mais é do que morte, pois após o rompimento da barragem em Brumadinho, essa lama transformou a forma como as pessoas conviviam com o rio e as paisagens do cotidiano.

Para além de espaço demarcado metricamente, das demonstrações cartográficas, que sempre são ambíguas, pois estabelecem limites ao mesmo tempo em que demonstram direitos e realidades, o território, se abordado do ponto de vista cultural e social, pode ser entendido como o espaço de reconhecimento, onde os indivíduos se declaram como pertencentes, com a presença de domínios cognitivos, de dimensões societárias e de memória, onde há uma impregnação de marcas temporais e de uso na construção de um modo de vida, onde um povo se encontra e se sente protegido. Essas manifestações culturais acabam por definir e determinar territórios destinados à sua prática e, por esse motivo, muitas vezes, necessários de defender, como no caso de territórios indígenas. Pensemos nos Pataxós que têm lutado pela demarcação e proteção de seu território, enfrentando desafios e conflitos. Essa luta pelo território remonta ao período colonial, quando as terras indígenas começaram a ser invadidas e exploradas pelos colonizadores europeus. Ao longo dos séculos, os Pataxós enfrentaram a perda de suas terras para fazendeiros, empresas e empreendimentos diversos, como projetos de mineração, agropecuária e turismo. Os Pataxós têm fortalecido sua organização e mobilização política para reivindicar seus direitos territoriais. Eles têm buscado o reconhecimento e a demarcação de suas terras tradicionais, por meio de processos de regularização fundiária junto ao governo brasileiro.

Os pataxós Hã-hã-hã também estabelecem lutas pela garantia de seus territórios. A Aldeia Naô Xohã, honrando seu “espírito guerreiro”, decidiu permanecer no território após o rompimento da barragem, escolhendo a parte mais alta da Reserva para se proteger.

Não temos como ir para outro local porque o município não é a favor da nossa etnia e não temos condições financeiras para viver longe da aldeia.
(Cacique Háyo Pataxó, em entrevista ao jornal Envolverde, em 2019)

O território também tem uma dimensão afetiva, mais abstrata e talvez mais significativa, torna-se um ponto de referência, um ancoramento para o grupo. É no território que acontece a vida em todas as suas especificidades, complexidades e belezas. No caso dos ameríndios, o território enseja um sentimento de pertença, como afirmado por Davi Kopenawa:

Para nós, Yanomami, a floresta é tudo: ela nos dá nosso alimento, nossa saúde e nossa cultura. É nela que nossos antepassados viveram e morreram. É nela que estão os espíritos dos mortos, das árvores e dos animais. Se não tivermos a floresta, não seremos mais Yanomami. Seremos como brancos, que não conseguem sobreviver na floresta, não sabem plantar e caçar.
(KOPENAWA, 2015, p. 485)

Pertencer a um território é acima de tudo querer e sentir-se reconhecido nele. É algo inalienável, onde se criam memórias e símbolos, onde se manifestam as formas de sociabilidade, os saberes tradicionais e a etnicidade. Os mantos de significação envolvem a produção e os sistemas de saberes, as dimensões societárias e políticas, as dimensões cosmológica, morais, cognitivas, além da relação com o sagrado (COSTA FILHO, 2008). Para o referido autor,

[...] além da dimensão espacial concreta, da dimensão representacional e da dimensão sociopolítica, devemos considerar também a dimensão cognitiva (que pressupõe formas próprias de ordenamento territorial, de recursos e usos), bem como a dimensão moral, que enseja não só a reciprocidade entre famílias e grupos locais, moralidades específicas, quanto também a própria relação com o sagrado do grupo. (COSTA FILHO, 2022, p. 173)

O território desempenha um papel fundamental na formação da identidade de um povo. Ele não é apenas um espaço geográfico, mas também estabelece uma conexão profunda com a história, a cultura, as tradições de uma comunidade, alimentando o sentimento de pertença. Como vínculo ancestral, o território muitas vezes é o local onde as gerações anteriores viveram, trabalharam e deixaram suas marcas, representando a herança dos antepassados, sendo um elo essencial entre o passado, o presente e o futuro. A ligação com o

território ajuda a preservar e transmitir a memória coletiva, as histórias e as práticas tradicionais e culturais ao longo do tempo.

Em Brumadinho, por exemplo, o rompimento da barragem de rejeitos resultou em perdas humanas e não-humanas, danos ambientais significativos e impactos socioeconômicos para as comunidades locais. O território era local de sustento e subsistência, abrangendo áreas agrícolas, pastagens, florestas e recursos hídricos, como o rio Paraopeba, que são fundamentais para a subsistência das comunidades. Antes do desastre, muitas famílias dependiam da terra para a agricultura, pecuária e pesca, fornecendo alimentos, renda e meios de sustento.



Figura 26: Lama atingindo a zona rural de Brumadinho.
Autor: TV GLOBO. Reprodução.2019

O vínculo com a terra é essencial para a preservação da identidade e do patrimônio cultural das comunidades afetadas pela tragédia, pois é esse território que fornece os recursos naturais necessários para a subsistência de um povo seja por meio da agricultura, da pesca, da caça ou de outros meios de sustento, além de fornecer um habitat e recursos naturais para uma ampla variedade de espécies e criação de animais, para a alimentação e subsistência, oferecendo os elementos essenciais para a sobrevivência e o bem-estar. É na relação com a terra e seus recursos onde são moldados os modos de vida, a economia e as práticas culturais de uma comunidade.



Figura 27: Peixe encontrado em região onde se localiza a pousada Nova Estância, soterrada pela lama, em Brumadinho.

Autor: PIMENTEL, Mauro, 2019.



Figura 28: vaca presa na lama na Comunidade de Casa Grande.

Autor: PIMENTEL, Mauro. 2019

O território, de acordo com Milton Santos, tem o status de categoria de análise, pois ele só tem sentido quando incluído o homem e seu modo de vida.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

É possível entender que as identidades territoriais surgem a partir de um processo de apropriação do homem pelo espaço, onde esse estabelece uma relação de identificação e pertencimento tanto concreta quanto subjetivamente com o espaço criado por si e para si, a partir das territorializações (OLIVEIRA, 1999). Dessa forma, o homem constrói nesses

espaços algo para si, de forma concreta e/ou subjetiva, estabelecendo relações de pertencimento e identificação, onde cria e recria vidas.

Quando conversei com um morador da zona rural em Brumadinho, que teve o seu sítio atingido pela lama, onde criava galinhas, algumas cabeças de gado e porcos, ele confessou o sentimento que nutria pelo território e seu modo de vida:

Eu não sou fazendeiro, minha fia. Não sou grande como esses dono da Vale não, mas a minha vida era boa e tranquila. Foi aqui, na roça, que conheci minha muié e tive meus fi. Aqui nós plantava uma hortinha, tinha quatro vaquinha pra dar leite, umas galinhazinha e uns porco que a gente engordava pra ter o que comer e as vez vender. Minha vida era boa demais aqui, na terra que o pai um dia trabaizou e deixou pros fi. Pensava que eu ia fazer o mesmo com os meu, mas pra eles só vou deixa lama mesmo. (Moacir, atingido do bairro Parque da Cachoeira, em depoimento via WhatsApp, em 15 de agosto de 2021)

Na fala de José Vicente, outro atingido do Parque da Cachoeira, é possível identificar o desejo de manutenção do território e continuidade dos modos de vida

Só queria poder continuar com a vida que eu tinha, sossegada, sem ter que ficar indo na cidade para gastar dinheiro para comer. Na roça a gente planta, cria bicho pra poder comer, vai pra roça cedim. Fui criado assim e quero continuar assim. (José Vicente, atingido de Parque da Cachoeira, em depoimento via WhatsApp, em 22 de Agosto de 2021)

De acordo com os autores Le Goff (2003), Pollak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007), existe uma relação direta e intrínseca entre a construção da memória e a construção da própria identidade. É através da memória que a identidade se legitima. As histórias de vida ordenam os acontecimentos que balizam a existência, na qual os indivíduos ordenam e definem seu lugar social e suas relações com os outros. Não se pode pensar em identidade sem acionar a memória.

A memória, mais do que simples lembranças do passado é o que referencia e norteia a construção da identidade. Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (p. 204). Já o escritor Halbwachs (2006), pensa a memória não somente como um fenômeno individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo.

A memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros nos apresentem seus testemunhos: é preciso, outrossim, que concordemos com as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (...); faz-se necessário igualmente que a memória dos outros venha reforçar e completar

a nossa, pois é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado. (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Em Brumadinho e nas demais cidades e comunidades atingidas, as relações de pertencimento, território e memória foram extremamente abaladas e transformadas com o rompimento da Barragem de Rejeitos da Vale S.A., na região do Córrego do Feijão. Além das perdas materiais e econômicas, perderam-se vidas em meio ao lamaçal, perderam-se corpos, perdeu-se o território. Ocorreu a transformação do “Outro” em mera categoria administrativa como “atingido”. Da vida que era tranquila, sossegada, estabelecida, surge o conflito no qual se pode colocar um preço – a fim de contê-los, a despeito dos direitos individuais e coletivos inalienáveis e prescritos constitucionalmente.

Diante dos conflitos devido aos interesses desenvolvimentistas como a monocultura, o agronegócio e a mineração, os grupos que tiveram os seus territórios invadidos foram invisibilizados, silenciados por pressões econômicas e fundiárias. Em nome dos interesses econômicos da exploração minerária, disfarçados em desenvolvimento e modernidade, tem ocorrido a flexibilização das normas ambientais, o que permite o não cumprimento das leis, definindo os moradores da Região do Córrego do Feijão, a partir da classificação de atingidos emergenciais ou não emergenciais, em benefício da Vale S.A, pois não há conflito entre os interesses do Estado e da Iniciativa Privada.

Segundo a pesquisadora Andrea Zhouri, em depoimento registrado pelo site “Pró Ambiente Assessoria Ambiental”, um mês após o colapso de Fundão, em Mariana, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou uma lei que mudou toda a estrutura dos órgãos que aprovam o licenciamento ambiental. “Tudo para deixar o licenciamento mais simplificado. A toque de caixa. Estão aprovando as obras sem que estudos sejam suficientes, sem que haja debate, avaliação técnica, ou viabilidade ambiental e socioambiental.”³⁰

Nessa lógica, é importante que o território seja pensado antes do evento crítico, pois as comunidades existiam antes da mineração e não foi o desastre do rompimento da barragem que as fez surgir, bem como o sentimento de pertença. O desastre, o crime devem ser entendidos como ameaça de dissolução desses territórios e seus laços de parentesco e compadrio, como destruidor dos espaços de sociabilidade entre comunidades e comunitários, berço dos saberes transmitidos e atualizados por gerações, como fica claro na declaração de

³⁰ Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2019/01/28/150013-as-possiveis-causas-da-tragedia-da-vale-em-brumadinho.html>, acesso em 01/07/2023

Silas Fialho, liderança comunitária do Parque das Cachoeiras, publicada no site da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS):

Brumadinho era uma família. Nós que somos daqui, ou perdeu algum parente, ou amigo, ou conhecido. Estamos nessa luta por justiça. Temos uma missão que é não deixar o crime da Vale cair no esquecimento e reconstruir uma cidade onde a ganância e o capitalismo acabou com a vida de várias pessoas. Enquanto houver resistência, há esperança. Esperança é a única coisa que a Vale não consegue comprar. (Silas Fialho, atingido do Parque das Cachoeiras, 2023³¹)



Figura 29: Homem olha destruição causada por rompimento de barragem em Brumadinho
Autor: PAULO, Paula. 2019.

Tendo como referência os dados do Censo Demográfico de 2010, a lama de rejeitos atingiu setores censitários com população estimada em 3.485 pessoas e 1.090 domicílios, representando mais de 10% da população em atingidos de forma direta e imediata. Estima-se que, além do impacto em Brumadinho, a lama atingiu o Rio Paraopeba numa extensão aproximada de 250 quilômetros, havendo diversas comunidades (indígenas, quilombolas, silvicultores e pescadores artesanais) atingidas. Para além das pessoas definidas oficialmente como desabrigadas, há diversas populações que em seus territórios de vida e trabalho tiveram múltiplas rupturas e perdas simbólicas, culturais, econômicas, emocionais, familiares (como as centenas de crianças que ficaram órfãs de uma hora para outra, ou dos que perderam filhos, irmãos e amores). Perderam-se amigos, vizinhanças e lugares de referência e a relação íntima com o rio. O número de “atingidos” é ainda maior se levadas em consideração as comunidades que viviam e se beneficiavam do rio, solo e matas, seja para os diversos modos

³¹ Disponível em: <https://aedasmg.org/encontro-parque-da-cachoeira-brumadinho/>, acesso em 01/07/2023

de vida, uso e ocupação, como por exemplo o consumo de águas para a agricultura, nos “quintais e roças” e pesca ao longo do Rio Paraopeba.

Fica claro a importância do território e a força das perdas para as comunidades de Brumadinho. Segundo o professor e pesquisador Costa filho, há uma importância estrutural ou simbólica da terra, entendida aqui não como um objeto ou mercadoria, mas como expressão de uma moralidade; vista não na sua “exterioridade como um fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valores éticos” (WOORTMANN K.,1990, p. 12).

O território sempre implica dimensões simbólicas. Nele estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território. Com frequência, os territórios das comunidades [...] ultrapassam as divisões político administrativo (municípios, estados). [...] Portanto, nesse contexto, é preciso considerar e respeitar a distribuição demográfica tradicional dessas comunidades, quaisquer sejam as unidades geopolíticas definidas pelo Estado (COSTA FILHO & MENDES, 2013, p. 10-11).

É importante ressaltar que as comunidades de Brumadinho, assim como as outras comunidades atingidas, enfrentam desafios complexos para recuperar e reconstruir suas vidas, bem como para reivindicar seus direitos territoriais e exigir justiça e reparação. A restauração do território, tanto em termos de reparação ambiental quanto de reconhecimento dos direitos das comunidades, é fundamental para a recuperação integral e a resiliência das pessoas e comunidades afetadas. O desastre causou perdas humanas e não humanas, destruição ambiental e danos irreparáveis à vida de várias comunidades. Depois da tragédia, os atingidos pela lama das comunidades próximas à Mina do Feijão, assim como os atingidos da Cachoeira do Choro, como veremos mais detalhadamente no próximo tópico, perderam não somente as suas casas e seus territórios, mas também, parte significativa de suas referências de construção de vida.

3.2 A Morte invadiu o Rio Paraopeba

"O rio, ferido em suas veias líquidas, sangra tristezas e carrega o peso do sofrimento das terras que atravessa." - Autor desconhecido

Quando a barragem em Brumadinho se rompeu, uma avalanche de lama de rejeitos de minérios inundou o Rio Paraopeba; os estragos foram percebidos nas margens da aldeia Naô Xohã somente na madrugada do sábado, dia 26 de janeiro de 2019. Eram 4h da manhã quando o cacique Háyo Pataxó notou que a água do rio tinha alterações:

O rio estava de cor vermelho escuro, os peixes estavam mortos. Estamos preocupados, vendo os peixes boiando de boca para fora. Logo vai começar a subir o cheiro deles mortos e isso pode trazer doenças para nossas crianças e idosos. (Entrevista concedida pelo cacique Háyo Pataxó ao jornal Envolverde, 2019³²)



Figura 30: vista aérea do Rio Paraopeba, antes e depois de ser atingido pela lama.
Autor: FOLHA DE S. Paulo, 2019

³² Disponível em: <https://envolverde.com.br/quem-sao-as-vitimas-da-lama-no-rio-paraopeba/>, acesso em 01/07/2023

Os impactos causados pela barragem de Brumadinho são gigantes e vão desde as mortes de pessoas até o cotidiano e modos de vida da população que convivia com um rio que também morreu. O Rio Paraopeba, afirmam analistas da Fundação SOS Mata Atlântica, está morto após receber os rejeitos da Barragem I da Mina do Feijão. Nas análises realizadas foi constatado o aumento do índice de turbidez que aparece 6,83 vezes acima do limite máximo permitido por lei. Quanto mais turva estiver a água mais difícil um feixe de luz atravessá-la, prejudicando diretamente a fotossíntese e resultando em um aumento de calor. Nessas condições, segundo os analistas, fica impossível a vida aquática. Em uma publicação online do Jornal da USP, em abril de 2019, a professora de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, Ana Paula Fracalanza, afirma que esses fatores impedem a sobrevivência da vida aquática no Rio Paraopeba:

Outro fator associado à turbidez é a taxa insuficiente de oxigênio dissolvido, fazendo com que não exista manutenção da vida aquática, porque animais não conseguem sobreviver. Apenas alguns tipos de bactérias, que não precisam de oxigênio para viver, conseguiriam persistir no Rio Paraopeba.³³

E não é só lama. Metais pesados, resíduos da mineração que eram armazenados na barragem, contaminaram o rio. Análises encontraram altas concentrações de níquel, mercúrio, chumbo, zinco, ferro, cobre, manganês, cromo e cádmio. As águas do Rio Paraopeba eram utilizadas para agricultura, pecuária, pesca, abastecimento e lazer e, após o rompimento da barragem, em 24 de fevereiro, a Secretaria de Estado de Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais proibiu o uso da água para qualquer finalidade por tempo indeterminado. As análises realizadas pela Vale entram em desacordo com amostras de pesquisas autônomas. Em publicação de 22/03/2019, a Vale declara:

Os resultados das análises, realizadas até 21 de março, indicam que a pluma de turbidez está localizada no reservatório da Usina de Retiro Baixo, a cerca de 300 quilômetros de distância do local do rompimento. Os pontos a jusante desse trecho apresentam turbidez bem abaixo dos limites legais permitidos pela legislação, de 100 NTU. Os pontos de turbidez estão correlacionados também ao aumento das concentrações de ferro e manganês. A partir do tipo de solução definida com as autoridades e órgãos competentes para a interrupção da fonte ativa do carreamento - ou seja, o material depositado mais próximo ao rompimento da barragem - o transporte de sedimentos será reduzido, contribuindo assim para o retorno

³³ Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/rio-paraopeba-esta-morto-e-perda-de-biodiversidade-e-irreversivel/>, acesso em 01/07/2023

do rio a condições próximas do natural. (publicação no site da Vale, em março de 2019³⁴)

Um estudo realizado pelo Instituto Butantã, no início de 2020, comprova que embriões de peixes “paulistinha” morrem ou têm anomalias quando colocados em contato com as águas do Rio Paraopeba. O estudo gera preocupação, pois considerando a genética, esses peixes têm 70% de semelhança com a espécie humana. A bióloga Mônica Lopes Ferreira, coordenadora do estudo, explica:

*Um animal sem boca e com edema cardíaco, é óbvio que ele vai morrer. As águas que a gente coletou em diferentes pontos do Rio Paraopeba chegando ali no São Francisco, são águas que tem elementos tóxicos capazes de causar mortalidade ou anomalias nesses animais, que são tão parecidos com a gente.*³⁵

Ao pensarmos nos entrelaçamentos do Homem com a Natureza, podemos destacar que desde o Iluminismo, os filósofos ocidentais nos mostraram que, apesar da grandiosidade da Natureza, ela também pode ser passiva e mecânica, sendo cenário para geração de recursos para o Homem, que para além de domá-la, também podia dominá-la, portanto, como afirma TSING (2015), é necessário ouvir a narrativa dos contadores de histórias: Ficou a cargo dos fabuladores, incluindo contadores de histórias não ocidentais e não-civilizadores; lembra-nos das vidas pulsantes de todos os seres – humanos e não-humanos (TSING, 2015, p. 29)

A vida requer interações entre muitos tipos de seres. É preciso ouvir o rio, perceber as precariedades de um mundo em ruínas (TSING, 2015³⁶). Ruínas que são produzidas nos espaços abandonados, após serem exauridos pela produção de recursos. Esse ouvido atento às ruínas pode ser percebido na fala de Avelin, minha amiga de graduação, que se posicionou, em suas redes sociais:

Hoje toquei meu maracá sagrado diante do leito sagrado do Rio Paraopeba morto... Uma mistura de dor e revolta. Uma vergonha de ser humana nessa terra, um sentimento de injustiça querendo gritar. Ver esse rio tão lindo que a gente se banhava, brincava com as crianças nesse estado de morte é

³⁴ Disponível em: <https://www.vale.com/pt/w/vale-divulga-an%C3%A1lises-de-%C3%A1gua-solo-rejeito-e-sedimento-coletados-no-rio-paraopeba>, acesso em 01/07/2023

³⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/26/brumadinho-aguas-do-rio-paraopeba-provocam-morte-e-deformidades-em-peixes>, acesso em 01/07/2023

³⁶ Em seu livro "The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins" (O Cogumelo no Fim do Mundo: Sobre a Possibilidade de Vida em Ruínas Capitalistas), Anna Tsing aborda a ideia do "mundo em ruínas" como uma metáfora para as consequências sociais, econômicas e ecológicas do capitalismo global. No livro, Tsing explora a interação entre os cogumelos Matsutake, os colhedores de cogumelos e os sistemas capitalistas, mostrando como essas relações emergem em paisagens pós-industriais e áreas devastadas pela extração de recursos. Ela argumenta que esses ambientes em ruínas também podem ser locais de resiliência, criatividade e formas alternativas de vida. (TSING, 2015)

devastador e inacreditável. Mais uma vez temos que enfrentar o luto. Nos perdoa, Mãe Terra. (Avelinkambiwa, 2022³⁷)

Avelin traz para a reflexão a expressão Mãe Terra, no que julgo necessário esclarecer como podemos compreender melhor a visão do Todo para os povos indígenas da América Latina, assim como o próprio Bem-Viver. Solón esclarece que para o Bem-Viver, o “todo” é a Pacha, conceito andino que muitas vezes foi traduzido simplesmente como Terra ou mãe Terra, numa compreensão indissolúvel entre espaço e tempo.

Pacha, é o “todo” em movimento constante, o cosmo em permanente evolução. Pacha não se refere apenas ao mundo dos humanos, dos animais e das plantas, mas ao mundo de cima (hanaq pacha), habitado pelo sol, pela lua e pelas estelas, e o mundo de baixo (ukhu pacha), onde vivem os mortos e os espíritos. Para o Bem-viver tudo está interconectado e forma uma unidade. (SOLÓN, 2019, p. 24)

Sólón (2019) esclarece que o conceito de Bem Viver é uma abordagem alternativa ao desenvolvimento que se baseia nas visões e práticas de povos indígenas e comunidades tradicionais da América Latina, sendo necessário entendê-lo como um paradigma alternativo ao desenvolvimento convencional, centrado no crescimento econômico ilimitado e na exploração desenfreada dos recursos naturais. O autor argumenta que o Bem Viver oferece uma abordagem mais equilibrada e sustentável para a sociedade, que respeita a natureza e busca o bem-estar coletivo, onde o desenvolvimento não é visto apenas em termos econômicos, mas também em relação à qualidade de vida, aos valores culturais, à harmonia com a natureza e à busca pela equidade social.

Pablo Solón também esteve envolvido em iniciativas políticas e movimentos sociais na Bolívia, onde o conceito de Bem Viver foi incorporado na Constituição de 2008, reconhecendo-o como uma alternativa viável ao desenvolvimento convencional (OSÓRIO, 2015).

Portanto, na Pacha (Mãe Terra) não existe desvinculação entre seres vivos e corpos inertes ou entre humanos e não-humanos. Todos têm vida. É no relacionamento com o todo que a vida é entendida. Solón (2019) nos diz que a dicotomia entre seres vivos e objetos não existe, pois não há uma separação entre humanos e natureza. Somos todos parte da natureza, e a Pacha, como o todo que é, tem vida. Percebi essa lógica de pensamento na fala do cacique Háyo Pataxó Hã-hã-hãe, líder da aldeia Naô Xohã, em entrevista ao Jornal Envolverde, em 2019, e também na fala de Avelinkambiwa, em 2023:

³⁷ Publicação no perfil @avelinkambiwa, na rede social *Instagram* em 2022

Para nós, indígenas comprometidos com a preservação ambiental, ver o rio neste estado é uma ferida, uma dor similar a de perder um braço. Nós temos vida, mas não podemos avançar porque nosso rio morreu. Estamos com o coração ferido, crianças e idosos chorando ao ver o Paraopeba destruído, eles colhiam camarão do rio, pescávamos juntos. Está todo mundo preocupado na Aldeia, perguntando a Tupã nosso deus o que faremos. (Háyó Pataxó, atingido da aldeia Naô Xohã, 2019³⁸)

E...

Garantir que a natureza esteja viva e preservada, é a garantia de um presente e de um futuro, para nós e para as próximas gerações. A terra não é algo que está aqui para ser explorada, não é uma fonte de recursos, a terra é mais do que somente um lugar em que vivemos, ela é sagrada, nos garante conexão ancestral, é capaz de acolher plantas, animais e uma infinidade de seres vivos, sendo um espaço onde a vida está presente em todos os meios. (Avelinkambiwa, publicação nas redes sociais, 2023³⁹)



Figura 31: pataxó mostra peixe morto após a lama atingir o rio Paraopeba.

Autor: HALLEL, Lucas. 2019

O Bem-viver é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos parte dela e que não podemos continuar vivendo em separado dos demais seres do planeta (ACOSTA, 2016). A expressão Bem-Viver refere-se à vida sustentável e equilibrada, com os meios necessários para garantir uma vivência digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. Baseia-se em noções de vida em que todos os seres, humanos ou não-humanos, se relacionam entre si, de forma conjunta, e de nenhuma maneira individualmente (ESCOBAR, 2016). Quando um rio que faz parte da vida de um povo morre, o seu Bem-Viver também é afetado, como me contou Rosana, atingida de aldeia Naô Xohã:

³⁸ Disponível em <https://envolverde.com.br/quem-sao-as-vitimas-da-lama-no-rio-paraopeba/>. Acesso em 7 de junho de 2023.

³⁹ Publicação no perfil @avelinkambiwa, na rede social Instagram em 2023

Quando um rio morre, o nosso Bem-Viver vai embora com ele. Tira a nossa vida e a vida do que nos dá a vida. Do rio a gente tira o nosso sustento, molha as planta, e dá de beber os bicho. A natureza é a nossa mãe e o rio alimentava não só a nosso corpo, mas o nosso modo de viver. Tudo aqui é vivo e unido. Um depende do outro. Agora, depois que a lama chegou nem tudo é vivo mais. O rio tá morrendo. A gente tem que pedir perdão à Mãe-Terra. (Rosana, atingida da aldeia Naô Xohã, depoimento via WhatsApp em janeiro de 2022)

Em artigo publicado no site Greenpeace, por Campos (2019), Werrymery, vice-cacique Pataxó Hã-hã-hãe, demonstra em duas garrafas de água, como era a água do rio Paraopeba antes do atingimento e como ficou após a lama chegar:

Werrymery me mostrou duas garrafas com amostras da água do rio. Uma coletada logo que souberam do rompimento, quando a lama tóxica ainda não havia chegado à aldeia, e a outra, dois dias depois, quando os rejeitos atingiram esse ponto do rio. O contraste de cor é grande, variando de um quase cristalino a um marrom terroso. “A terra está vomitando, então ela não está bem. Tudo que destrói a natureza destrói a si mesmo”, ela disse, ressaltando a importância daquele corpo d’água para a comunidade. “A nossa relação com o rio é muito especial porque os pataxós surgiram de uma gota de água que caiu na terra (CAMPOS, 2019)⁴⁰”.

Impossível não relacionar a terra vomitando, com o céu caindo de Kopenawa (2015). Essa metáfora do céu caindo em nossas cabeças pode ser percebida de diversas maneiras, como a terra saindo de debaixo de nossos pés, assim como as fontes de água se acabando, com os rios sendo atingidos por rejeitos dos desastres das grandes corporações, como ocorridos em Mariana, pela Samarco, e em Brumadinho pela Vale S.A.

Os brancos espalham suas fumaças de epidemia por toda a floresta à toa, sem se dar conta de nada, só arrancando o ouro e os outros minérios da terra. [...] Mas não somos só nós que sofremos dessa doença do minério. Os brancos também são contaminados e no fim elas os come tanto quanto nós, pois a epidemia *xawara*, em sua hostilidade, não tem nenhuma, preferência! [...] São atingidos como nós, pela fumaça dos minérios escondidos por *Omama*, debaixo das terras [...]. Só se importam em cozinhar o metal [...] para fabricar suas mercadorias. (KOPENAWA, 2015, p. 365)

A lama das barragens de rejeitos causou a destruição em larga escala da paisagem e ecologia, os sinais de sofrimento podem ser observados através das mudanças físicas, biológicas e ambientais que ocorrem no entorno do rio Paraopeba. As alterações na qualidade da água com a presença de substâncias tóxicas, diminuição do nível de oxigênio e mortalidade de peixes e outras formas de vida aquática são sinais que a morte chegou para esse rio. Para além do atingimento pela lama após o rompimento, a mineração assassina os rios com

⁴⁰ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-terra-esta-vomitando/>. Acesso em 01/7/2023

diferentes formas de matar, através da sedimentação e assoreamento, onde durante o processo de mineração, é comum que grandes quantidades de solo e rochas sejam removidas, expondo o subsolo.

A erosão resultante pode levar a uma maior quantidade de sedimentos nos rios, causando a sedimentação do leito e assoreamento. Isso reduz a capacidade do rio de transportar água, afetando a qualidade e o fluxo da água, além de prejudicar os habitats aquáticos. Pode matar também por meio da poluição por produtos químicos, pois a mineração frequentemente envolve o uso de substâncias químicas, como cianeto, ácidos e metais pesados, para extrair minerais valiosos. Esses produtos químicos podem vazar ou vazar dos locais de mineração e contaminar as águas do rio, com o foi o caso do desastre em Brumadinho.

A poluição química resultante pode ser tóxica para a vida aquática, afetando peixes, anfíbios e outros organismos e desequilibrando todo o ecossistema. Mais uma ferramenta poderosa para matar, é a alteração do curso do rio, onde algumas formas de mineração, como a extração de areia ou cascalho, os rios podem ser diretamente desviados ou alterados para facilitar a atividade. Isso pode resultar na mudança do curso natural do rio, causando impactos significativos nos ecossistemas ribeirinhos e afetando a flora e a fauna que dependem das condições originais do rio. A mineração também contribui para a matança com o consumo excessivo de água: a mineração consome grandes quantidades de água para processamento, controle de poeira e outras atividades relacionadas. Em áreas onde a disponibilidade de água já é limitada, isso pode levar à escassez de água e afetar os ecossistemas aquáticos e as comunidades que dependem dessas fontes de água.

Mais um exemplo de como é possível matar um rio através da mineração é com a remoção de vegetação e a destruição de habitats naturais, como florestas ripárias e áreas úmidas adjacentes aos rios. Essa perda de habitat pode levar à redução da biodiversidade, afetando a vida vegetal e animal que depende desses ambientes.

Dada à eficácia da devastação estatal e capitalista das paisagens naturais, poderíamos perguntar como é que qualquer coisa exterior aos seus planos pôde sobreviver. [...] A precariedade é a condição de estarmos vulneráveis aos outros. (TSING, 2015, p. 63)

Os rejeitos liberados no rio Paraopeba continham uma mistura de água, minerais e resíduos tóxicos provenientes da atividade de mineração. A lama de rejeitos consistia principalmente em resíduos de minério de ferro e outros elementos presentes na mina. Além disso, a presença de substâncias químicas utilizadas no processo de beneficiamento do

minério, como polímeros e reagentes de flotação, também foi relatada. A extensão da contaminação e os impactos específicos dos rejeitos no rio Paraopeba variaram ao longo do curso do rio e ao longo do tempo, uma vez que a lama se espalhou e se diluiu nas águas. No entanto, estudos e monitoramento indicaram a presença de metais pesados, como ferro, manganês, cobre e níquel, em concentrações acima dos níveis considerados seguros para a vida aquática. Até o dia 15 de julho de 2019, foram recolhidas mais de 2,8 mil carcaças de peixes (ARBEX, 2022). Além de toda a devastação causada, existe também a preocupação com a contaminação potencial do solo ao longo do tempo. Com mais de 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração lançados no meio ambiente, juntamente com cerca de 600 mil metros cúbicos de água, pode-se afirmar que o desastre ainda está em andamento. Isso significa que os efeitos negativos do desastre continuam a se desenvolver e persistir, com a possibilidade de o solo ser afetado pela contaminação ainda por um longo tempo.

Um dos mais graves e frequentes fatores de risco na mineração consiste em falhas nas barragens de rejeitos, seja através de vazamentos, rupturas parciais ou colapso total. Aráoz (2020) esclarece que as barragens podem cobrir centenas e até milhares de hectares com os rejeitos de metais e de produtos químicos. Quando há um rompimento nas proporções do ocorrido em Brumadinho, o potencial de morte e contaminação dos rios é estratosférico, como podemos constatar com a agonia do Rio Doce no rompimento da barragem da Samarco, como nos lembra Nego, o primeiro cacique das aldeias Krenak, localizadas às margens do rio Doce, no município de Resplendor, em Minas Gerais e depoimento concedido à agência de jornalismo A Pública, em 2017:

Tem época que a gente planta, tem época que não planta, porque a seca está grande e não dá mais para fazer nada com a água do rio Doce. O rio acabou. A água ficou doente e ninguém pode tomar ela (Nego, atingido pela Samarco, 2017⁴¹)

Um dos metais encontrados no rio Paraopeba é o chumbo. Estudos realizados por órgãos ambientais e instituições de pesquisa constataram a presença de concentrações elevadas de chumbo em diferentes trechos do rio, especialmente nas áreas mais próximas ao local do desastre. Não é demais falar do que o excesso de chumbo no sangue pode causar à saúde. Segundo Aráoz (2020), um relatório da Defensoria do Povo da República da

⁴¹ Disponível em: <https://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>. Acesso em 01/07/2023

Argentina, ao denunciar o caso em Abra Pampa, afetada pelos rejeitos mineiros da Metal Huasi S. A.⁴², alerta:

O chumbo é um contaminante persistente no ambiente, ou seja, uma vez que ingressa no sistema não se degrada, permanecendo indefinidamente. Pode entrar no corpo humano por inalação se está na forma de vapor ou partículas, ou por ingestão, se entra em contato com a água consumida pela população. Ainda que em pequenas quantidades, é neurotóxico e afeta áreas do cérebro que regulam a conduta e o desenvolvimento dos neurônios, razão pela qual pode alterar o crescimento físico e mental [...] (ARÁOZ, 2020, p. 232)

Ainda sobre o chumbo, a página do site da OMS (2013) destaca:

[..] a exposição ao chumbo cobra a cada ano um total estimado de 143 mil vidas, registrando-se nas regiões em desenvolvimento as taxas mais altas de mortalidade. O chumbo se espalha pelo organismo até alcançar o cérebro, o fígado, os rins e os ossos, e se deposita nos dentes e nos ossos, onde vai se acumulando com o passar do tempo. (OMS, 2013)⁴³

Nesses cenários de morte, foi impossível eu não ter o pensamento levado a outro evento crítico, que ocorreu por negligência de uma empresa. Refiro-me à contaminação das vítimas do Césio -137, em Goiânia-GO. Em setembro de 1987, um grave acidente radiológico ocorreu em Goiânia; o acidente envolveu uma cápsula contendo cloreto de césio -137, um material extremamente radioativo utilizado em equipamentos de radioterapia industrial. Tudo aconteceu quando uma máquina de radioterapia abandonada pela Indústria e Comércio de Aparelhos Odontológicos (ICAO), foi encontrada em um depósito de sucata. Não sabendo sobre os riscos, dois moradores do bairro Setor Oeste, retiraram a cápsula de chumbo que continha o césio-137. Ao abrirem a cápsula, eles se deslumbraram com um pó azul brilhante, atraente visualmente. O material radioativo foi distribuído entre amigos e vizinhos. O césio-137, assim com o chumbo presente no rio Paraopeba, é altamente contaminante e pode penetrar nos tecidos humanos e causar danos graves à saúde. A contaminação afetou tanto as pessoas diretamente envolvidas no manuseio do material quanto àquelas que tiveram contato posterior com as superfícies contaminadas. Após o acidente, muitas pessoas foram expostas à radiação, resultando em graves problemas de saúde, como queimaduras, danos aos órgãos internos, distúrbios hematológicos e câncer. O acidente em Goiânia é considerado um dos piores desastres radiológicos não relacionados a usinas nucleares na história.

⁴² A Fundidora Metal Huasi foi uma instalação industrial localizada na cidade de Abra Pampa, na província de Jujuy, Argentina. A empresa era especializada na fundição de metais, realizando o processo de transformação de minérios em produtos metálicos, como cobre, chumbo e zinco. Fonte: <https://www.ocmal.org/>

⁴³ Disponível em: <https://www.who.int/pt/home>. Acesso em 014/07/2023

Acidentes como esses e os relacionados ao rompimento de barragens, nos permite refletir sobre os significados culturais do desastre. A análise de Veena Das destaca a importância dos significados culturais atribuídos aos eventos críticos. No caso de Goiânia, a contaminação por césio teve implicações não apenas na saúde física das pessoas afetadas, mas também na percepção da segurança, nas práticas religiosas e nas crenças sobre a radiação. Refletir sobre esses significados culturais, tanto em relação ao evento ocorrido em Goiânia, como em Brumadinho, pode nos ajudar a entender como as comunidades atingidas vivenciam o desastre e seguem suas vidas após o desastre.

A contaminação por césio teve impactos significativos na saúde mental e emocional das pessoas afetadas. Os estudos de Das (2020) sobre eventos críticos enfatizam a importância de examinar as consequências psicossociais, como trauma, estigma, perda de confiança nas instituições e mudanças nas relações sociais. Esses aspectos são relevantes para a compreensão dos efeitos duradouros dos desastres, pois o que se percebe é que o desastre provocado pela Vale S.A. ainda está em curso (ZHOURI, 2021), como podemos ver no trecho da carta entregue ao ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, escrita pelos moradores atingidos de Curvelo e Pompéu, na ocasião de um evento organizado por movimentos sociais, onde se reuniram autoridades do judiciário, do legislativo mineiro e do governo federal e de Minas Gerais, além de pessoas de toda a Bacia do Paraopeba e também do Rio Doce, que foi atingido pelo rompimento da barragem da Samarco, em Bento Rodrigues, em 2015.

Mataram nossos rios, mataram nossos peixes e com isso tiraram nossa paz, cada dia morremos um pouco. A justa reparação não trará as vidas de volta, mas fará com que as pessoas não tirem suas próprias vidas por não enxergarem uma luz no fim do túnel, pois a criminosa Vale não admite que somos atingidos (Trecho da carta entregue ao ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, 2023⁴⁴)

Ao relacionar os estudos de Das (2020), sobre eventos críticos no contexto indiano, com a contaminação e morte do Rio Paraopeba, procuro obter uma compreensão mais profunda das dimensões sociais e culturais desse desastre e suas consequências a longo prazo. Inspirada em Das (2020), minha tentativa é compreender como os sobreviventes reconstruiriam suas vidas, recolheriam os cacos e descobririam como e para onde seguir. Seguir vivendo naquele mesmo espaço de devastação e presença constante da morte, de algo que se acabou.

⁴⁴ Disponível em: <https://guaicuy.org.br/rompimento-da-barragem-da-vale-veja-acoes/>. Acesso em 01/07/2023

3.3 A Comunidade Cachoeira do Choro e o luto pelo Rio Paraopeba

*"A saudade é o revés de um parto, é recordação das águas."
Carlos Drummond de Andrade*

Para além das pessoas e domicílios atingidos pela lama de rejeitos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, muitas famílias definidas oficialmente como desabrigadas, há diversas populações que, em seus territórios de vida e trabalho, tiveram múltiplas rupturas e perdas. Também são vítimas da lama da Vale S.A., as famílias da comunidade Cachoeira do Choro, localizada na beira do rio Paraopeba e profundamente atingida pelo crime.

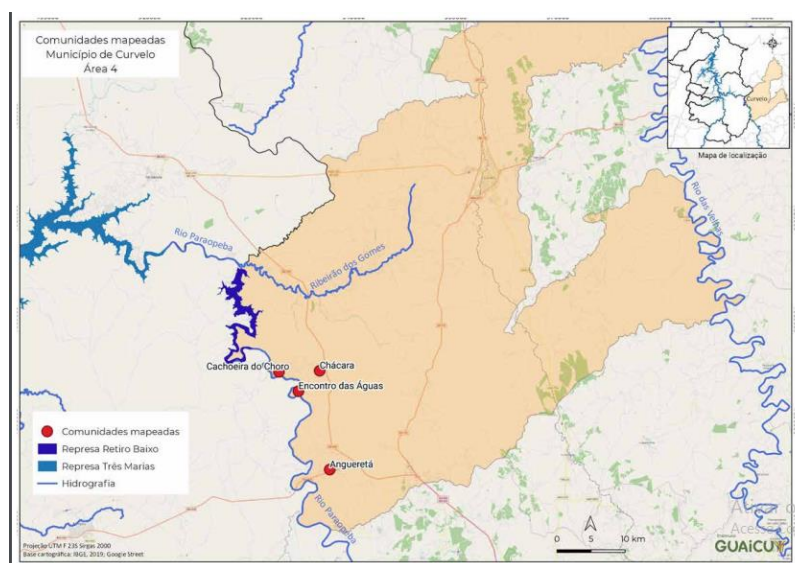


Figura 32: Localização Cachoeira do Choro.
Autor: INSTITUTO GUAICUY.

A Comunidade Cachoeira do Choro foi severamente afetada pela lama de rejeitos do rompimento, ocorrido após o desastre. Localizada nas margens do rio Paraopeba, na região do baixo curso entre o Norte de Minas e a região central do estado de Minas Gerais, essa comunidade depende completamente do rio Paraopeba para sua dinâmica socioeconômica. O rio é utilizado para pesca, abastecimento de água e atividades de turismo. A comunidade é composta por aproximadamente 400 famílias, mas apenas 100 delas residem ou vivem permanentemente no local. Muitas pessoas da comunidade utilizam a região como destino de veraneio, sendo provenientes de cidades como Felixlândia, Curvelo, Belo Horizonte, entre outras. Além disso, há também a presença significativa de aposentados e aposentadas que estabeleceram laços e construíram relações com o lugar ao longo do tempo.

A área afetada é uma região de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, caracterizada por belas serras e uma rica biodiversidade. Essa região desempenha um papel crucial como um cinturão verde ao redor da região metropolitana de Belo Horizonte, contribuindo para a conservação da água e a qualidade de vida, tanto para a população urbana

quanto rural. O rio Paraopeba possui uma história e memória regional significativas e desempenha um papel fundamental na formação da diversidade cultural e dos modos de vida existentes na região. Ele permite relações socioambientais, econômicas, espirituais e alimentares das comunidades com as águas e a natureza. O Paraopeba também era um espaço importante para socialização e lazer de toda a população.

Ao iniciar os meu trabalho de campo, em 2022, após o período pandêmico da Covid-19, escolhi como primeiro contato a dona de um bar, nas proximidades da Cachoeira do Choro. A comunidade leva o nome da pequena queda que é formada nas enormes pedras dentro do rio.



Figura 33: Cachoeira do Choro, em 2012.
Foto: Autora, 2012.

Optei por iniciar as entrevistas semiestruturadas, dando foco nos motivos que levaram os moradores escolherem aquele local para construírem as suas casas, como eram seus modos de vida e os sentimentos que nutriam sobre e para com o rio Paraopeba, para só então questionar sobre como a lama do rompimento, que atingiu o rio Paraopeba naquela região, impactou a vida das pessoas. Meu interesse era relatar a experiência do evento desde a perspectiva da pessoa comum; não me interessava somente recontar através de outras vozes o dia do rompimento ou dia em que a lama chegou na comunidade, mas trazer à tona como o evento crítico se entranhava na vida cotidiana, no presente, três anos depois. Quando cheguei ao bar da dona Aparecida, que é conhecido como o bar das latinhas, era domingo, por volta de 11 horas da manhã. Em março o sol é escaldante naquela região. Normalmente, antes do rompimento, o bar ficava lotado de turistas e pescadores de finais de semana. Naquele domingo havia a dona Aparecida, seu esposo, o senhor José, e outro morador da mesma rua

em que fica o bar, que não estava consumindo, apenas jogando conversa fora, como ele mesmo me disse.

Ao me apresentar, notei a desconfiança da dona Aparecida, pois ela pensava que eu era alguma fiscal da Vale S.A. Após eu contar que meu pai também tinha uma casa na região e que adora ir lá pescar e descansar, ela confessou estar mais tranquila:

Tava bem pensando que você era funcionário disfarçada da Vale. É porque eles tão tirando a indenização de todo mundo daqui. Tão exigindo comprovante de endereço, só da Cemig ou da Copasa. Não aceitam mais da internet que a gente paga. Bem achei que cê era um deles. Mas como seu pai também mora aqui, cê entende tudo que a gente tá passando, né minha fia? Viu, Zé? Ela é uma menina boa. (Conversa com D. Aparecida no dia 27 de março de 2022)

Foi quando o esposo da dona Aparecida, Sr. José entrou na conversa:

É que a gente tá cansado de falar, falar e nada melhora pra gente. Vem psicólogo, uns estudantes de umas faculdades de Belo Horizonte, o pessoal da Vale mesmo sumiu. Deu umas águas engarrafadas pra gente pensando que tava fazendo favor. Aí quando aparece alguém querendo falar de nós e do rio, dá é vontade de fica calado. (Conversa com D. Aparecida e Seu José, no dia 27 de março de 2022).

Naquele momento não pude deixar de pensar que, muito provavelmente, teria dificuldades em estabelecer conversas com os moradores da comunidade, não por não quererem conversar comigo, me acolher, mas porque, de fato, já estavam sem perspectivas de melhoria de vida, após a contaminação do rio Paraopeba. Não falar seria um modo de informar que ansiavam por justiça e reparação. Veena Das nos relata sobre o barulho do silêncio das vítimas de eventos violentos:

Uma possível vicissitude de tais momentos fatais é que o sujeito pode quedar destituído de voz – não no sentido de que alguém pudesse se ver destituído de palavras, mas de que essas palavras se revelam congeladas, insensíveis, sem vida. [...] descrevo aqueles que escolheram emudecer, que afastaram sua voz para protegê-la. Assim, do mesmo modo que penso no evento como ligado ao cotidiano, penso no cotidiano como pleno de eventos em si mesmo. (DAS, 2020, p. 13)

Embora haja uma conexão direta entre diferentes realidades dos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho, como a margem distante (o dia do rompimento) e a margem do dia a dia (desastre em curso) marcada pela violência e dor, podemos perceber as

sutis transformações que ocorrem ao atravessarmos de uma margem para outra (DAS, 2020). Isso pode ser compreendido tendo em mente a complexa relação entre falar e ouvir.

3.4 Morte lenta: luto pelo rio, desencanto, adoecimento e suicídio

"A perda da natureza é a perda da alma." - Gary Snyder

A destruição causada pelo desastre teve um impacto significativo nas relações humanas com o rio e na maneira como as comunidades se relacionam com o meio ambiente. A recuperação desse importante ecossistema e a reconstrução dos laços sociais e culturais são desafios cruciais para as comunidades afetadas.

A tragédia do rompimento destruiu não apenas o ambiente natural, mas também o modo de vida e a economia da Comunidade Cachoeira do Choro. A interrupção das atividades pesqueiras, a contaminação da água e a destruição dos ecossistemas afetaram diretamente a manutenção e a identidade cultural dos moradores. A comunidade possui uma conexão vital com o rio Paraopeba, e justamente por isso sente-se enlutada pela morte do rio.

O luto não se restringe apenas à perda de entes queridos, mas também pode ser experimentado diante da perda de lugares significativos, ecossistemas e elementos da natureza que desempenham um papel importante em nossas vidas. Quando um rio morre devido a desastres ambientais, poluição ou destruição causada pela atividade humana, pode haver um sentimento profundo de tristeza, dor e até mesmo luto por parte daqueles que tinham uma conexão vital e emocional e dependiam desse rio.

Além dos rios serem fontes de vida, eles carregam histórias, memórias e significados culturais. Constroem modos de vida. Sentir luto pela morte de um rio é uma forma de reconhecer e processar a perda de um elemento vital e significativo em nossas vidas. É um reflexo do nosso vínculo intrínseco com a natureza.

Como bem descreve o Sr. Juliano, que teve a morte do seu mundo, tal como ele conhecia:

Ninguém nunca me perguntou sobre o rio, o que eu sentia por ele. Só se preocupam em saber da pesca. Nunca quiseram saber que o meu coração chorava, chorava num é porque eu não podia mais pescar, mais porque o rio não podia mais viver. Chorei muito. Ainda choro escondido, ocê num conta pra ninguém (risos), mas de verdade, é como se meu pai tivesse morrido (olhos marejados). (Entrevista realizada com o Sr. Juliano, em 27 de março de 2022)

Um sentimento de tristeza pairava no ar diante da perda daquelas realidades que foram destruídas: as conexões emocionais e simbólicas com o rio e a vizinhança. Havia um

sentimento de saudades, de dor, de descontentamento, onde a experiência de violência se enraíza nas emoções e no ordinário (DAS, 2022) dos atingidos ao longo do tempo. Em vez de desaparecer com o passar do tempo, suas marcas permanecem intensas e evidentes nas diversas formas de violência cotidiana que são enfrentadas, mesmo três anos após o evento.

Voltemos ao Bar das Latinhas, que é chamado assim por existirem varais de latinhas usadas penduradas no telhado do bar, como se fossem bandeiras de festas juninas. Dona Aparecida, hoje com 63 anos, morava em Contagem, onde tinha uma pequena mercearia. Resolveu ir morar na Cachoeira do Choro no início dos anos 2000, quando percebeu que a vida estava ficando difícil demais, pois, segundo ela, a violência havia aumentado muito no bairro em que morava, e ela tinha filhos na idade da adolescência, entre 12 e 16 anos.

Um dia vim de excursão com meus meninos para tomar banho no rio e meu marido vivia indo atrás de rio pra pescar. Quando cheguei aqui pensei, vou vender a mercearia, comprar um terrenim aqui e ficar por aqui com os meus fi. O que eu vendo lá eu posso vender aqui. Vou tirar meus fi do meio da violência. (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

Assim foi feito. Dona Aparecida vendeu a mercearia e em poucos meses estava com a casinha já construída para morar com seus filhos. Ela lembra como era a sua vida em contato com o rio:

Era maravilhoso. A água era limpinha, com muita pedra, muito peixe, com muita fartura. Assim eu lembro como se fosse hoje, o meu netinho hoje com 13 anos, tava pequenininho de fraldinha e ele puxava as corvinas e falava “ê potência, né vovó?!” Era muita fartura! Peixe grande, surubim, dourado, curimatã, corvina, piau, mandi. Era muito bom aqui. Tinha pacu! (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

Ela me oferece água e diz que eu podia beber tranquila, pois ela havia comprado, não era água da torneira, então resolve me contar como foi quando a lama chegou ao rio, na comunidade Cachoeira do Choro:

Lá o acidente foi dia 19 de janeiro e a lama chegou aqui dia 22 de fevereiro. Eu tava lá no rio. Ela chegou um marrom bem escuro, iluminando. Cê olhava e via que a água tava brilhando. Igual ela tá hoje no poço parado. Igual se você chegar dali e olhar lá pra cima, cê vai ver que a água tá amarronzada bem escura. Agora se ôce chegar na cachoeira, cê já vê ela mais clara, porque ali ela já tá tombando, aí dá essa impressão. É a mesma coisa de você colocar uma água suja num balde e mexer, aí dá a impressão que a água é limpa, mas ocê vai ver se ela tá limpa quando ela sossegar no balde. Aí cê vê o rio parado e vê que tá contaminado. Os peixes sumiram. Não Teve desova. Na piracema do ano passado não teve desova. Os peixes que pegava não tinha ovo. Não teve desova. Então diminuiu. Os peixe agora

tá tudo pequeno. (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

Dona Aparecida respira fundo, fica em silêncio e depois continua.

Aqui antes vinha especial de Belo Horizonte para pousar na Cachoeira e agora acabou tudo. Era carro descendo toda hora para a cachoeira. Eu pescava pra descanso, mas meu menino pescava no rio e vendia. Era o trabalho dele. Tanto que depois do crime da Vale ele foi embora. Ele vivia de peixe e foi embora. O crime distanciou eu da minha família. (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

Ela altera a voz, me passando uma impressão que estava com raiva e prossegue...

Depois que a lama chegou não tivemos apoio nenhum. Procurar até que eu procurei, mas não tivemos apoio nenhum. Veio recurso nenhum da Vale não. Não veio médico, não veio psicólogo, não veio ninguém. Tamu abandonado mesmo. Eles falam que tem equipe, que tem tudo. Tem uma vez que teve uma reunião no depósito e eu falei com o Rodrigo: “cadê a equipe? Cadê a equipe de psicólogo prometida?” Rodrigo é um moço que só sabe andar de carro pra lá e pra cá. Queria um serviço desse. Ele é do Guaicuy. Até hoje eles falam que tem equipe no campo, mas aqui não. Parece que fica só lá em Brumadinho mesmo. Se aparece aqui, eles vem pela associação escondido, aí vai na casa de fulano ali, vai na casa de cicrano ali e vai embora. Eu tô cansada de ver o Rodrigo passando de carro. Tanto é que veio a Denise da Vale e tirou o nosso direito da água. Ela fez uma sindicância olhando, pediu a conta de água pra falar que era pra fazer benefício pra comunidade e acabou que ela tirou o nosso direito da água mineral que a Vale dava. Tem mais de dois anos que não ganhamos água. No meu bar eu vendia mais de 15 caixas de cerveja num final de semana. De sexta até hoje eu vendi aquelas 3 garrafas que ocê tá vendo ali na frente. Agora tenho que fazer faxina durante a semana, e meu marido limpar as piscina duzôtro se a gente num quisé morrer de fome. (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

O Guaicuy, a que dona Aparecida se referiu é um instituto que presta Assessoria Técnica aos atingidos. As ATIs trabalham para que as pessoas atingidas tenham informação sobre seus direitos, entendam cada movimento do processo judicial, contem com estudos técnicos independentes para melhor entender, mensurar e valorar os prejuízos sofridos. E construam as propostas da melhor maneira de serem reparadas. Formadas por grupos interdisciplinares de profissionais especializados (advogados, psicólogos, assistentes sociais, agrônomos, etc), definidos por cada região de acordo com demandas específicas, o objetivo das Assessorias Técnicas Independentes (ATI) é oferecer às comunidades atingidas condições

de produzirem seus próprios diagnósticos sobre os diversos impactos do rompimento em suas vidas.

Na Bacia do Rio Paraopeba, afetada pelo rompimento em janeiro de 2019, os Termos de Acordo Preliminar (TAP), assinado em fevereiro de 2019, instituem a criação de cinco ATIs - escolhidas pelas comunidades para atuarem ao longo do território que engloba desde Brumadinho até Pompéu, em Minas Gerais. A Política Estadual dos Atingidos⁴⁵ por Barragens garante o direito à assessoria técnica independente, escolhida pelos atingidos e custeada pelo empreendedor, para orientá-los no processo de reparação integral dos danos provocados por esses empreendimentos. O custo dessas atividades é de responsabilidade da mineradora.

Segundo uma publicação veiculada no site da Agência Brasil em 25 de janeiro de 2022, os afetados pelo desastre de Mariana obtiveram o direito à Assessoria Técnica, inicialmente incorporada a acordos entre a Samarco, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF). Após o colapso da barragem em Brumadinho, as vítimas desse novo desastre também asseguraram tal direito, o qual foi estipulado no acordo de reparação. No decorrer de 2019, os residentes de Brumadinho, reunidos em assembleia, optaram por selecionar a Aedas para esse papel.

A mesma organização foi escolhida pelos residentes da área que engloba os municípios de Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba. Em diferentes localidades, a seleção recaiu sobre o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) e o Instituto Guaicuy. Percebi certa resistência em relação aos serviços prestados pelo Instituto Guacuy na fala de dois entrevistados, que julgo necessário descrever, pois revelam a desilusão e cansaço por parte dos atingidos, com a morosidade em terem seus direitos reconhecidos e reparados. Segundo o Sr. Jorge, pescador, as reuniões realizadas pelo Instituto não servem para auxiliar na busca por reparação:

Em vez deles ajudar a gente a ter direito de receber a indenização, só fica fazendo um mundo de reunião numa falação que não resolve nada. Só faz a gente perder o tempo da gente. (Entrevista com Sr. Jorge, Cachoeira do Choro, aos 28 de março de 2022)

Sr. Geraldo tem o mesmo pensamento:

A gente precisava era de uma advogado dos bão. Não esse pessoal do Guaicuy que só sabe marca reunião e ficar de falação na nossa cabeça. Tô

⁴⁵ Lei nº 23795, de 15/01/2021: Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. Fonte: < <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/lei/?tipo=LEI&num=23795&ano=2021&comp=&cons=>>. Acesso em 20/08/2023.

cansado já. (Entrevista com Sr.Geraldo, Cachoeira do Choro, aos 28 de março de 2022)

O esposo de dona Aparecida saiu na defensiva do Instituto, ao interromper a fala da esposa:

Ô Maria, cê tá doida? Quem tem que mandar psicólogo pra gente é a Vale. O Guaicuy só tenta ajudar nós. (...)

Quando questiono Dona Aparecida sobre os motivos dela precisar de um psicólogo ela me diz o seguinte:

Preciso para tentar sofrer menos. Depois que meu menino teve que ir embora pra Belorizonte trabalhar eu fiquei muito triste. A Vale tirou os peixe e o meu menino e meu neto de mim. Eu não durmo mais, passo um mundo de noite em claro. Fico nervosa, fico triste demais. Queria a psicóloga pra mim num endoidecer. (Entrevista com Dona Aparecida, Cachoeira do Choro, aos 27 de março de 2022)

Quando me despedi de dona Aparecida e de seu esposo, ela me abraçou forte e disse:

“Tô aqui chorando, mais lá em Brumadinho as mãe chorou mais, né menina?”.



Figura 34: Bar das Latinhas.
Foto: Autora, 2022



Figura 35: Bar das Latinhas com a presença de um único cliente.
Foto: Autora, 2022



Figura 36: Freezer e estufas vazios
Foto: Autora, 2022.



Figura 37: Freezer e estufas vazios.
Foto: Autora, 2022.

Terminei essa primeira entrevista em campo, com um misto de tristeza e até mesmo de revolta. Nos meus contatos com os atingidos em Brumadinho, todos em mensagens digitadas e em áudios via redes sociais, percebia os sentimentos dos entrevistados na entonação das vozes no áudio, na demora em me responder, na descrição dos sentimentos e nos relatos do luto das perdas dos parentes mortos no dia do desastre. Ao estar em campo, entrava em contato face a face com outras pessoas, que também eram atingidas, e pude ver em seus rostos a marca da tristeza, do cansaço, do desânimo, da raiva, da saudade, sentimentos identificados na forma como gesticulavam e franziam o rosto, no olhar perdido, pois embora não houvessem perdido pessoas para a morte, perdiam abrupta e gradativamente a vida que tinham. A Vale S. A. matava também àquelas pessoas, só que dessa vez, lentamente.

Em janeiro de 2022, a Bacia do Paraopeba, principalmente nas cidades de Brumadinho, Juatuba, Esmeraldas e Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, registrou o maior índice de chuvas da história. Segundo dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, foram acumulados 773 milímetros de chuva nesse período. Essa marca superou o recorde anterior registrado em novembro de 1971, quando foram registrados 612 milímetros de chuva.

A região foi impactada por uma enchente no Rio Paraopeba no início de 2022, resultando em bairros completamente submersos, casas destruídas e centenas de pessoas desabrigadas. A aldeia indígena Pataxó Hãe Hãe Hãe, localizada em São Joaquim de Bicas, foi inundada pelas águas, forçando todas as famílias a deixarem o local. O relatório também aborda a qualidade da água do rio. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) não recomenda o uso da água bruta para qualquer finalidade ao longo do trecho que vai de Brumadinho até a usina hidrelétrica de Retiro Baixo, em Pompéu, na Região Centro-Oeste do estado.

De acordo com o instituto, houve movimentação dos rejeitos depositados no rio desde 2019, quando ocorreu o rompimento da barragem de córrego do Feijão, da Vale. Além disso, a turbidez da água aumentou significativamente em relação a dezembro de 2021 em quase todo o trecho entre Brumadinho e Pompéu.

Os impactos no Rio Paraopeba após as fortes chuvas puderam ser sentidos como ressalta o Sr. Otaviano em nossa conversa:

Era muito lindo e agora com a chuva parece que piorou mais. Porque a chuva mexeu com tudo de novo, que tava no fundo do rio e agora para normalizar vai levar mais de 6 meses. Mas não vai voltar nunca mais a ser como era antes. De vez em quando eu pesco aí. Prejudicou muito os peixe. Só tem peixe pequeno, diminuiu bem. Eu venho pra cá todo o final de semana. Mas desanimei. Tomava banho de rio aqui. Acabou o rio, dá até

dó. Um lugar bonito daquele, igual o lajedo da Cachoeira, agora como que tá hoje dá tristeza. Tem muito pescador e não tem nem como mais tá pescando. Agora que não tem peixe o pessoal que vivia de peixe agora tem que arrumar outro jeito, arrumar outro recurso de ganhar a vida. (Entrevista com o Sr. Otaviano, atingido, aos 29 de março de 2022)

Sr. Otaviano e sua esposa, Dona Iraci, que possuem casa de veraneio na Comunidade Cachoeira do Choro também se queixaram sobre a qualidade da água e os problemas de saúde que enfrentaram por conta do consumo dessa água, como podemos observar no diálogo abaixo:

Dona Iraci - A única coisa que eu acho errado é que a obrigação deles (Vale) era ter orientado a gente a não beber dessa água. O meu marido quase morreu.

Sr Otaviano - eles avisaram, mas só que o poço da Copasa continua normalmente pegando a água. Aí o que acontece: com essa água vindo pra Copasa, parece que não tava tendo o tratamento, não tava sendo eficiente pra poder ser usada e o pessoal todo mundo tomando. A gente tomando.

Dona Iraci - A gente, como não ganhava a água mineral e não sabia, a gente tomava a água. Aí eu peguei um pouco de água na garrafa, porque nós que é mulher a gente observa mais. Dentro da garrafinha, no fundo dela tava saindo aqueles pedacinhos de pó pretinho, do minério mesmo. Meu marido nunca sentiu mal. Era isso que fez mal pra ele. Ele teve uma dor no abdome, que prendeu o intestino dele. Nós fomos em 3 médicos, só na Upa do Odilon, em Belo Horizonte, que descobriu que era um problema nos rins. E foi parar de toma a água que ele melhorou. Agora a gente gasta dinheiro, que já é pouco, com água.

A água na caixa tá até limpa, mas antes a gente via o minério no fundo. Numa reunião, na Câmara, na Prefeitura, a Copasa não tava nessa reunião. Eles falaram que fizeram uma análise e que não achou nada na água e aí ficou desse jeito. Aqui falta água todo dia. Tamu sem água desde ontem. A água quando chega é só à noite e essa noite nem veio. A Copasa tá canalizando água pra todo mundo aqui, mas pra canalizar eles vão ter que melhorar a água. Não adianta canalizar e água ser ruim, tem que melhorar né. Ficaram de colocar um poço cartesiano aqui, mas por enquanto não. A Vale precisa informar se a gente pode beber essa água ou não. Uso a água só pra cozinhar, tomar banho e lavar vasilha. Mesmo assim tem que economizar porque falta água. Aí eu tive que ter gasto com outra caixa d'água para fazer uma reserva. Aí vamos ver o que eles vão resolver com esse problema aí.

A Vale tem plano de fazer isso, fazer aquilo, mas não sai do papel não. O pessoal da Guaicuy na reunião só sabe falar daquele tal de PTR, só fala de PTR, mas não resolve nada. PTR é esse cadastro novo, vão ver o que eles vão arrumar aí.

Sr.Otaviano - O pessoal lá de Brumadinho sofre, mas o pessoal por onde o rio passa também sofre. Aqui tinha muito pescador que vivia de peixe. Aí de vez em quando eles mandam uma cesta. Tem dois meses que mandou a cesta

e não mandou mais. Eles não ajudam o pessoal que vive aqui. Nem água eles mandam mais. Um barril de água é 12 reais, no mínimo vai gastar de 2 a 3 por semana, 36 reais por semana, no final do mês, sem serviço, fica difícil.

Dona Iraci - O Pedro pescava quase 50 quilos de peixe por dia aí. Agora a gente nem come o peixe daqui. Se eu já passei mal com a água, imagina com o peixe. (Entrevista com o Sr. Otaviano e Dona Iraci, atingidos, aos 29 de março de 2022)

Após o término da entrevista, dona Iraci fez questão de me mostrar a caixa d'água da sua casa. Queria que eu visse os brilhos do minério na água e realmente pude ver que acima da água havia uma nata de partículas que brilhavam, que não se misturavam na água.



Figura 38: Caixa d'água da casa de dona Iraci.

Foto: Autora, 2022.

A jovem Clara, de 24 anos, também me contou sobre os problemas de saúde e a insegurança sobre a qualidade da água para consumo:

A qualidade do rio acabou, a cachoeira desapareceu, as pessoas que dependiam da pesca perderam sua principal fonte de subsistência, e aqueles que viviam do turismo e lazer também foram afetados. Além disso, a população começou a enfrentar diversos problemas de saúde, com muitas pessoas adoecendo. A situação chegou ao ponto em que algumas pessoas estão sofrendo de depressão como resultado desses eventos. Além disso, há a preocupação em relação à segurança da água que estamos consumindo. (Entrevista com Clara, atingida, aos 30 março de 2022)

A mesma insegurança foi apontada no depoimento de um atingido, no Fascículo do caso Cachoeira do Choro, que integra a primeira publicação da série Eco-Genocídio no cerrado (2022⁴⁶).

⁴⁶ Ao longo da Sessão Cerrado do Tribunal Permanente dos Povos, a partir da metodologia do diálogo de saberes entre povos do Cerrado, organizações de assessoria e grupos de pesquisa, a Campanha sistematizou evidências para formular a acusação apresentada ao júri em cada um dos casos do Tribunal. Esse material acumulado coletivamente ganhou edição revista, ampliada e atualizada na Série Eco-Genocídio no Cerrado. Este Fascículo do caso Cachoeira do Choro integra a primeira publicação da série. Fonte: <https://tribunaldocerrado.org.br/>

Tem uma placa que nos proíbe o uso da nossa água para tudo, mas que não mostra o que tem na nossa água, a contaminação da nossa água por metal pesado, e nem sequer cita o nome da empresa criminosa que matou nosso rio. É uma placa que proíbe tudo, mas que não explica nada.

Em uma região onde a água era abundante, agora não há mais água de qualidade adequada para atender às diferentes necessidades previstas na legislação: consumo humano, agricultura, criação de animais, pesca, lazer e uso em atividades econômicas. Isso representa uma ameaça direta à soberania alimentar e à autonomia da comunidade. Além disso, nascentes e riachos foram destruídos. O sistema de abastecimento público de água foi afetado, com a interrupção da captação no rio Paraopeba. Ao afetar a soberania alimentar da Comunidade Cachoeira do Choro, o crime continua, de acordo com uma moradora:

Hoje as pessoas estão vivendo de doações de cestas básicas para conseguir sustentar os seus filhos. (...) Nós perdemos muito da nossa soberania alimentar, porque perdemos nossos quintais produtivos, nós perdemos nosso pescado, perdemos o peixe, estamos perdendo a nossa saúde. Porque a lama está todo dia na nossa vida. A Vale, ela não matou, ela continua a matar todos os dias. A Vale continua a matar. (Entrevista com Solange, atingida, aos 05 de abril de 2022)

Os residentes afirmam que a água fornecida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) não atende aos padrões adequados de qualidade. Isso ocorre porque o poço de captação está muito próximo ao rio e, mesmo nessas circunstâncias, a Vale se recusa a fornecer água de qualidade à comunidade, apesar de haver uma ordem judicial que exige o fornecimento. Os moradores expressam suas suspeitas - que são bem fundamentadas - em relação à água fornecida pela COPASA, como o Zezinho explica:

A nossa água caiu muito a qualidade e começou a falta todo dia. Antes a água até faltava, mas não do jeito que falta hoje. Todos os dias, você pode olhar no relógio, tipo umas cinco, seis da tarde a água para de cair. Sem faia. E quando é feriado a coisa fica por, falta água por dois, três dias seguido. A água que nós bebe vem dum lugar pertim do rio, então depois que a lama chegou aqui a água não tá mais boa pra consumir. Dá medo de ficar doente tomando essa água e nem sempre dá pra comprar. (Entrevista com Zezinho, atingido, 05 de abril de 2022)

O mesmo medo do consumo da água aparece na fala de um morador, publicada no Fascículo Eco-Genocídio (2022)

Hoje nós temos medo de dar um copo de água, porque recebemos uma água da COPASA, uma água muito suja. (...). Antes nós tínhamos um rio cheio de vida, hoje a gente vive apenas com a lama, sobrevivemos com isso. As crianças hoje tomam uma água e passam mal. Esse poço, desde o rompimento, vem apresentando uma água de péssima qualidade. Uma água escura, uma água fétida, e quando a gente reclama, a gente chega a ficar

*até cinco dias sem água nenhuma na beira de um rio. Morrendo de sede, vendo os nossos filhos sentirem sede, a ponto de muitas mães darem água suja para seus filhos beberem. Porque não tem outra, não tem como comprar, não tem dinheiro, não tem mais nada*⁴⁷.

Após a realização das primeiras entrevistas, retornei novamente à Comunidade de Cachoeira do Choro, quinze dias depois e dessa vez resolvi ir em outro bar, que era famoso por receber turistas e pescadores da região. Quando cheguei ao Bar da Marcia, ela me disse:

Sabia que você viria aqui e já chamei um pessoal pra conversar com você. Pode ir conversando com eles e me deixa por último.

Fiquei surpresa com o que vi, cinco moradores da Comunidade estavam em prontidão, me esperando. A notícia de que eu estava fazendo um estudo com os moradores da região e que eu iria voltar naquela data se espalhou e muitos também queriam contar as suas histórias. A dona do bar arrumou uma mesa pra mim, me trouxe uma Coca Cola bem gelada, abaixou o volume do som e ela mesma pediu para eu falar com o Sr. Antônio, um dos moradores mais antigo da região, hoje com 82 anos.

Se você mesmo quer saber o que é sofrer por um rio, fala com o Sô Antônio, ele vai te contar como aqui era lindo...

Sr. Antônio foi pescador durante toda a vida, chegou à Comunidade Cachoeira do Choro quando, segundo ele, havia menos de cinco moradores, mas resolveu construir uma casinha por lá, pois ali ele estaria em contato com o que mais amava fazer: pescar. Eu já estava consciente do perigo de chegar com um problema de pesquisa resolvido no campo. Por isso, procurei ao máximo evitar as questões do sentimento de luto pelo rio e da falta de peixe, para não influenciar os meus entrevistados, o que me foi completamente impossível, pois desde as primeiras entrevistas, os pescadores já me falavam sobre esse sentimento, e a falta de peixes não saiu mais das suas narrativas.

Sr. Antônio, meio envergonhado, pois os frequentadores do bar fizeram silêncio para ouvi-lo, nos disse:

Ocêis que chegaram aqui a pouco tempo puderam ver um bocadinho de como era esse rio, esse lugar. Mas os fi docêis, os neto, não vão ver. Porque destruiu tudo. Esse rio morreu e com ele morreu também a minha alegria de viver. Sinto tristeza demais no meu coração de véio pescador. Esse rio alimentou minha família, me deu sustento. Agora acabou tudo. Homi chora também. (Entrevista com Seu Antônio, pescador artesanal atingido, 11 de abril de 2022)

⁴⁷ Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/413-serie-ecogenocidio-no-cerrado-15-fasciculos>. Acesso em 01/07/2023

Durante minhas conversas com os pescadores, pude constatar que foram eles os mais afetados pelos impactos da lama de rejeitos no rio Paraopeba, uma vez que sua subsistência está diretamente ligada às águas do rio. Nesse contexto, de acordo com Valêncio (2007), os pescadores dependem do rio em sua forma natural para garantir sua continuidade. Conforme mencionado pela autora:

O rio, assim, é uma produção imaginativa que habita o pescador, e o encontro dessa imagem, partilhada e corroborada pelo grupo, com o espaço concreto é experienciado como trabalho humanizador, não alienado. Portanto, sujeito a provar níveis de realização – e, também, de angústia, se há o risco de perdê-lo – indizíveis. (VALENCIO, 2007, p. 31)

O meio ambiente, no qual o pescador está inserido, influencia o seu trabalho. Como afirma Valencio et al (2003):

O ato de capturar o peixe como principal meio de sustento da família está associado tanto à aguda percepção ambiental deste trabalhador, que vivencia o cotidiano do rio e dos que dele dependem, quanto à sua capacidade de elaborar os meios de produção próprios a essa extração e de desenvolver técnicas corporais peculiares no manejo dos petrechos. Na pesca, a jornada de trabalho é descontínua, posto que o ritmo é ditado pela natureza: a hora de sair, de colocar a rede e recolhê-la, ou de jogar a tarrafa, não é desígnio direto das relações sociais, mas do comportamento dos peixes. O saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade é, portanto, condição *sine qua non* para a existência do próprio pescador. Isso faz com que este conheça as condições do rio momento a momento. (VALENCIO et al., 2003, p. 273)

Sr. Antônio nos contou como eram os seus dias, e que apesar de ter 82 anos, ainda entrava no rio para pescar.

Eu acordava todo dia cedim pra ir pro rio pescar. Podia ser segunda ou domingo, eu pulava do rio e voltava com a canoa cheia de peixe. Era tanto peixe que a gente podia até vender. Foi assim que fui miorando a minha casa, fui dando de cumê meus fi. Eu sabia direitinho onde bater o anzol. Os peixe parecia me conhecia. Mesmo depois de véi eu continuei indo pescar. Pescar era a minha vida. Eu nunca adoeci e tenho certeza que era por causa do rio. O rio faz bem pra quem saber cuidar dele. Agora não tem peixe mais. Até o barulho do rio mudou. (Entrevista com Seu Antônio, pescador artesanal atingido, 11 de abril de 2022)

Sr. Antônio pediu ao seu filho que me mandasse algumas fotos de quando o rio não havia ainda sido contaminado pela lama. Recebi essas imagens, um dia depois da nossa conversa com o seguinte áudio:

Olha aí fia, quando o rio era bonito demais e a gente era feliz nele.



Figura 39: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio



Figura 41: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio



Figura 40: fotografias recebidas por WhatsApp, do Sr. Antônio

O sentimento de ter a vida profundamente afetada pela contaminação do rio Paraopeba, pela lama de rejeitos em Brumadinho, foi enunciado também pela moradora Elaina Marques, publicado no Fascículo Eco-Genocídio (2022):

*Desde o rompimento, a vida tem ficado cada vez mais difícil. Hoje nós não temos mais turismo, hoje os peixes quase não existem. Inclusive a desova dos peixes esse ano não aconteceu em Cachoeira do Choro, um local que sempre foi muito rico no peixe, na produção em seus quintais. As pessoas em Cachoeira do Choro nunca precisavam sair de Cachoeira do Choro para vender seus produtos, a não ser o peixe. O turismo era tão forte que até o pé de pimenta que a gente plantava, a gente sobrevivia. E sobrevivíamos bem do pé de pimenta. Antes nós vivíamos num paraíso, era um local bonito, visitado e entregue na mão da comunidade. Hoje não temos mais esse paraíso, hoje só resta medo.*⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/413-serie-eco-genocidio-no-cerrado-15-fasciculos>. Acesso em 01/07/2023

Ao conversar com Márcia, a dona do bar, além de me contar sobre como as vendas caíram junto com o movimento depois do atingimento, ela também pontuou a sua relação com o rio e como se sentiu curada por ele.

Nas duas vezes que eu tive depressão foi esse rio que me salvou. Agora não tenho mais ele como antes, tenho certeza que ele vai acabar morrendo e sem ele é capaz de morrer também. (Conversa realizada com Márcia, atingida da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)



Figura 42: Márcia exhibe o peixe que seu esposo, Emanuel havia pescado, antes do rompimento.

Autor: Emanuel, acervo pessoal.

Essa relação de amparo entre humanos e não humanos é descrita por Tsing (2015), ao pontuar sobre as relações de ajuda que temos entre espécies:

A precariedade é um estado de reconhecimento da nossa vulnerabilidade aos outros. Para sobreviver, nós precisamos de ajuda, e a ajuda é sempre um serviço de outrem, intencional ou não. Quando torço o meu tornozelo, um galho firme pode servir como uma bengala e me ajudar a caminhar. Torno-me um encontro em movimento, uma mulher-e-galho. É difícil pensar no enfrentamento de qualquer desafio sem solicitar a ajuda de outros, sejam eles humanos, ou não humanos. (TSING, 2015, p.75)

A relação estabelecida pelos moradores da Cachoeira com o rio Paraopeba, para além do próprio sustento através da pesca ou do turismo, se fazia também como local de apaziguamento das ansiedades e conflitos pessoais. Bruno me contou que o rio foi buscado por ele para se livrar dos problemas mentais que antes experimentava:

Vim pela primeira vez na Cachoeira do Choro, em 2001. Estava sofrendo de depressão e tendo crises de pânico. Meu pai que gosta muito de pescar já conhecia aqui, sempre vinha com uma turma de amigos dele pra fazer pescaria. Ficava acampado. Ele já tava preocupado demais comigo. Eu já tinha tentado suicídio duas vezes. Foi quando ele me tirou da cama a força, me colocou dentro do carro, lá em belo Horizonte e me trouxe, mesmo sem eu querer, pra ver o rio. E agora dá vontade de chorar, moça. Foi esse rio

que a gente tá ouvindo daqui que me curou. Quando eu vi aquelas águas, e coloquei meu pé e depois o resto do corpo no rio, foi como se todo o mal tivesse abandonado meu corpo. Foi um milagre mesmo. Nunca mais eu quis morrer. Esse lugar me curou. Aqui tem o pôr do sol mais lindo do mundo. (Entrevista com Bruno, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Enquanto retornava para casa naquele dia, fiquei maravilhada ao presenciar o pôr do sol e, nesse momento, compreendi que Bruno estava certo em suas palavras.

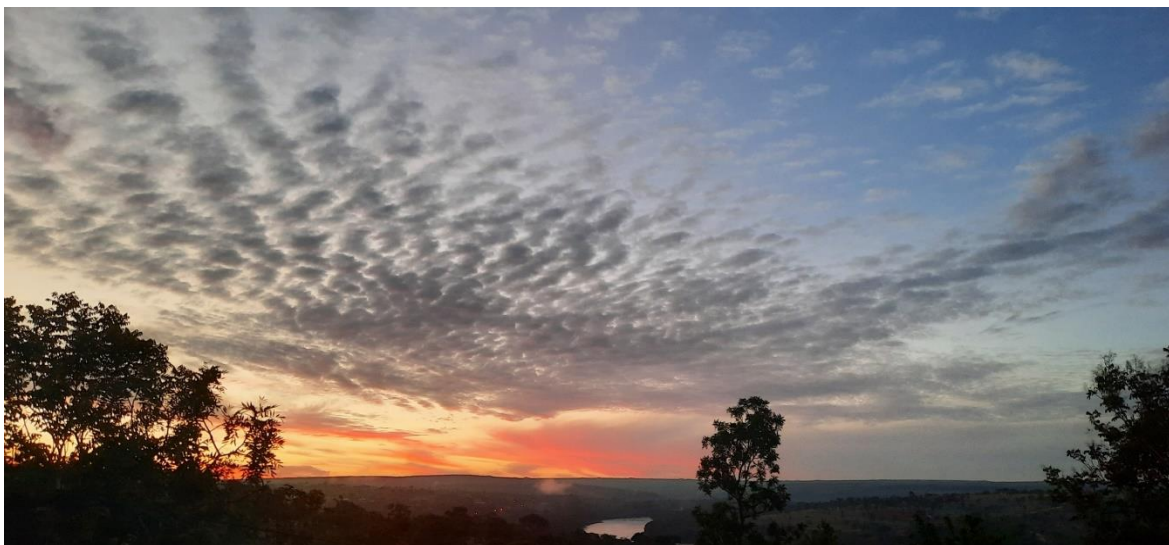


Figura 43: pôr do sol em Comunidade Cachoeira do Choro

Foto: Autora, 2022

As relações de trabalho também mudaram após a lama chegar à Comunidade da Cachoeira do Choro, se antes o sustento era assegurado pela pesca e pela venda de produtos em bares e mercearias para turistas que buscavam o rio para acamparem e se banharem em suas águas, outras formas de trabalho passaram a ser buscadas, como relatam as duas moradoras, Joana e Dalva:

Antes eu vivia da venda das porções e cerveja no meu bar. Aqui ficava abarrotado de gente. Dava para viver tranquilo, sem muita preocupação com dinheiro. Depois que a lama chegou aqui a Vale passou a pagar um salário mínimo pra gente sobreviver. Depois passou a pagar mei salário. E agora tão querendo parar de pagar. Eu tive, junto com a minha fia de 15 anos, de começar a fazer faxina na casa dos ôtro que pode pagar. Mas aí é uns pouco que pode pagar alguém pra limpar a casa deles. Aí o dinheiro fica pingando. O ruim é que eu tenho problema de coluna e faxina judia demais da gente. (Entrevista com Joana, atingida da Cachoeira do Choro, aos 12 de abril de 2022)

Meu marido pescava aqui no rio Paraopeba e vendia o peixe. Dava muito peixe, mas agora acabou tudo e piorou com a chuva e a gente e ele também

não tem corage de vender peixe contaminado pros ôtro. Aí, coitado, com mais de 60 anos teve que começar a viver das capina que faz nos terreno. (Entrevista com Dalva, atingida da Cachoeira do Choro, aos 12 de abril de 2022)

As conversas com esses moradores me levaram a refletir sobre como o evento impactou profundamente os modos de vida daquelas pessoas. Os efeitos do desastre se manifestavam em cada diálogo. Ficou evidente a conexão entre o evento crítico e o dia a dia, expressa nos relatos das violências silenciosas que permeavam seus corpos e eram compartilhadas nas rotinas. Essa capacidade de um evento permanecer é demonstrado por Veena Das:

Ao contrário do potencial dramático de histórias na mídia que são bem-sucedidas em centralizar a atenção em um evento catastrófico, o potencial da antropologia está em mostrar como e que algo pode se transformar em uma crise e como os eventos podem ser levados adiante e para trás no tempo. Isso, por sua vez, está relacionado com a capacidade de ver e documentar o evento do cotidiano. (DAS, 2020, p. 287)

Em minha conversa com Manuel, que demonstrou em vários momentos raiva e descontentamento, por isso escolhi não censurar suas expressões, pudemos perceber o impacto tanto em sua saúde, os sentimentos que nutre em relação à Guaicuy, assim como o sentimento saudoso do que se perdeu.

Eu mudei pra cá tem 12 anos mais ou menos e mudei pra cá exclusivamente por causa do rio. Eu frequento aqui já tem 40 anos... só que de três anos pra cá acabou o rio, a gente não tá podendo pescar mais, cê num tem certeza se o peixe tá bom ou ruim, porque entrou essa Guaicuy aí que disse que ia dar uma assistência pra nós e num tô vendo assistência porra nenhuma. Nenhuma! Porque a primeira meta deles eu acho, era chegar e pegar o peixe aí e mandar fazer uma análise e falar assim ó: Você pode consumir ou não pode consumir. Muita gente tá consumindo o peixe aqui sem saber o quê que tá acontecendo. No atual momento não tá fazendo mal, mas futuramente a gente não sabe, né? Ninguém sabe porque nós não temos assistência aqui. E aqui não tá tendo o que fazer. Cê viu o movimento como que tá, no bar? Acabou isso aqui. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Então ele descreve como foi o seu contato com a região e também fala da sua relação com o rio, sobre a contaminação dos peixes e a desvalorização imobiliária da região.

Há quarenta anos atrás eu pescava no lado de Pará de Minas, aí uma pessoa me falou: Vão lá na Cachoeira do Choro, aí eu vim, né? Gostei e vim pescar aqui e fiquei, daí há 12 anos atrás eu mudei pra cá definitivo. Eu pescava bastante peixe. Muito mesmo. Agora não. Além do peixe ter sumido, depois dessa última enchente piorou. Piorou muito. Sujou muito o rio. Assoriou muito o rio, com essa última enchente e o peixe não tá rodando aí.

Inclusive eu tava pescando aí e vendendo o peixe, mas eu não tô comendo do peixe não. As se você come problema é seu. Mas não tem peixe mais pra pegar assim. Eu acordava 4:30 da manhã, era seis horas eu tava no rio, pescava até a hora do almoço, vinha almoçava, voltava e pescava de novo. Eu passava o dia pescando. Eu mudei praqui por causa da pescaria. Uma que eu gosto muito e outra que era uma fonte de renda. Não gosto de tarrafa, eu não gosto de rede, só pesco com murinete e carretilha. Odeio rede. Isso não é pescaria. Acho que pescar é ocê sentir o prazer de pescar o peixe. Pescava peixe por peixe, mas era muito peixe que eu pescava. Agora num tem mais. Fisicamente você cansa, mas mentalmente, nosso Deus, e inclusive eu vou falar comê, eu conheci um lugar esses dias pra trás aí, mas hoje, ficou difícil eu sair daqui porque meu investimento tá tudo aqui. Eu tenho três imóvel aqui, que é pra aluguel de temporada, então ocê não tem como valorar isso aqui, cê não tem nem capital pra valorar isso aqui. Mas eu conheci ilha do Mangabal, na represa de Três Marias, mas lá é mais bonito que aqui, apesar que é essa água aqui que cai na represa, mas ela dilui muito então lá dá muito peixe, o lugar é gostoso. Igual era aqui. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

A região da Comunidade Cachoeira do Choro, após o impacto da lama no rio, apresenta atualmente um cenário marcado por muitas residências fechadas, abandonadas ou colocadas à venda. Ao adentrar a comunidade, é visível a quantidade de placas de "vende-se" nas entradas das casas e terrenos. Muitas pessoas perderam o interesse em permanecer na região, uma vez que o rio era o motivo principal que as levava a escolher morar ali, como destacado pelo senhor Manuel.

Você tem que ver a quantidade de imóvel que tá a venda aqui. Aqui desvalorizou muito. Seguindo essa rua minha aqui, na esquerda um cara vendeu cinco lote. Cinco lotes por quarenta mil. A muié deu 20 mil de entrada e nem foi à vista. Aí o meu só vai desvalorizando. Eu queria ampliar o meu bar e abrir uma mercearia aqui na frente, mas cê não tem o cliente mais. Se não tem perspectiva. Quando se tem uma luz no fim do túnel que pode melhorar tudo bem, mas aqui na cachoeira tinha um puto de um posso pra pescar. Agente regassava de pescar. Depois da Vale e dessa chuva acabou o peixe aqui na cachoeira. Não tem como você pescar na cachoeira mais. Mudou o curso da água, mudou a direção. Eu fui lá duas vezes, se joga e garra, se joga e garra. Aí eu tenho canoa e pesco aqui no fundo, do lado de lá. Cê vai pra lá 7 horas da manhã e fica até mei dia pra pescar duas, três curvina. Antes nesse tempo eu pegava 25, 30. A quantidade mudou assim, demais da conta, não tem explicação como ficou ruim, por isso muita gente foi embora daqui. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Sr. Manuel relembra o dia do rompimento em Brumadinho e como os peixes eram antes da lama chegar:

Quando aconteceu o crime no dia 25 de janeiro eu tava aqui em casa, porque janeiro é um mês difícil pra pescar por causa das cheias, aí eu tava aqui vendo o jornal, eu fiquei sabendo. Eu sou de Brumadinho, eu sabia que a lama ia chegar aqui, essas represas lá, esses troços eu até conheço bem. A

gente que é da região, a gente já tá acostumado a conviver com esse tipo de ameaça. Igual na minha terra mesmo tem uma empresa lá da Valourec e é um perigo estourar. Eu sou de Piedade de Paraopeba, distrito de Brumadinho, então lá existe esse risco de rompimento de barragem. A lama gastou 25 dias pra chegar aqui. Chegou um barro aqui, né? Eu tinha até filmagem em um telefone, mas esse meu celular queimou, aí eu não tenho mais essa filmagem. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Ele me mostra as fotos dos peixes que pescava e fala:

Olha só que monte. Grande e bonito. Hoje eu já não tenho mais esse tipo de prazer não. Antes dava um peixe assim ó (me mostra a foto de um peixe), um mandi de 835 gramas. Agora só dá uns mandizinho pequeno. Isso desanima. A vida mudou muito. Eu ainda vou no rio, porque se eu ficar dentro de casa eu vou adoecer, né menina, mais do que eu já tô adoecido. Antes eu tinha comércio em Contagem e mudei pra cá. Lá eu tinha uma dor de cabeça terrível, eu mudei pra cá resolveu o problema. Só que tem o seguinte, depois do rompimento da barragem aí, antes eu não tomava remédio, hoje eu tomo remédio pra caralho. Hoje eu tomo remédio de pressão alta, eu tomo remédio pra não cair em depressão. Cê fica chateado e baqueia, né? Eu engordei uns 30 quilos. (pausa, respira fundo, abaixa a cabeça). Infelizmente a ansiedade (outra pausa), cê fica diferente, né? Cê num é a mesma pessoa mais. Eu tem dia que eu desligo a televisão aqui 23:30 e fico ate duas horas da manha, sentado aqui pensando o que vou fazer, o que eu não vou fazer e a Marcia há uns anos atrás teve uma depressão fudida, então hoje eu e pego pensando muito pra não entrar numa depressão. Eu procuro sair fora, porque é um perigo a depressão. Mas eu tomo remédio. Eu tomo remédio pra dormir e tomo remédio durante o dia pra ficar mais reativo. É coisa que eu não fazia antes, tomar um monte de remédio. Aqui antes era um paraíso, a nossa vida era sair e pescar, só que hoje acabou. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Mais uma vez, enfatiza sobre a desvalorização de seus imóveis:

Hoje seu achasse o que vale o meu três imóveis eu mudava daqui sem pensar duas vezes pra parar de sofre nesse lugar aqui. Hoje os imóveis perderam o valor por conta do rio. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Então descreve o rio antes e como ficou:

O rio antes, você entrava ali no rio e na beirada tinha areia, hoje tem um barro fedorento lá. Um barro que se ocê tiver de chinelo, seu chinelo garra lá e não sai de jeito nenhum. Cê tem que agachar lá enfiar a mão e arrancar. É um barro horrível. Então atrapaiou demais da conta. Eu falo comcê porque eu pesco ali, às vezes eu tenho que entrar um pouquinho na água por conta da canoa, se eu tiver de chinelo eu já tiro o chinelo, porque eu sei que vai garrar, que atola que não sai não. Agora lá tem muito barro

e muito minério na beirada. Antes não tinha isso, só tinha areia. Você ia andando até com a água mais ou menos no meio da cintura, na areia! Hoje se ocê for ali, cê vai num barro, então mudou demais. O rio parece que ficou mais raso um pouquinho por causa desse minério e do barro. (Entrevista com Manuel, atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)



Figura 44: lama onde antes era areia
Foto: Autora, 2022



Figura 45: lama onde antes era areia.
Foto: Autora, 2022.



Figura 47: Lama densa onde antes havia areia.

Foto: Autora, 2022.



Figura 46: Figura 48: Lama densa onde antes havia areia.

Foto: Autora, 2022.

Sr. Manuel faz uma pausa e sem que eu fizesse qualquer pergunta continua:

E outro negócio, tem muita gente que tem filho pequeno, que tem neto e vinha pra cá e ficava o dia inteiro ali nadando. Hoje ninguém vai. A gente não tem essa certeza, cê vê a placa falando que não pode entrar, aí sai numa droga de televisão dessa a água tá nove vezes mais contaminada que no passado. O rejeito desceu aqui e estancou o rio Paraopeba. Aqui embaixo ficou sem descer a água, aí faltou oxigênio nos poços, faltou oxigênio o peixe começa a debater e morre. Aqui embaixo ficou umas dez horas sem descer água no rio Paraopeba, os peixe tava naqueles poço, começou a faltar oxigênio e começou a morrer. A água ficou vermelha, mais muito. (Entrevista com Manuel, pescador artesanal atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)



Figura 48: Peixe morto, após o rio ser atingido pela lama.

Foto: BARBOSA. Adélio Pinto. 2019

Sr. Manuel volta a falar sobre seus imóveis e acrescenta informações de como eram as vendas em seu bar:

Essas duas casas minha era raro ficar desocupada. Direto cê tinha que ficar cancelado avisando já tá alugada, já tá alugada. Agora é raro um final de semana que alguém aluga. Cê vê que mudou demais. Eu tenho amigo meu que vinha aqui, levava carne pra cachoeira, chegava na cachoeira pra pescar e passava o dia assando carne tomando uma. Hoje ele não faz isso mais. Ele sempre me liga perguntando como tá os peixe aqui, eu falo tá sumido, cara. Muita gente vinha por causa de peixe, por causa da pescaria. A vida ficou mais difícil. Eu vivo da renda do meu bar e do peixe. Peixe não tem mais e o bar tá ruim pra vender. A qualidade de vida cai. Cai tudo. Não tá fácil não. Antes, eu vendia aqui entre garrafa e litrão umas 30 caixa de cerveja por final de semana, hoje eu vendo cinco, seis. Eu vendia aqui antes, sem exagerar, que cê pode perguntar quem vinha aqui, eu vendia aqui uma média de 25 porção de corvina por final de semana. Esse final de semana eu vendi 3. E a porção aqui é filé, viu? É 1 quilo de corvina na telha com meio quilo de fritas. O meu peixe é só corvina, eu não misturo com outros peixe, porque tem muita gente por aí que vende peixe, mas ele mistura com piau, com mandi. O meu é só curvina e eu vendia uma média de 25 porção por semana e é o peixe que eu mesmo pescava, então eu tirava um lucro muito bom. Esses 3 que eu vendi, eu pesquei com muito custo. (Entrevista com Manuel, pescador artesanal atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

O Sr. Manuel expressa sua frustração em relação às ações da Vale após o rompimento, afirmando que a Comunidade Cachoeira do Choro se tornou a zona quente⁴⁹ do rompimento. Ele também manifesta sua insatisfação com a assistência prestada pelo Instituto Guaicuy.

A Vale fez alguma coisa sim, mas fez muito lá em cima um Brumadinho. Se vê no facebook a Vale dizendo que fez isso e isso e isso pras comunidades. Fez porra nenhuma! O quê que aconteceu: quando rompeu essa barragem, a Vale veio aqui nesse consórcio de energia aí, antes era um consórcio e hoje é Cemig, era um consórcio que era dona dessa hidrelétrica aí. Eles abaixaram a água, mas abaixou demais, ela voltou a ser o rio de antes. Por que que eles fizeram isso? Porque quando o rejeito chegasse, eles fecharam a barragem, aí o rejeito não passou pra Três Marias, não passou pra Felixlândia. Então eles abaixaram o rio, era represa. Eles abaixaram o rio, e quando o rejeito chegou eles fecharam as comporta, aí o rejeito veio e decantou. Hoje a zona quente desse acidente é nós, porque o rejeito ficou todo estancado aqui. Foi aonde regaçou nós. Jamais esse rejeito poderia passar pra represa de Três Marias e descer pro Rio São Francisco, porque lá tem a produção de maracujá, mamão, manga, uva, é tudo tipo exportação, aí a maneira que eles acharam foi pegar uma usina de Retiro Baixo, abaixando a água dela, abaixou bem, aí quando o rejeito chegou eles represaram a água, então o rejeito não teve força pra passar, e aí a represa

⁴⁹ No contexto do desastre de Brumadinho, a expressão "zona quente" refere-se à área afetada pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão. É a área onde ocorreu o rompimento da barragem e onde se concentram os danos mais severos, como o deslocamento de grandes volumes de rejeitos de mineração, destruição de estruturas, soterramento de áreas e risco de contaminação ambiental. É uma área de alto risco, onde o acesso pode ser restrito devido aos perigos envolvidos. Disponível em <https://aedasmg.org/alberto-flores-parque-da-cachoeira-e-parque-do-lago-saiba-como-anda-a-assessoria-da-aedas/>. Acesso em 01/07/2023

voltou a encher, o rejeito veio e começou a decantar e ele tá todo aí com a gente. Aí quando vem a chuva forte, revolve tudo de novo. Hoje a zona quente do acidente já não está mais em Brumadinho, porque eles já limparam tudo lá, eles dragaram, limparam tudo lá, mas aqui tá a zona quente. Essa represa aqui tem lugar que tem 80 metros de fundura. Então rejeito tá bem fundo. Então esse rejeito tá bem escondido. Fodas pra quem mora aqui.

Antes eu viva bem demais aqui. Eu pescava a semana todo, final de semana era cheio de gente aqui, cê vai fazendo um ciclo de amizade bom pra caralho, era beleza, era ótimo, só que hoje ficou diferente, hoje cê não tem lazer mais, não tem alegria mais, não faz sentido, ficou ruim. Se eu adoecer mais é só morrer agora. E cê não vê ninguém dando cobertura de nada. Não tem ninguém brigando pela gente aqui. Essa Guaicuy, na época eles fizeram umas reuniões aqui, era várias assessorias que tava brigando pra ficar aqui, aí a gente votou neles. Eles até pararam de vir aqui. Eles promete, promete e se ocê ganhou e não tá acontecendo nada eu vou te questionar. Teve uma reunião no depósito ali esses dia aí eu desabafei, fale “cêis tão aí comendo esse dinheiro da Vale, sem fazer porra nenhuma. A gente só precisa de um detalhe seu, o peixe pode ser consumido ou não? Cadê esse lado que ocê me prometeu, se falou que se ganhasse a primeira coisa que ocêis iria fazer era mandar pescar aí e mandar fazer um laudo fora da Vale. Eu não acredito em laudo da Vale, não, porque dinheiro compra tudo. Eu não como o peixe daqui hoje, mas eu vendo. Se ocê chegar aqui e perguntar: Cê tem peixe aí? Aí eu falo: eu tenho curvina, mas esse peixe tá contaminado, mas se ocê quiser eu te vendo. Aí cê escolhe. Mas a maioria tá comendo, 99% tá comendo. Olha se a Guaicuy trabalha pra gente e recebe da Vale, então se ocê tá me pagando eu não vou te meter o ferro. Se a Guaicuy amanhã fizer um laudo desse, porque ela sabe, que se amanhã ela faz um laudo desse dizendo que o peixe tá impróprio para consumo, a comunidade amanhã vai ferrar a Vale, porque eles cortaram o emergencial nosso de um salário para mei salário, aí se não pode comer, eles vão ter que aumentar isso. Então já que a Guaicuy quem paga é a Vale ela vai ficar calada. Nós não temos o laudo do peixe aqui. Eu fui procurar pra mim fazer o laudo, mas é um burocracia danada e custa uns mil reais pra fazer. Eu vou fazer um laudo pra mim saber se eu posso comer o peixe ou não, agora pra vender, fodas! Todo mundo tá comendo um peixe que sabe que é pescado aqui, se amanhã der problema e vier em cima de mim eu falo: você comeu o peixe consciente, eu não falei comê que era de outro lugar. Todos os meus freguês aqui que come o peixe aqui, tá ciente que o rio tá poluído e muitos me perguntam se eu tô comendo o peixe e eu respondo não.

No início quando a barragem estourou eu tinha muito peixe estocado, aí chegava gente aqui e perguntava é do rio? Eu respondia, é do rio mas é de antes do rompimento. Aí a pessoa falava assim: come um pedaço, aí eu comia. Aí depois que acabou o peixe eu falo, desse peixe aí eu não como não! Eu falo com todo mundo que eu não tô comendo o peixe não. Aí tem gente que fala assim: Eu não tô nem aí não, eu comendo peixe tá bão! É opção sua, opinião sua e tem gente que tá comendo o peixe desde quando rompeu a barragem e até hoje não teve nada, mas pode ter.

A Vale não vai soltar um laudo falando que o peixe tá ruim pra consumo nunca, porque se ela fizer isso ela tá assumindo, aí se alguém adoecer ela vai ter que indenizar, então eles não vai falar. Aí você entra na IGAM eles falam que não se deve comer o peixe, a água tá imprópria pra consumo, pro homem e pro animal. O IGAM dá o resultado direto que o peixe tá impróprio pra comer. A Vale tem muitos advogados que instrui eles a não dar o laudo.

A gente tá de saco cheio já. Veio gente da Vale e não fez nada pra gente. Vem a Guaicuy e cadastrou todo mundo de novo, fez entrevista. Aí vem a Getúlio Vargas que vai fazer o pagamento pra gente agora e blábláblá, então não vou perder tempo com essa porra não, porque ocê não vê nada, menina. Aí ocê pega um site da Vale, um Facebook, aí eles fala que tão fazendo melhorias pras comunidades, dando apoio, é não sei o que pras comunidades atingidas e tal tal coisa e nem aqui eles vem. Vem é esse cara aí, o Rodrigo e eu falo: cê tá prometendo um trem que nem vai cumprir, qualquer hora eu vou ficar estressado, eu vou deixar de tomar uns comprimidos que eu tô tomando aí e vou sentar a gáia nocêis. Aí, ele ficou meio cabreiro e parou de vir aqui mesmo.

O que tá acontecendo muito aqui é que antes quem tem casa pra descanso aqui vinha toda semana ou no máximo de 15 em 15 dias, agora passa até três quatro mês sem vir aqui. Quem gostava de pescar vinha, vinha pra nadar. O nosso movimento era muito, aqui. O cara não tem prazer em vim mais. Ficou ruim. Agora pra entrar no rio cê vai só atolando, atolando, até o joelho. Acabou tudo. E pode colocar meu nome se quiser. Tô nem fudendo pra nada, tô é cansado. (Entrevista com Manuel, pescador artesanal atingido da Cachoeira do Choro, aos 11 de abril de 2022)

Após a conclusão da entrevista, o Sr. Manuel exhibe um semblante mais sereno, brincando com os três cachorrinhos que estavam ao nosso redor. Ele chama a esposa, que acabara de terminar o almoço, e diz com satisfação.

Faço questão que você almoce comigo. Pode ficar tranquila que não é peixe! Mande fazer um frango fritinho só pra você!



Figura 49: Almoço servido na casa de Manuel, Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2022

As águas do Rio Paraopeba atraíam também pessoas da região metropolitana de Belo Horizonte em busca de lazer, conexão com a natureza e momentos de descanso. Em uma publicação de 2015 em seu blog, Maria Clara compartilhou em seu diário de viagem as experiências vividas ao se conectar com o Rio Paraopeba.

Como todo mundo já percebeu, eu amo viajar... Mesmo que seja uma viagemzinha pequena, de 2/3 dias. E pro mato então? Só amor! E dessa vez fui pra Cachoeira do Choro. Não sei em qual cidade fica exatamente e ninguém soube me informar (sério), mas é uma vilazinha na beira do Rio Paraopeba, e a cidade mais próxima é Felixlândia. E gente, já vou

avisando... Desculpa pelas mil fotos, não consegui selecionar poucas. Me distraí tirando algumas fotos maravilhosas. Também, com a paisagem não tinha como as fotos ficarem feias. No segundo dia nós fomos às "cachoeiras" passear e ficar pescando (de novo). Na verdade não eram cachoeiras e sim quedinhas de água no meio do rio. Como o rio tava bem baixo, formaram-se ilhas e ficamos lá quietinhos curtindo a natureza e a calmaria. (Maria Clara, postagem em 2015)

As fotos a seguir, publicadas por Maria Clara em seu blog, nos dá um deslumbre do que era o rio Paraopeba antes de ser contaminado e morto pela lama.



Figura 51: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro



Figura 50: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro



Figura 52: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.
Autor: Clara, Maria, 2015.



Figura 53: viagem de Maria Clara à cachoeira do Choro.
Autor: Clara, Maria, 2015.



Figura 55: águas cristalinas do Rio Paraopeba, antes do rompimento.
Autor: Clara, Maria, 2015.



Figura 54: passeio de barco, no Rio Paraopeba.
Autor: Clara, Maria, 2015.

possível observar que as declarações expressavam sentimentos de indignação, especialmente em relação à perda do vínculo com o rio e à deterioração da saúde, como evidenciado nas palavras do Sr. Manoel, mencionado anteriormente, e nas falas dos moradores Feliciano e Normando.

Além da tristeza e do luto, dá uma raiva danada. Raiva de não ter mais a saúde boa, antes eu comia peixe todo dia, agora como mais só macarrão e batata, e ovo de vez em quando. Comecei a ficar gordo, e a ter umas tonteira e tomação de água, aí com muito custo fui no médico e ele disse que eu tava diabético e que era pra eu melhorar a alimentação comer mais peixe, mais fruta. Eu pensei, que peixe? (Entrevista realizada com Feliciano, atingido, Cachoeira do Choro, em 20 de abril de 2022)

Nunca pensei que iria adoecer por conta da falta de pescar, de ir banhar no rio. Não durmo mais direito, fico pelos canto. Minha pressão até subiu. (Entrevista realizada com Normando, atingido, Cachoeira do Choro, em 20 de abril de 2022).

Em Boletim destinado às pessoas atingidas assessoradas pelo Instituto Guaicuy, de número 8, publicado em abril de 2023, o Instituto Guaicuy informou que durante o trabalho realizado nas comunidades afetadas, as pessoas relataram o surgimento ou a piora de doenças crônicas não transmissíveis após o rompimento. Em uma pesquisa de saúde, os entrevistados mencionaram casos de hipertensão arterial, diabetes e doenças renais. Profissionais de saúde de Felixlândia e Três Marias também observaram um aumento na procura por serviços relacionados à hipertensão e diabetes após o desastre. Nos levantamentos domiciliares, verificou-se que 40,2% das pessoas na região 4, que abrange Curvelo, incluindo a Comunidade Cachoeira do Choro e Pompéu, relataram hipertensão arterial. Enquanto na região 5, formada por Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias, 16,4% das casas visitadas tiveram

alguém que precisou iniciar ou aumentar a dose de medicamentos contínuos após o rompimento. Nos registros de acolhimento psicossocial, 56 pessoas mencionaram o agravamento da hipertensão, 24 da diabetes e 9 de doenças renais. O início do consumo ou o aumento da dose de medicamentos contínuos após o desastre foi relatado por 198 pessoas. A assessoria do Instituto destaca que os dados coletados, embora não sejam suficientes para afirmar que essas doenças foram causadas pelo rompimento da barragem, podem fortalecer essa hipótese em conjunto com outros estudos, contribuindo para o processo de busca por reparação integral (GUAICUY, 2023, p.2).⁵⁰

Um dos relatos que me chamou a atenção foi sobre a prática de suicídio que, segundo a visão dos moradores surgiu na Comunidade após a lama contaminar o rio. Eduardo relatou o que aconteceu com um amigo pescador:

Tem gente que não acredita, mas o Pedro se matou por desencanto com o rio. A vida dele era isso aqui. Aí um dia, logo depois que a lama chegou, eu tava com ele. A gente tinha ficado olhando a cachoeira toda vermelha e os peixe morrendo. O Pedro começou a chorar e depois saiu andando para dentro do rio. Eu gritava pra ele voltar, mas ele foi só andando, desaparecendo. A gente nunca mais viu o Pedro. Aquele dia ele se matou (Entrevista realizada com Eduardo, atingido, Cachoeira do Choro, em 6 de junho de 2022).

No boletim informativo número 2, publicado em setembro de 2022, o Instituto Guaicuy revela que as pessoas afetadas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho relataram uma série de sintomas e sensações adversas. Esses incluíram tristeza, insônia, choro frequente, ansiedade, medo, irritabilidade, raiva, insegurança em relação ao futuro, crises de ansiedade, perda de projetos de vida, enfraquecimento dos laços familiares e comunitários, além do aumento do uso de medicamentos psicotrópicos. Houve também casos de ideação suicida e aumento no consumo de álcool. Durante o trabalho diário do Guaicuy nas comunidades assistidas, foram relatadas ocorrências ou agravamento de problemas de saúde mental após o rompimento. Dados da Pesquisa Domiciliar indicaram que mais da metade das pessoas entrevistadas na região 4 (50,4%) se encontram na categoria de severamente afetadas, com maior probabilidade de apresentar ou desenvolver sintomas psicopatológicos relacionados ao estresse. Na região 5, esse percentual é de 32,6%.

Em relação à depressão, na região 4, 28% das pessoas entrevistadas foram identificadas como potenciais casos de quadros depressivos, e 35,2% relataram pelo menos

⁵⁰ Disponível em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Boletim-informativo-n8_Doencas-Cronicas.pdf. Acesso em 01/07/2023

um caso de depressão em seus lares após o rompimento. Na região 5, 18,8% foram classificadas como potenciais casos de quadros depressivos, e 17,4% relataram pelo menos um caso de depressão em seus lares após o rompimento. A Pesquisa Saúde revelou que as pessoas afetadas descreveram alterações no humor (sentimentos de desesperança, tristeza, angústia, insegurança, irritabilidade, agitação, ansiedade, medo, entre outros), distúrbios do sono, surgimento de doenças psicossomáticas, início ou aumento do uso de medicamentos psicotrópicos e até ideação suicida. Essas mudanças de comportamento foram percebidas por outras pessoas. Profissionais de saúde e gestores de municípios afetados também destacaram as alterações na saúde mental da população, como o aumento no uso de medicamentos psicotrópicos e a necessidade de contratar psicólogos. Essas mudanças foram atribuídas ao risco potencial de contaminação da água, alterações no estilo de vida, nas relações familiares, perda de emprego e renda. Além disso, entre as 695 pessoas atendidas no acolhimento psicossocial até 16 de agosto de 2022, 71,5% relataram alguma alteração na saúde mental após o rompimento, e 23,9% relataram o agravamento de alterações pré-existentes (GUAICUY, 2022, p. 2)⁵¹. Desde que a lama de rejeitos chegou na Cachoeira do Choro, pude observar as transformações na paisagem que não se limitavam apenas ao rio, mas também afetavam as casas e pequenos comércios da região. Ao longo desses quatro anos após a contaminação do rio, notei que muitas casas permaneciam fechadas sempre que eu passava por elas, outras apresentavam uma aparência de abandono, com o mato invadindo as entradas, e várias estavam sendo colocadas à venda. Uma casa em particular, localizada em frente à residência do meu pai, chamou minha atenção. Antes do evento, aquele lar era cheio de vida, com duas crianças brincando constantemente na porta e seus pais, um casal na faixa dos cinquenta e cinco anos, desfrutando de momentos de lazer na rede, ouvindo música ou fazendo churrasco após suas pescarias. Agora, a casa estava completamente abandonada, coberta de poeira e mato, tanto no telhado como na varanda e ao redor. Curiosamente, não havia nenhuma placa de "vende-se" naquela residência. Após imaginar que os proprietários haviam desistido de viver ali devido à perda do rio, recebi a triste informação de um dos poucos vizinhos que ainda permaneciam na região:

O Moises se matou, acredita? Estava sentindo a falta deles e depois de conversar com minha esposa ela me aconselhou ligar pra ele. Quem atendeu foi o filho dele. Ele me disse que o pai dele tinha colocado todo o acerto que ele recebeu da firma que ele trabalhou por mais de 20 anos na compra desse terreno e na construção dessa casinha. Queria passar a aposentadoria aqui descansando. Aí ele disse que o Moises ficou desiludido demais porque não

⁵¹ Disponível em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2022/09/SAS_Boletim-informativo-n2_Saude-Mental.pdf. Acesso em 02/07/2023

podia mais pescar aqui, que o sonho dele tinha acabado e um dia entrou no quarto e deu um tiro na cabeça. Triste demais. (Entrevista realizada com Leonardo, atingido, Cachoeira do Choro, 2022)



Figura 56: Pequena mercearia fechada após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2022.



Figura 59: Casa à venda após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2022.



Figura 58: Casa à venda após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2022.



Figura 57: Terreno à venda, após a contaminação do rio Paraopeba em Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2022.

Durante o tempo que me dediquei às entrevistas com alguns moradores da Comunidade era palpável o sentimento de luto que pairava no ar, como se testemunhássemos a morte de um mundo que conhecíamos mesmo três anos após o rompimento da Barragem em Brumadinho. As perdas eram múltiplas na Comunidade Cachoeira do Choro: modos de vida, vínculo com o rio, dificuldade na garantia do sustento, mudanças de planos, adoecimento

físico e mental, afastamento de parentes, abandono dos lares. Ainda faltava a parte mais difícil do meu campo. Contar a história do meu pai.

3. 4. 1 Meu pai e seu sonho destruído pela Vale S.A.

“Mataram o meu amigo”.
Palavras do meu pai ao ver o rio Paraopeba

Por algumas vezes durante os estudos e escrita dessa dissertação me peguei resistindo em colocar parte da história de vida minha e, principalmente, do meu pai. Pensava quais seriam as vantagens de trazer à tona e tornar público parte de nossa vivência, qual seria o ganho para essa dissertação e para aqueles que irão ler esse trabalho. Encontrei alento nas palavras de Clifford (1988), no ensaio *"Sobre a autoridade etnográfica"*. James Clifford ressalta a busca dos antropólogos pós-modernos por alternativas ao modelo de etnografia estabelecido por Malinovski em *"Os argonautas do pacífico ocidental"*. Esse modelo tradicional baseia-se na imersão no campo, na participação ativa e nas anotações detalhadas, o que gera uma experiência pessoal que, ao ser transformada em texto científico, precisa se adequar a critérios objetivos. Nesse processo, a subjetividade do antropólogo é suprimida em favor de uma abordagem impessoal e distanciada, onde a realidade vivenciada e os diálogos são filtrados e deixados de lado no texto final.

Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia (...). Um modelo discursivo de prática etnográfica traz para o centro da cena a intersubjetividade de toda fala, juntamente com seu contexto performativo imediato (CLIFFORD, 1998, p. 43)

Dessa forma, a mudança de paradigma apontada por Clifford nas etnografias que ele denomina "pós-modernas" está intrinsecamente ligada à aceitação da experiência pessoal. Portanto, permitam-me compartilhar como eu, minha família e meu pai fomos afetados pelo desastre em Brumadinho, após o rompimento da barragem e a chegada da lama de rejeitos na Cachoeira do Choro.

A primeira vez que cheguei às margens do Rio Paraopeba, foi em 2010, levada por meu pai. Lembro-me que ele estava empolgado, pois havia descoberto uma região para pescar, mais próxima de Belo Horizonte, onde morava, do que a distante represa de Três Marias. Das muitas vezes que chegava da pescaria nos dizia que ainda iria comprar um terreno na Cachoeira do Choro, para finalmente poder ter um lugar para descansar e ficar

perto do rio e lidar com a terra. Na época ele tinha 58 anos e continuava a trabalhar pesado na construção civil. Desde a juventude trabalhava na construção e reformas de casa, tornando-se mestre de obras aos 24 anos. Antes de casar com minha mãe e de vir morar em Belo Horizonte, havia morado dois anos em São Paulo, onde aprendeu o ofício de pedreiro. Como a história de muitos brasileiros, era nascido no interior de Minas Gerais, Caratinga, e trabalhava na roça desde que tinha tamanho para segurar uma enxada, aos seis anos, que foi quando começou a fumar. Meu avô fazia cigarros de palha com fumo de rolo para os filhos fumarem enquanto trabalhava. A fumaça do cigarro não deixava que os mosquitos se aproximassem do milharal.

As histórias do meu pai revelavam que, quando não estava ocupado com as tarefas da roça, ele passava seu tempo nos riachos, pescando e se refrescando nas águas dos riachos e cachoeiras. Ao chegar ao Rio Paraopeba, ele sentia como se estivesse revivendo sua infância. A pesca se tornava uma forma de descanso do trabalho árduo na construção civil e uma oportunidade de relembrar os dias de sua juventude, quando morava no interior.

Ao chegar ao rio Paraopeba, acompanhada por meu esposo e guiada pelo meu pai, pudemos compreender sua empolgação. O local era verdadeiramente deslumbrante. As águas eram abundantes, o som do rio embalava nossas noites de descanso e o pôr do sol era simplesmente mágico. Foi nessa ocasião, aos 30 anos, que experimentei a pesca pela primeira vez. Nosso refúgio nos finais de semana e feriados era na região conhecida como prainha, onde diversas famílias e grupos de amigos acampavam às margens do rio. Alugávamos uma pequena casa, próxima à beira do Paraopeba, que contava com um fogão à lenha para facilitar o preparo das refeições. O delicioso aroma da comida feita por minha mãe atraía as pessoas acampadas ao redor. Meu pai sempre pedia a ela para "colocar água no feijão" e compartilhava a comida com os pescadores que estavam por ali. Além disso, costumávamos frequentar o bar e mercearia conhecido como "bar da ponte", em razão de uma pequena ponte que ligava a área de acampamento a um local mais seguro para tomar banho nas águas do Paraopeba. Infelizmente, após o rompimento da barragem, o bar encerrou suas atividades.



Figura 60: área de camping na Comunidade Cachoeira do Choro, em 2012.
Foto: Autora, 2022.



Figura 61: área de camping na Comunidade Cachoeira do Choro, em 2012.
Foto: Autora, 2022.



Figura 63: Bar Da Ponte na Comunidade Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2012



Figura 62: Bar Da Ponte na Comunidade Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2012

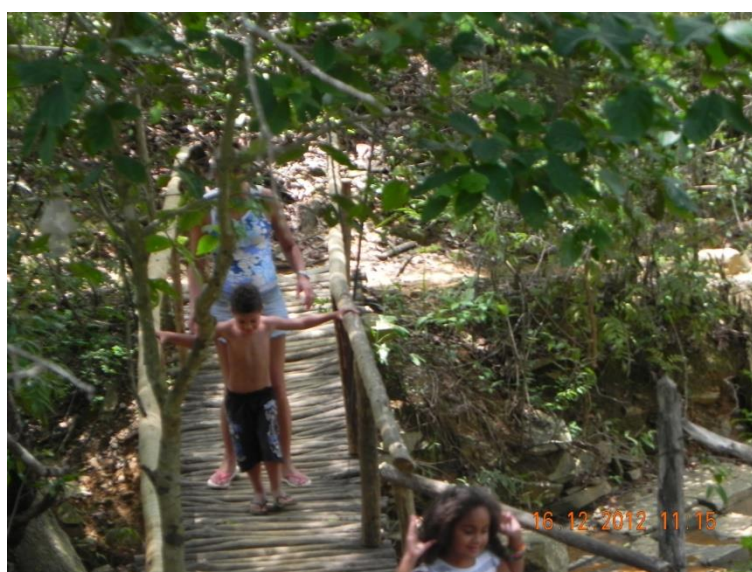


Figura 64: Ponte que dá acesso ao Bar e à Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2012.

Sempre, antes de chegar à Comunidade, comprávamos minhocas para a pescaria no Shopping das Minhocas, em Caetanópolis-MG às margens da BR-040, onde há várias pessoas extratoras, produtoras que comercializam iscas vivas. Após o rompimento, o movimento de pescadores, que eram os principais clientes, diminuiu.



Figura 65: Shopping das Minhocas, às margens da BR 040, em 2012 .

Foto: Autora,2012



Figura 66: Meu pai indo comprar iscas para pescaria no Shopping das Minhocas.

Foto: Autora,2018

Em 2012, após economizar para realizar seu sonho, finalmente meu pai comprou um terreno e começaria de fato a viver tudo o que planejou: construir uma casa grande e avarandada, num terreno que pudesse ver e ouvir o rio. As idas para a Comunidade Cachoeira do Choro ficaram mais frequentes e a nossa relação com o rio e sentimento de pertença foi aumentando, pois agora não éramos apenas turistas, mas pertencentes àquele lugar.



Figura 67: Terreno onde foi construída a casa dos meus pais.



Figura 68: meu pai e esposo realizando a medição do terreno, na Comunidade Cachoeira do Choro.



Figura 69: Casa sendo construída, em 2012.



Figura 70: Casa sendo construída, com o Rio Paraopeba ao fundo.



Figura 72: Vista do terreno para o Rio Paraopeba.



Figura 71: Casa totalmente construída, em 2013.

Fotos:71 à 76: Autora, 2012 e 2013.

O sentimento de pertencer a um lugar é uma conexão emocional profunda que estabelecemos com o ambiente ao nosso redor. É a sensação de estar enraizado, de ter laços e vínculos com uma determinada comunidade, cultura ou território. Esse sentimento de pertencimento muitas vezes é alimentado pela familiaridade, pela história compartilhada e pelas experiências vividas no lugar. É o senso de identidade que surge quando nos reconhecemos como parte integrante daquele ambiente, influenciado por suas tradições, valores e paisagens.

Quando nos sentimos pertencentes a um lugar, experimentamos uma sensação de segurança, de estar em casa. É como se encontrássemos um espaço onde somos compreendidos e aceitos, onde encontramos apoio e conexão com outras pessoas e famílias que compartilham desse mesmo sentimento de pertencimento.



Figura 73: Meu pai pescando no Rio Paraopeba, em 2012.
Foto: Autora, 2012.



Figura 74: Eu e meu pai, escando no Rio Paraopeba em 2012.
Foto: Autora, 2012.

Em suma, o sentimento de pertencer a um lugar vai além da mera geografia física, é um vínculo emocional que nos conecta com as raízes e nos faz sentir parte de algo maior do que nós mesmos. É um convite para explorar, valorizar e preservar as riquezas culturais, naturais e sociais do lugar que chamamos de lar. O rio Paraopeba nos recebeu de braços abertos e nos proporcionou momentos de tranquilidade em família.

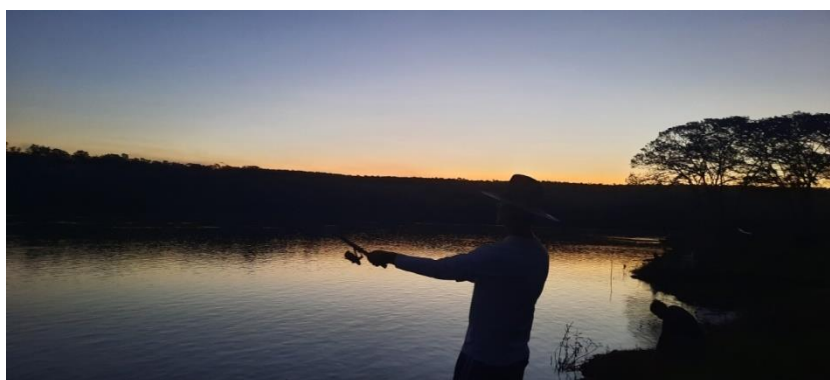


Figura 75: Meu esposo pescando no Rio Paraopeba em 2014.
Foto: Autora, 2014.

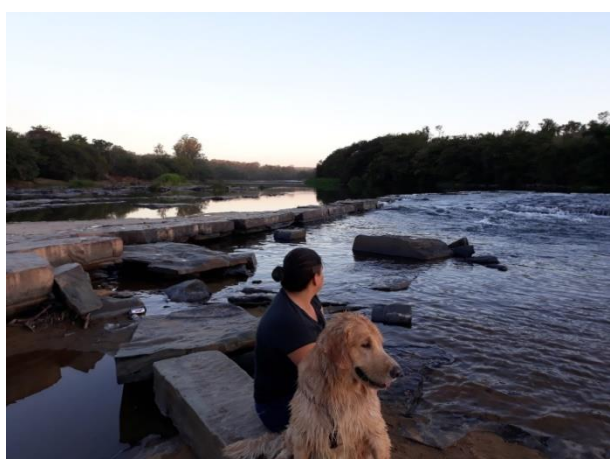


Figura 77: Banho no Rio Paraopeba com meu cachorro

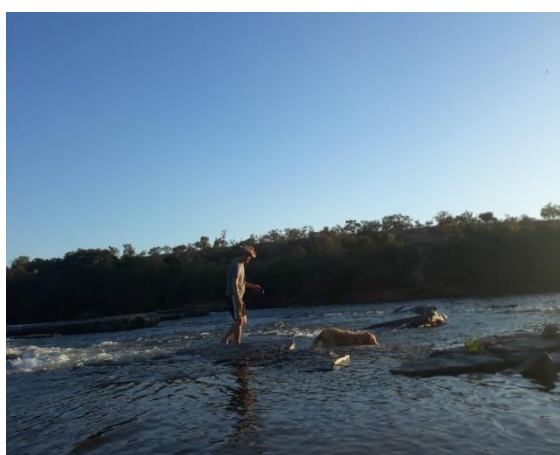


Figura 76 Meu esposo e nosso cachorro no Rio



Figura 82: Eu e meu esposo em banho no Rio Paraopeba em 2017
Foto: Pedro Godoy, 2018



Figura 81: Figura 75: Meu esposo se banhando no Rio Paraopeba em 2017



Figura 83: Meu sobrinho mostrando um mandi que pescou.
Foto: autora, 2012



Figura 80: Meu sobrinho aprendendo a pesca no Rio Paraopeba.
Foto: Autora, 2012



Figura 85: Meu pai passando pelas pedras para chegar à Cachoeira.
Foto: Autora, 2018



Figura 84: Meu pai pescando na Cachoeira do Choro.
Foto: Autora, 2018

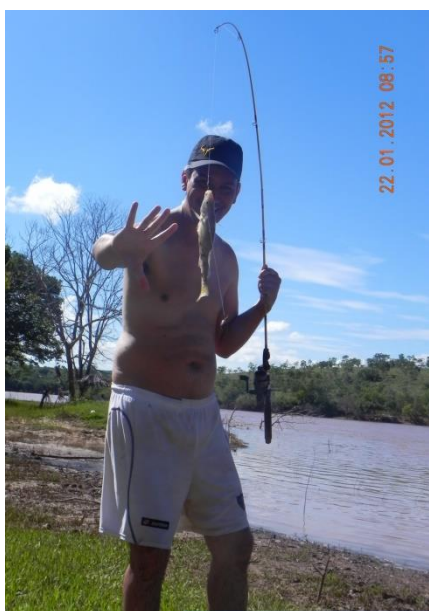


Figura 87: Meu esposo pescando um mandi em 2012, no Rio Paraopeba.
Foto: Autora, 2012



Figura 88: Mandi pescado no Rio Paraopeba em 2012.
Foto: Autora, 2012



Figura 86: Cachoeira do Choro em 2018.
Foto: Autora, 2018



Figura 89: Presença de aves na Cachoeira do Choro em 2018.
Foto: Autora, 2018



Figura 91: Cachoeira do Choro em 2016.
Foto: Autora, 2016



Figura 90: Meu primo brincando no rio Paraopeba em 2016.
Foto: Autora, 2016

As fotografias desempenham um papel fundamental na preservação e evocação de lembranças (BARTHES, 2015⁵²), pois se tornam registros tangíveis de experiências passadas. Elas têm o poder de manter viva a memória e nos possibilitam reviver momentos significativos, recriando as emoções associadas a eles. É por isso que decidi compartilhar minhas memórias e afetos por meio das imagens pessoais que apresentei aqui. Ao explorar essas fotografias, embarquei em uma jornada nostálgica, em que pude reencontrar momentos preciosos na Comunidade Cachoeira do Choro e reviver as histórias que o rio Paraopeba nos propiciou.

Ao compartilhar uma conversa com meu pai sobre sua relação com o rio e a comunidade Cachoeira do Choro, fiquei profundamente tocada ao perceber nas suas palavras um sentimento genuíno de pertencimento àquele lugar, de se sentir verdadeiramente acolhido e cuidado. Suas narrativas revelaram uma conexão profunda e significativa com a comunidade e com o rio, refletindo a importância emocional que aquele ambiente tem em sua vida. É inspirador testemunhar como um lugar pode transcender a mera geografia e se tornar um refúgio de afeto e identidade, enchendo o coração de meu pai com um senso de pertencimento tão poderoso.

Sabe minha filha, a minha vontade sempre foi de ter um lugarzinho para descansar e que não fosse longe demais de Belo Horizonte, pra sua mãe continuar fazendo o tratamento dela tranquila. Quando vim aqui a primeira vez meu olho encheu d'água, eu nunca pensei que um dia ia poder construir uma casa aqui pra mim vir côceis. O rio cantou em meu ouvido que aqui era o meu lugar, que quando eu ficasse cansado era só vir pra cá. Meu sonho era ser igual o seu avô, meu pai Pedro. Vim aqui pra pescar e esquecer da vida. Chegar em casa, limpar os peixe, ouvi umas musiquinha antiga, dormir cedo, e acordar noutro dia e ir pra beira do rio, sem preocupação. A cachoeira do choro me deu tudo isso que um dia a lama tirou. Antes, ocê lembra, nós chegava aqui e limpava a casa rapidinho e já descia pro rio. Sua mãe ficava nervosa porque eu passava o dia todo no rio e ela tinha que brigar preu subir pra cumê. Os meninos tudo pequeno e já gostando de pescar. Ocê mesmo que era de viajar só pra longe gostou daqui, vinha com o Deo até sem mim. Do Déo nem precisa falar, acho que ele gosta mais daqui do que eu. Antes tinha peixe demais, a gente podia entrar no rio tranquilo, sem preocupação, só tomando cuidado com as fundura pra não correr o risco de afogar. Aqui na cachoeira a gente esquecia da vida, os vizinho que tinha era tudo amigo, tranquilo, que só queria descansar

⁵² De acordo com Roland Barthes, teórico e filósofo francês, as fotografias têm o poder de guardar e evocar lembranças de maneira única. Em seu livro "A Câmara Clara", Barthes discute a natureza da fotografia e sua relação com a memória. Barthes argumenta que a fotografia tem um aspecto duplo: o studium e o punctum. O studium refere-se à parte objetiva da imagem, aquilo que é percebido e interpretado de forma geral. Já o punctum é o elemento particular e subjetivo que desperta uma resposta emocional no espectador. É o punctum que está intimamente ligado à capacidade das fotografias de guardar lembranças. Segundo Barthes, o punctum é algo que "fere" o espectador, um detalhe que chama a atenção e traz à tona memórias e emoções pessoais. Pode ser um gesto, uma expressão, um objeto, qualquer elemento que desperte uma conexão afetiva. (BARTHES, 2015)

também. Aqui era um paraíso. (Conversa com o meu pai, na Cachoeira do Choro, em abril de 2023)

Após quase uma década vivendo momentos intensos às margens do rio Paraopeba, testemunhei a profunda conexão do meu pai com aquele lugar, onde ele se sentia acolhido e cuidado. Durante esses dez anos, vi seu rosto transbordar de felicidade ao estar no local que escolheu como refúgio, mesmo continuando a trabalhar na construção civil.

No dia em que a barragem de rejeitos da Vale se rompeu, eu estava fora, viajando, enquanto meu pai havia retornado da sua pescaria na Cachoeira do Choro para sua casa em Belo Horizonte, apenas um dia antes. Ele recebeu a notícia inacreditável de que o rio Paraopeba seria atingido. A incredulidade se misturava ao temor, enquanto ele ligava diariamente para os amigos da comunidade, buscando informações sobre a chegada da lama. Em seus momentos de aflição, ele rezava fervorosamente, esperando o pior não se concretizasse. Assim como meu pai, a maioria dos nossos vizinhos havia investido em terrenos e construído casas na região, planejadas para serem locais de descanso e pesca. Quando a lama finalmente alcançou a Cachoeira do Choro, meu pai me ligou expressando sua desolação. Suas preces pareciam não ter sido ouvidas. A Vale havia tirado tantas vidas e agora estava matando o próprio rio, que já fazia parte de sua vida.

Após uma semana do impacto da lama na Comunidade Cachoeira do Choro, tomamos a decisão de retornar à nossa casa no local. Foi nesse momento que vi meu pai chorar pela primeira vez. Suas lágrimas eram o testemunho doloroso do impacto da tragédia, da perda irremediável que aquele desastre havia causado. O rio que ele amava e que dava sentido às suas pescarias estava ferido e agonizante, e ele sentia isso como uma parte de si mesmo sendo dilacerada. Nunca vou esquecer suas palavras.

Olha filha, mataram o nosso rio e a gente nem pode chegar perto dele pra se despedir. É a coisa mais triste que já vi. Mataram meu amigo.

Os funcionários da Vale haviam colocado placas, informando que todos deveriam permanecer longe das margens do rio. Hoje as placas continuam no local.



Figura 92: placa de informação da Vale na Comunidade Cachoeira do Choro
Autor: INSTITUTO GUAICUY

À medida que os dias foram passando, fomos eu, minha mãe e irmãos, percebendo que meu pai estava mais quieto, calado e triste. Em 2019, meu pai sentiu muito mal e foi hospitalizado por três semanas. Após diversos exames, descobriram que ele desenvolveu SIADH⁵³, sem grandes explicações. Em 2020, descobriu estar diabético, tipo 1 – Lada⁵⁴, algo extremamente raro em idosos. De 2019 até hoje, foram 11 internações. Hoje, além de todas as medicações como insulina e restrição hídrica, ele também faz uso de ansiolíticos.

Durante o período de *lockdown* em Belo Horizonte, devido à pandemia de Covid-19, meus pais, tios e sobrinhos, passaram 65 dias em quarentena, lutando para se protegerem do vírus. No entanto, em um ato de rebeldia, meu pai decidiu desafiar todos os conselhos e retornar à pesca no rio Paraopeba. Minha mãe e eu ficamos apreensivas e preocupadas ao vê-lo fritando os poucos e raros peixes que conseguia capturar, enquanto ele afirmava que ao deixá-los bem fritinhos, não corria o risco de contaminação. Foi um momento de tensão em que vivenciamos o conflito entre o desejo de se reconectar com o rio e a preocupação com a segurança de todos, diante da possibilidade de contaminação pelos rejeitos derramados no rio Paraopeba.

Atualmente, em 2023, estamos fazendo menos viagens à Cachoeira do Choro. A falta de água e energia elétrica, que ocorre todas as vezes que visitamos o local, tem nos desanimado. É frustrante ter que comprar água para consumo e encher várias garrafas PET

⁵³ A síndrome da secreção inapropriada do hormônio antidiurético (SIADH) é um distúrbio da excreção de água prejudicada causada pela incapacidade de suprimir a secreção do hormônio antidiurético (ADH)'' A SIADH é a causa mais importante de hiponatremia eurolêmica. Fonte: <https://www.medway.com.br/conteudos/o-que-e-siadh-saiba-mais/>

⁵⁴ Menos conhecido, o diabetes tipo Lada atinge 2% da população e ocorre geralmente em adultos. Esse tipo de diabetes se caracteriza por uma agressão ao sistema imunológico que destrói as células Beta, responsáveis pela produção de insulina em nosso corpo. Fonte: <https://adj.org.br/diabetes/tipos/lada/#:~:text=Menos%20conhecido%2C%20o%20diabetes%20tipo,de%20insulina%20em%20nosso%20corpo.>

para ter água armazenada suficiente para as necessidades básicas de limpeza da casa. Quando passamos feriados com mais pessoas, a escassez de água se agrava, pois há mais pessoas precisando tomar banho e mais louças para lavar. A situação se torna insustentável ao vermos as pilhas de louças sujas se acumulando devido à falta de água, e também passar longos períodos no escuro. Meu pai lamenta não poder estar presente na Cachoeira do Choro como antes, pois sente falta de poder utilizar o rio para banhar-se. Além disso, ele sofre ao ver meu esposo, atualmente enfrentando um câncer, incapaz de desfrutar do rio como fazia anteriormente. Esses sentimentos e frustrações são evidentes em suas palavras.

Triste Deo não poder entrar nesse rio igual antes. Se ele pudesse tomar uns banhos aqui ele ficaria mais feliz, pensava menos na doença. Esse rio curava a cabeça da gente.

Sinto uma profunda tristeza em relação a essa situação. Assim como meu pai, meu esposo e eu também tínhamos uma conexão especial com o rio, como pude demonstrar através das imagens que compartilhei. Acreditávamos que o rio poderia ser uma verdadeira bênção para o tratamento do meu esposo, proporcionando-lhe conforto e momentos de tranquilidade. No entanto, a falta de segurança em relação à qualidade da água nos impede de desfrutar desses benefícios e isso me causa uma dor intensa.

A situação dos vizinhos do meu pai também é bastante desanimadora. Muitos deles optaram por fechar suas casas na região ou colocá-las à venda. Infelizmente, a casa do meu pai também foi afetada e foi deixando de ser bem cuidada ao longo desses quatro anos. O mato começou a tomar conta do local. Antes, costumávamos ir para a Cachoeira a cada 15 dias, mas agora passam até quatro meses sem irmos.

Meu pai está considerando a ideia de vender a casa, mas nós insistimos para que ele não o faça. Argumentamos que ele não receberia um valor justo pelos terrenos e pela casa, que valem cerca de 300 mil reais. Além disso, acreditamos, mesmo que um tanto iludidos, que as coisas podem mudar no futuro e que ele poderá frequentar o rio novamente com tranquilidade. É uma decisão difícil, pois envolve não apenas o aspecto financeiro, mas também a esperança de dias melhores e a ligação afetiva que ele tem com aquele lugar.



Figura 95: Casa do meu pai, com o mato invadindo, em 2022.

Foto: Autora, 2022



Figura 94: Mato invadindo a entrada da casa do meu pai, em 2022.

Foto: Autora, 2022.

Anteriormente, era comum testemunharmos a presença animada de pescadores e pessoas acampando nas margens do rio. No entanto, a realidade atual é bem diferente. Agora, é frequente a presença de técnicos responsáveis por coletar amostras de água para análise. Infelizmente, ainda não recebemos informações claras sobre a segurança do consumo de peixes do rio. Fica uma incerteza constante. Antigamente, era possível estender uma toalha na areia ou na grama e desfrutar de momentos agradáveis à beira do rio. No entanto, devido à presença persistente da lama nas margens, essa prática tornou-se inviável. A visão do rio, que antes era um convite à tranquilidade e ao lazer, agora é uma lembrança dolorosa do desastre que o atingiu, ao meu pai e a todos nós.



Figura 97: lama nas margens do Rio Paraopeba em 2022

Foto: Autora, 2022



Figura 96: Peixe morto, após a lama chegar ao rio Paraopeba. Imagem recebida via WhatsApp
Autor: Emanuel. Acervo pessoal



Figura 98: Presença constante de técnicos que analisam as águas do Rio Paraopeba, após o rompimento.
Foto: Autora, 2023



Figura 99: Rio Paraopeba após ser atingido pela lama em 2019. .Imagem recebida via WhatsApp
Foto: Zezinho, acervo pessoal.

A casa dos meus pais está localizada a menos de 500 metros do rio. Ambos receberam o auxílio financeiro emergencial da Vale S.A.. No entanto, houve uma disparidade curiosa na forma como esse auxílio foi concedido. Enquanto meu pai recebeu o valor equivalente a um salário mínimo por apenas sete meses, minha mãe estranhamente recebeu durante 14 meses, apesar de ambos serem casados civilmente e compartilharem o mesmo endereço.

O subsídio de auxílio emergencial mensal foi estabelecido inicialmente através de um Acordo Preliminar, celebrado em 20 de fevereiro de 2019. Inicialmente, os montantes dos auxílios eram definidos como um salário mínimo para adultos, metade dessa quantia para adolescentes e um quarto para crianças. O Acordo Preliminar garantia o fornecimento desses pagamentos mensais por até um ano após o incidente com a barragem, ou seja, até 25 de janeiro de 2020. Esse benefício era estendido a todos os residentes de Brumadinho, sem exceção. Nos demais municípios afetados, o auxílio era concedido às pessoas que residiam a uma distância de até um quilômetro da calha do Rio Paraopeba.

Em novembro de 2019, devido à mobilização dos atingidos, o prazo de validade do benefício foi prolongado até 25 de outubro de 2020, conforme acordado em um novo pacto. Juntamente com essa extensão inicial, foram introduzidas novas diretrizes: os valores permaneceram inalterados para aqueles que pudessem comprovar sua residência nas comunidades diretamente afetadas pelos rejeitos, assim como para os atingidos que estivessem envolvidos em programas de reparação. No entanto, houve uma redução pela metade dos valores destinados aos outros beneficiários enquadrados sob os critérios originais.

É desanimador constatar que, após esse período, meus pais não receberam mais nenhum tipo de auxílio financeiro. Nem mesmo a quantia reduzida de meio salário mínimo por mês que alguns moradores da Comunidade receberam. Essa situação gera frustração e perplexidade, pois é difícil compreender as razões por trás dessa disparidade e a falta de continuidade no suporte financeiro pela empresa responsável. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a Vale detém atualmente o controle sobre a determinação dos beneficiários do auxílio. A organização avalia que essa dinâmica resulta em desigualdades e sustenta que não seria apropriado que a própria mineradora fosse responsável por identificar as vítimas do desastre que ela própria ocasionou.

O sentimento de luto em relação ao rio e aos sonhos e saúde perdidos é algo que compartilho intensamente com minha família. Ver o desencanto e testemunhar a gradual deterioração da vida do meu pai me faz afirmar com convicção que as mineradoras possuem diversas maneiras de causar a morte.

É uma tristeza profunda presenciar os impactos devastadores que a atividade mineradora trouxe para nossas vidas. Não apenas vejo a destruição física do ambiente natural que amávamos, mas também testemunho o declínio gradual da saúde e do bem-estar daqueles que são afetados diretamente pela vivência do desastre em curso.

Essa realidade me faz refletir sobre o poder das mineradoras e como suas ações podem ter efeitos avassaladores sobre os ecossistemas e as comunidades. O luto que sinto é uma manifestação da profunda tristeza e indignação diante dessas perdas irreparáveis e do sofrimento causado por interesses econômicos que, muitas vezes, negligenciam a importância da preservação e do respeito à vida em todas as suas manifestações.

4 - O LUTO TRANSFORMADO EM VERBO: LUTA POR REPARAÇÃO E DIGNIDADE DO ATINGIDOS DE BRUMADINHO E DA COMUNIDADE CACHOEIRA DO CHORO

“São novos céus e uma nova terra, onde habitará a justiça.” (2 Pd 3, 13)

Logo após o desastre do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, iniciou-se uma intensa busca por reparação por parte dos atingidos, que incluíam famílias que perderam entes queridos, comunidades inteiras que foram afetadas e trabalhadores que tiveram suas vidas e meios de subsistência afetados. A mobilização dos atingidos, juntamente com organizações sociais e movimentos populares, foi crucial para pressionar por justiça e responsabilização da Vale.

Um marco importante nessa busca por reparação foi a assinatura de um acordo de indenização, em fevereiro de 2020, entre a Vale, o Ministério Público de Minas Gerais e as Defensorias Públicas da União e do Estado de Minas Gerais. O acordo previa o pagamento de indenizações individuais e coletivas, além de medidas de compensação socioeconômica e ambiental. No entanto, mesmo após a assinatura do acordo, os desafios persistem. Muitos atingidos enfrentam dificuldades na obtenção das indenizações devidas, burocracia excessiva e demora nos processos de indenização e reparação. Além disso, há uma preocupação constante em relação à recuperação ambiental da região afetada e ao monitoramento dos impactos na saúde das pessoas atingidas pela lama tóxica.

A busca por reparação continua por meio de ações judiciais individuais e coletivas movidas pelos atingidos, assim como pela atuação de organizações sociais e entidades de defesa dos direitos humanos. O objetivo é garantir que as vítimas sejam devidamente indenizadas e compensadas pelos danos sofridos e que a Vale seja responsabilizada de forma integral pelos impactos causados, uma vez que a empresa não considera todos os atingidos dignos de reparação e justiça. Nesse cenário, recordo-me dos poderes do luto (BUTLER, 2004), no qual o luto pode ser um espaço político onde ocorrem negociações sobre quais vidas são consideradas valiosas e dignas de serem lamentadas, ocorrendo uma tendência de privilegiar algumas vidas em detrimento de outras, onde essa seleção é feita numa relação de desigualdades sociais e estruturas de poder, como afirma a autora:

As vidas são defendidas e mantidas diferencialmente, e existem formas radicalmente diferentes através das quais a vulnerabilidade é distribuída através do globo. Algumas vidas serão bastante protegidas, e a revogação das suas alegações à santidade será suficiente para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não encontrarão uma defesa tão rápida e furiosa e nem sequer se qualificarão como vidas “passíveis de luto” (BUTLHER, 2004, p. 44)

No caso do desastre em Brumadinho, o luto tornou-se uma arena política, na busca constante por reparação por conta das diversas vidas perdidas, o luto transformou-se em luta. Butler sugere que o poder do luto reside na sua capacidade de mobilizar afetos e criar uma base para a ação política. A autora destaca que o luto coletivo pode ser uma forma de resistência e transformação social, levando as pessoas a questionarem as estruturas de poder e a exigirem justiça para todas as vidas.

Haveria algo a ganhar com o luto, com a sua persistência, com a nossa contínua exposição à sua força insuportável e mesmo assim não tentar resolvê-lo pela violência? [...] Se permanecêssemos com a sensação de perda, nos sentiríamos apenas apáticos e impotentes, como alguns podem temer? [...] Enlutar e transformar o luto em um recurso para a política não é resignar-se à inação. (BUTLHER, 2004, p. 51)

Uma das formas dos enlutados de Brumadinho buscarem reparação foi através da criação da AVABRUM⁵⁵, que tem publicado em seu site institucional seus objetivos:

- Reunir e organizar os familiares das vítimas e atingidos da tragédia crime do Rompimento da Barragem I na Mina de Córrego Feijão – Vale, ocorrido em 25/01/2019;
- Lutar pela defesa de todos os direitos e interesses dos que sofreram com a morte de seus entes queridos;
- Exigir a apuração em todas as esferas administrativas e judiciais (civil e criminal) das causas que levaram ao rompimento da Barragem I da Mina de Córrego Feijão da empresa Vale, ocorrido em 25/01/19, em cumprimento das funções legais e constitucionais que incubem ao Poder Público;
- Auxiliar os associados a obter, perante o Poder Público e os responsáveis pela tragédia/crime, todas as informações pertinentes ao sinistro, bem como obter reconhecimento de seus direitos;
- Zelar para que os serviços de assistência social que a entidade eventualmente se dedique aos associados familiares e vitimados, sejam prestados, sempre que possível, de forma inteiramente gratuita;

⁵⁵ A Associação Dos Familiares De Vítimas E Atingidos Da Tragédia Do Rompimento Da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho, foi constituída por Assembleia Geral realizada em 09 de agosto de 2019, com sede e foro na Cidade de Brumadinho, designada pela sigla AVABRUM, constituiu-se sob forma de associação por prazo e duração indeterminado, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, e sem cunho político partidário. Fonte: <https://avabrum.org.br/estatuto/>. Acesso em 20/08/2023.

- Defender seus Associados perante os órgãos públicos em Geral, inclusive junto ao Poder Judiciário com ações judiciais cabíveis, defendendo-os da primeira à última instância por meio de seus advogados, bem como extrajudicialmente perante órgãos públicos e privados e denúncias internacionais;
- Utilizar de todos os meios legais possíveis para mobilização dos interessados e sensibilização governamental, com divulgação na imprensa escrita, falada ou televisionada, cinematografada ou pela internet, ou por meios similares ou sucessores, acompanhando sempre a natural evolução tecnológica, por meio de terceiros ou por meios próprios.⁵⁶

Uma das principais solicitações dos parentes das vítimas do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho era a criação de um memorial destinado a celebrar a memória daqueles que perderam suas vidas, carinhosamente denominados como "Jóias" por seus entes queridos. O propósito desse memorial, na visão dos parentes, representados pela Avabrum, é eternizar a jornada das vítimas, assim como preservar a história de seus familiares e amigos, que permaneceram não somente com a dor da ausência e as recordações, mas também com o firme desejo de prestar uma justa homenagem a cada uma dessas preciosas "Jóias". As jóias não como patrimônio, como apontam DUPIN e PEREIRA (2021)

Não por acaso, ainda sob o efeito do terror vivido após o imenso vazamento tóxico, os bombeiros, policiais, familiares e voluntários que se juntaram para realizar buscas dos desaparecidos após o desastre nomearam tais pessoas como 'jóias', como um bem precioso que historicamente se busca por meio da atividade mineradora, um trabalho subterrâneo. Nesse caso, porém, a joia não corresponde a um patrimônio econômico, mas familiar e humano. Os parentes, amigos e vizinhos dos desaparecidos passaram a representar os soterrados sob a forma de um símbolo central das narrativas que conformam a identidade primeira de Minas Gerais, ligada a suas cidades patrimonializadas. (DUPIN & PEREIRA, 2021)

Em março de 2020, ocorreu a seleção do local e do plano para um empreendimento, e os membros da Avabrum, fizeram a escolha entre duas propostas arquitetônicas distintas apresentadas pela empresa Vale. A proposta vitoriosa foi desenvolvida pelo escritório do arquiteto Gustavo Penna, um profissional renomado em Minas Gerais, notório por sua contribuição na edificação de um museu dedicado à obra de Aleijadinho, localizado na cidade histórica de Congonhas, cidade que está inserida no Quadrilátero Ferrífero.

Uma das lutas da Avabrum é ter a governança do Memorial em homenagem às vítimas do rompimento, construído na região do desastre. A inauguração do espaço, que inicialmente

⁵⁶ Disponível em: <https://avabrum.org.br/about-us/>. Acesso em 02/07/2023

estava programada para janeiro de 2023, enfrentou obstáculos nas negociações com a mineradora em relação à governança. Diante dessas dificuldades, os familiares estão empenhados em garantir que a abertura ocorra somente após o cumprimento integral de todos os aspectos legais que assegurem uma gestão plena e efetiva da Fundação que será estabelecida para essa finalidade.

A abertura do espaço se tornou um ponto de luta e reivindicação por parte dos familiares, que buscam assegurar que todas as medidas necessárias sejam tomadas para uma gestão transparente, responsável e comprometida com os interesses e direitos dos afetados pelo desastre. A garantia de uma governança adequada é fundamental para que o espaço seja um local de acolhimento, memória e justiça, atendendo às necessidades e anseios das vítimas e suas comunidades.

Essa batalha pela governança plena reflete o compromisso dos familiares em não aceitar atalhos ou acordos que possam comprometer a integridade e efetividade do espaço. Eles buscam garantir que todos os requisitos legais e éticos sejam cumpridos de forma rigorosa, visando construir uma fundação sólida e capaz de promover a devida reparação e transformação diante das consequências trágicas do desastre. Dessa forma, a luta pela inauguração do espaço após o cumprimento integral dos aspectos legais e a criação de uma fundação bem estruturada evidencia a determinação dos familiares em construir um ambiente que honre a memória das vítimas, promova a conscientização pública e busque a justiça e a prevenção de futuros desastres semelhantes.

A construção do memorial em homenagem às vítimas do desastre em Brumadinho, para DUPIN & PEREIRA (2021), tem como características a emoção e o luto.

[...] o projeto do memorial enfatiza os sentimentos que singularizariam a comunidade emocional das vítimas, as quais enfrentaram perdas irreversíveis em suas redes familiares, de amigos, do trabalho, de vizinhança etc. A proposta inclui o registro e a exibição dos nomes e retratos de cada uma das vítimas fatais, servindo como um espaço de visitação e expressão de dor coletiva para moradores locais e turistas sensibilizados pela tragédia. Trata-se, logo, de um memorial pautado pela emoção e pelo luto, que coloca questões importantes sobre o tipo de estratégia política e arquitetural a ser adotado para se tratar da memória negativa de um trauma. . (DUPIN & PEREIRA, 2021)

A instauração de memoriais em homenagem às vítimas no território brasileiro é uma empreitada de grande complexidade, englobando uma multiplicidade de dimensões. Este enfoque compreende a criação de locais com relevância política, o clamor por justiça, a preservação da memória e o luto coletivo. No contexto da erigência desses memoriais, emergem variados impulsionadores e protagonistas, torna-se patente desde a intervenção

política por parte de entidades relacionadas aos eventos até as mediações empreendidas por especialistas, sem descurar das resistências manifestadas por aqueles que vivenciaram de perto os traumas.

Originados a partir de um espectro diversificado de ações, uma série de elementos patrimoniais surge como resultado dos anseios daqueles que detêm poder ou daqueles que se opõem à situação. Nas palavras de Fabri, torna-se evidente a formação de redes que desempenham o papel de ativar a memória (FABRI, 2013). A configuração desses memoriais, bem como o desenrolar de fases como o planejamento, a execução e a manutenção, depende sobremaneira dos tipos de agentes envolvidos nos processos de construção. Em decorrência disso, tais agentes definirão a maneira pela qual esses espaços serão concebidos e administrados, além de outras características inerentes aos mesmos. No caso da construção do Memorial em Brumadinho pela própria empresa causadora do desastre, há que se refletir sobre esse cenário, pois são espaços concebidos como locais para evocação dos eventos traumáticos e honrar suas vítimas fatais. Eles se baseiam na criação de um sentimento coletivo, uma espécie de "luto compartilhado", que evita explorar a longa história de manifestações e lutas sociais em prol dos direitos das pessoas afetadas por barragens e empresas mineradoras em atividade em Minas Gerais (DUPIN & PEREIRA, 2021). Utilizando o luto como catalisador para gerar um senso difuso de solidariedade com as vítimas de crimes ambientais e sociais, a construção desses memoriais se manifesta como uma intenção que molda a percepção da paisagem e sua relação com a passagem do tempo.

Apesar da importância de honrar a memória das vítimas fatais como parte integral das reparações para as famílias e os amigos que sofreram, os monumentos financiados pelas empresas de mineração apresentam uma perspectiva de memória que pode ser considerada distópica (DUPIN & PEREIRA, 2021), surgindo dos desastres significativos na indústria mineral. Esses memoriais constroem uma narrativa em torno dos eventos críticos, que pode inadvertidamente diminuir a atenção aos conflitos em curso decorrentes da exploração e das transformações na paisagem, tal como era percebida e vivida pelas comunidades locais. Em vez de adotar uma visão mais abrangente da paisagem como um registro da passagem do tempo e das influências da mineração, esses memoriais concentram-se em um momento específico, isolando-o da série de eventos e evoluções ambientais provocadas pela atividade mineradora ao longo dos séculos.

Os atingidos por barragens têm se organizado de diversas maneiras para lutar por seus direitos e buscar justiça diante dos impactos causados por esses empreendimentos. Algumas das formas de organização e luta incluem:⁵⁷

1. Movimentos e associações: Os atingidos têm se unido em movimentos e associações locais, regionais e nacionais para fortalecer sua voz e pressionar por seus direitos. Esses grupos buscam representar os interesses e necessidades das comunidades afetadas, além de promover a troca de informações, mobilização e articulação de estratégias de luta.
2. Mobilizações e protestos: A realização de mobilizações, manifestações e protestos é uma forma de chamar a atenção da sociedade e das autoridades para os impactos das barragens. Os atingidos se organizam para realizar ações coletivas, como ocupações de áreas afetadas, bloqueios de estradas e participação em marchas e vigílias, visando amplificar suas demandas e pressionar por mudanças.
3. Diálogo com autoridades e empresas: Os atingidos buscam estabelecer diálogo com as autoridades responsáveis pela regulação e fiscalização das barragens, bem como com as empresas responsáveis pelos empreendimentos. Essas negociações visam garantir a participação das comunidades afetadas na tomada de decisões, exigir a reparação dos danos causados e reivindicar melhores condições de vida.
4. Assessoria jurídica e judicialização: Muitas vezes, os atingidos buscam assessoria jurídica para orientação e apoio na defesa de seus direitos. A judicialização é uma estratégia utilizada para responsabilizar as empresas e exigir a reparação pelos danos causados. Através de ações judiciais, os atingidos buscam indenizações, compensações e medidas de mitigação dos impactos.
5. Articulação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil: Os atingidos se articulam com outros movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos

⁵⁷ As formas de organização dos atingidos por barragens podem ser encontradas no Manual dos Atingidos, publicado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), disponível em <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Manual-do-Atingido.-MAB-2005.pdf>. Acesso em 02/07/2023; assim como nos sites institucionais das ATIs Aedas, Guaycui, Cáritas. O site do Jornal A Sirene também apresentam publicações das organizações dos atingidos por barragens, disponível em: <https://jornalasirene.com.br/justica/2022/07/29/o-direito-a-assessoria-tecnica-independente-em-minas-gerais>. Acesso em 02/07/2023

humanos, meio ambiente e justiça socioambiental. Essas parcerias fortalecem a luta coletiva e possibilitam a troca de experiências e apoio mútuo.

6. Mapeamento e documentação dos impactos: Os atingidos realizam o mapeamento e a documentação dos impactos causados pelas barragens, coletando evidências e informações que fundamentam suas reivindicações. Isso inclui a análise dos danos ambientais, sociais e econômicos, bem como o registro de casos de violações de direitos humanos.

Essas formas de organização e luta dos atingidos por barragens visam dar visibilidade aos seus problemas, exigir justiça e reparação, além de buscar a prevenção de novos desastres e a garantia de direitos básicos, como o direito à moradia, ao meio ambiente saudável, à saúde e à participação nas decisões que afetam suas vidas.

Para Zhouri (2013) a categoria “atingido” como um termo utilizado para descrever as pessoas e comunidades afetadas por desastres sociotécnicos, como o rompimento de barragens, é necessário compreender a importância da complexidade e as múltiplas dimensões dos impactos causados por esses desastres, indo além das perdas materiais e analisando também os aspectos sociais, psicológicos, culturais e políticos envolvidos. A autora destaca que a condição de “atingido” vai além da mera vitimização, ressaltando a capacidade de resistência, organização e luta dessas pessoas e comunidades diante dos danos sofridos, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar as vozes e demandas dos atingidos, promovendo uma participação efetiva e inclusiva nas decisões que afetam suas vidas. Ao analisar as dinâmicas de poder presentes nesses contextos, é necessário questionar os modelos de desenvolvimento predatórios e as relações assimétricas entre empresas, Estado e comunidades afetadas, como podemos observar abaixo:

[..] no interior do paradigma da adequação, o dissenso é eliminado por meio das tentativas de restringir a fala dos atingidos ao lugar em que se espera que eles falem: o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso. A possibilidade igualitária de que o grande empreendimento retroceda ou pare em nome dos projetos tradicionalmente existentes no local, ou dos direitos diferenciados da cidadania, está fora do horizonte das decisões. A obra é inexorável e se torna ainda mais fortalecida à medida em que consegue evocar categorias cada vez mais abstratas (progresso, civilização, desenvolvimento etc.) e se apresentar em nome de uma coletividade igualmente abrangente (a nação, o interesse nacional etc.), escamoteando, por esta via, a lógica privada da apropriação e da acumulação capitalista. Neste contexto, por oposição, a categoria de atingido é confinada ao espaço dos “interesses localizados” de “grupos minoritários”.

O atingido é então fragmentado e individualizado por uma visão cartorial e patrimonialista, viabilizada pelo instrumento padrão denominado cadastro de atingidos. À pretensão de compensação e de mitigação, o cadastro acaba por

produzir uma violência insidiosa ao reconhecimento das diferenças societárias realmente existentes em um país pluricultural como o Brasil. De fato, o cadastro conjuga nome, chão e tijolos. Ou seja, ele é uma listagem constituída preferencialmente pela categoria de proprietários (sujeito individualizado), seu terreno e suas “benfeitorias”. Ao se tornar “número”, o indivíduo pode ser contabilizado e possivelmente “indenizado”, conformando-se à padronização e à racionalização promovidas como instrumento a serviço da regulação e do controle, lógica da governamentalidade amplamente discutida por Foucault (1986). (ZHOURI, 2013, p.91)

Os moradores da Comunidade Cachoeira do Choro, também lutam por reparação e justiça. Eliana Marques, pescadora e liderança comunitária da região de Cachoeira do Choro, em Curvelo, sempre se engajou nos debates sobre questões coletivas. No entanto, com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, sua vida e a de seus amigos, familiares e vizinhos foram profundamente afetadas pelas múltiplas violações de direitos decorrentes do impacto da lama no Rio Paraopeba. A falta de acesso à água potável e a incerteza sobre a contaminação do rio são alguns dos problemas mais urgentes enfrentados pela comunidade. Durante sua participação no Tribunal Permanente dos Povos (TPP⁵⁸) em Defesa dos Territórios do Cerrado, Eliana teve a oportunidade de expor e compartilhar essas preocupações, destacando a importância de dar voz aos atingidos e evidenciar os impactos devastadores causados pela tragédia ambiental. Sua participação no Tribunal foi uma oportunidade de denunciar as violações de direitos, reivindicar ações de reparação e buscar justiça para sua comunidade. Em publicação no site da Fundação Guaicuy, ela declarou

Foi importante estar em um lugar de alcance mundial para contar o que a Vale faz com a gente. Contar que diante desse acordo feito com Governo de Minas ela nos prendeu debaixo da lama junto das 272 pessoas mortas, pois paralisou nossas vidas, nos tirando até o direito de ter água em casa.

Através de sua atuação como liderança comunitária e sua participação no TPP, Eliana busca conscientizar a sociedade sobre as consequências sociais e ambientais das atividades mineradoras descontroladas, enfatizando a necessidade de medidas efetivas de proteção dos territórios, garantindo o acesso à água limpa e segura para as comunidades afetadas.

⁵⁸ O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) é um tribunal de opinião formado por juristas e especialistas independentes de diversas áreas. Foi estabelecido em 1979 como uma iniciativa da sociedade civil para examinar e julgar violações dos direitos humanos, crimes ambientais e outras injustiças que não são abordadas pelos tribunais convencionais. Diferente dos tribunais estatais e internacionais, o TPP não possui poder de impor sanções legais ou tomar decisões juridicamente vinculativas. No entanto, suas sentenças e relatórios têm um peso moral e político significativo, e visam dar visibilidade e denunciar violações cometidas por Estados, empresas multinacionais e outras entidades. O TPP opera como um fórum para as vítimas de violações de direitos humanos e crimes socioambientais, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e documentadas. Além disso, busca contribuir para a conscientização pública, mobilização social e pressão por justiça e mudanças sistêmicas. Fonte: <http://www.tppitalia.org/>



Figura 100: Moradores da Cachoeira do choro protestam.
Autor: INSTITUTO GUAICUY.

Os indivíduos e comunidades afetados por barragens estão na linha de frente de uma batalha que vai além da mera recuperação de suas perdas materiais. Eles estão lutando por seu direito de ter voz nas decisões que impactam seus territórios, de receber informações claras e transparentes, de ter acesso à saúde e segurança adequadas, e de serem tratados como cidadãos de pleno direito. Essa luta busca a justiça, a dignidade e um futuro sustentável. Os atingidos por barragens não são apenas vítimas, mas agentes com direitos, que se unem em busca de justiça socioambiental. Sua luta vai além da reparação material, buscando também o reconhecimento de sua dignidade e o direito a viver em um ambiente saudável e sustentável.

CONCLUSÃO

O desastre em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, deixou marcas profundas na cidade e nas vidas das centenas de famílias afetadas. Classificado como um dos maiores desastres industriais, ambientais, trabalhistas e humanitários do mundo, ele expôs a falha no sistema de segurança de barragens e as consequências devastadoras que podem resultar desse tipo de tragédia. As repercussões do desastre foram diversas e impactaram negativamente a saúde física e mental da população afetada. Além das vidas perdidas, houve uma série de desafios enfrentados pelas comunidades atingidas, como a deterioração da saúde, desorganização dos modos de vida, restrição do acesso aos recursos naturais e aumento dos custos econômicos. A luta por reconhecimento e garantia de direitos tornou-se uma batalha constante para os atingidos.

Esse desastre e outros ocorridos no Brasil revelam a necessidade de uma revisão rigorosa das práticas da indústria neoextrativista e uma maior responsabilidade das empresas e do Estado na proteção das comunidades e do meio ambiente. A exploração mineral, muitas vezes, é acompanhada pela flexibilização das leis de proteção ambiental, pelo domínio das narrativas de desenvolvimento e pela naturalização da mineração como vocação do estado e do país. A lógica capitalista, que busca o desenvolvimento a qualquer custo, muitas vezes ignora os impactos sociais, ambientais e humanos das atividades extrativistas. O discurso da sustentabilidade utilizado pelas corporações busca legitimar suas ações, mas os efeitos derramados da mineração são sentidos em várias esferas da vida, como exclusão social, contaminação do meio ambiente, violação de direitos humanos e afetação da saúde.

Diante dessas tragédias, é fundamental repensar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração indiscriminada dos recursos naturais. É preciso promover uma transição para práticas mais sustentáveis, garantindo o respeito pelos direitos das comunidades afetadas e a preservação dos ecossistemas. Somente assim será possível evitar que novos desastres como o de Brumadinho ocorram e construir um futuro mais justo e equilibrado para todos.

O desastre em Brumadinho revelou não apenas os impactos materiais e ambientais causados pela mineração predatória, mas também as consequências emocionais, sociais e simbólicas que afetaram profundamente as comunidades atingidas. A morte repentina e trágica de centenas de pessoas resultou na interrupção dos rituais de despedida e luto, impedindo as famílias de honrar seus entes queridos e dar sentido à perda. A morte, como um fato social, envolve não apenas o indivíduo falecido, mas toda a estrutura social e as relações que ele mantinha em vida. Os rituais fúnebres desempenham, nesse sentido, um papel fundamental na construção de crenças, valores e práticas de sociedade, proporcionando um caminho para compreender e lidar com as transformações que a morte provoca.

Em Brumadinho, a espera angustiante pelos corpos ainda desaparecidos prolongou o processo de luto e impediu a realização adequada dos rituais funerários. A importância desses rituais na nossa sociedade ocidental foi negada, privando as pessoas de honrar seus entes queridos, construir memórias e vivenciar o processo de luto de maneira completa. Além disso, o desastre revelou as múltiplas mortes que ocorreram, não apenas das vítimas humanas, mas também do rio, do território, dos modos de vida e da saúde. Essas mortes têm ressonâncias profundas na sociedade, afetando a qualidade de vida daqueles que as sofreram e retirando sua cidadania e dignidade.

Portanto, além das reparações materiais e financeiras, é fundamental compreender as dimensões emocionais, sociais e simbólicas dessas mortes e desastres. A vida vai além das funções fisiológicas, é uma trajetória de experiências, sensações, memórias, relações e celebrações, ideações. É necessário reconhecer e abordar as consequências mais amplas e profundas desses desastres, buscando caminhos de reabilitação e reconstrução que considerem o bem-estar emocional e social das pessoas, famílias e comunidades afetadas.

Em Brumadinho e nas demais comunidades atingidas, as relações de pertencimento, território e memória foram extremamente abaladas e transformadas com o rompimento da Barragem de Rejeitos da Vale S.A, na região do Córrego de Feijão. Além das perdas materiais e econômicas, vidas foram perdidas em meio ao lamaçal, perderam-se corpos, perderam-se territórios. Ocorreu a transformação do “Outro” em mera categoria administrativa como “atingido”. Da vida dos atingidos, que era tranquila, sossegada, estabelecida, surge o conflito no qual se pode colocar um preço, a fim de contê-los, a despeito dos direitos individuais e coletivos inalienáveis e prescritos constitucionalmente.

Em nome dos interesses econômicos da exploração minerária, disfarçados em desenvolvimento e modernidade, ocorre a flexibilização das normas ambientais, o que permite o não cumprimento das leis, definindo os moradores da Região do Córrego do Feijão, a partir da classificação de atingidos emergenciais ou não emergenciais, em benefício da Vale S.A., pois não há conflito entre os interesses do Estado e a Iniciativa Privada.

A destruição causada pela lama das barragens de rejeitos teve um impacto devastador na paisagem e na ecologia ao redor do rio Paraopeba. Os sinais visíveis desse sofrimento podem ser observados nas mudanças físicas, biológicas e ambientais que ocorrem na região. A presença de substâncias tóxicas na água, a diminuição do nível de oxigênio e a morte de peixes e outras formas de vida aquática são indicadores claros de que o rio está enfrentando um processo de degradação e morte. Os rejeitos liberados continham uma mistura de água, minerais e resíduos tóxicos resultantes da atividade de mineração, principalmente de minério de ferro. Essa contaminação prejudica não apenas a biodiversidade local, mas também afeta diretamente as comunidades que dependem do rio para atividades econômicas, como a pesca e a agricultura. Além disso, os danos ambientais se estendem além das fronteiras locais, pois a água contaminada pode se espalhar para outras áreas, afetando ecossistemas mais amplos.

É crucial que sejam tomadas medidas urgentes para mitigar os danos causados pela lama de rejeitos e buscar regulações mais restritivas, rígidas e efetivas a mineração. Isso envolve a implementação de políticas mais rigorosas de proteção ambiental, o monitoramento contínuo da qualidade da água e a responsabilização das empresas envolvidas. Além disso, é

importante investir em alternativas mais sustentáveis para a extração de recursos naturais, a fim de evitar futuros desastres ambientais e proteger a vida dos rios e ecossistemas.

A história da pesca no Rio Paraopeba revela a importância dessa atividade para as comunidades ribeirinhas. Desde as práticas tradicionais dos povos indígenas, passando pela influência da colonização europeia, até a conformação da formação social regional, a pesca tem fornecido alimento, sustento e práticas culturais para aqueles que vivem às margens do rio. No entanto, a pesca no Rio Paraopeba enfrentava desafios significativos devido à sobrepesca, poluição e degradação ambiental. A atividade humana, incluindo a mineração e a poluição proveniente de atividades industriais e urbanas, tem impactado negativamente o rio, reduzindo a disponibilidade de peixes e ameaçando a sustentabilidade da pesca na região.

Apesar dos desafios, o Rio Paraopeba manteve sua importância econômica e cultural ao longo do tempo. Além de ser utilizado para a irrigação de plantações e o abastecimento de cidades e vilas, o rio atrai turistas e praticantes de esportes aquáticos devido à sua beleza natural e potencial recreativo. Para garantir a preservação e o uso sustentável dos recursos do Rio Paraopeba, é essencial adotar medidas de proteção ambiental, promover práticas de pesca responsável e buscar soluções para reduzir a poluição e a degradação do rio. É importante reconhecer o valor cultural e econômico da pesca para as comunidades locais e trabalhar em conjunto para garantir a conservação desse importante recurso natural.

Em conclusão, o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho teve consequências devastadoras, não apenas para as pessoas oficialmente consideradas desabrigadas, mas também para diversas populações que tiveram suas vidas e territórios profundamente afetados. A perda simbólica, cultural, econômica, emocional e familiar é imensurável, com centenas de crianças órfãs e a quebra de laços com amigos, vizinhanças e lugares de referência, incluindo a relação íntima com o rio Paraopeba.

A comunidade Cachoeira do Choro, em particular, sofreu severamente com a lama de rejeitos, uma vez que sua dinâmica socioeconômica dependia completamente do rio Paraopeba. A interrupção das atividades pesqueiras, a contaminação da água e a destruição do ecossistema afetaram diretamente a subsistência e a identidade cultural dos moradores. A recuperação desse importante ecossistema e a reconstrução dos laços sociais e culturais são desafios cruciais para as comunidades afetadas.

Além disso, é fundamental destacar que a condição de "atingido" vai além da mera vitimização. As pessoas e comunidades afetadas têm demonstrado uma incrível capacidade de resistência, organização e luta diante dos danos sofridos. Eles estão buscando justiça,

reparação, reconhecimento de seus direitos e participação efetiva nas decisões que afetam suas vidas.

Essa luta não se limita à recuperação das perdas materiais, mas também questiona os modelos de desenvolvimento predatórios e as relações assimétricas entre empresas, Estado e comunidades afetadas. Essa luta coletiva busca transformar o luto em luta, promovendo mudanças estruturais e garantindo que tragédias como a de Brumadinho não se repitam. É essencial que a sociedade como um todo apoie e reconheça a importância dessas demandas, dando voz aos atingidos, respeitando seus direitos e contribuindo para um futuro mais justo, equitativo e sustentável.

5 - REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto**. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- ARBEX, Daniela. **Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
- ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução de João Perez. São Paulo: Elefante, 2020.
- ACOSTA, A. **Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición**. In **Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda**. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto; **BRAND, Ulrich**. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Editora Tomo, 1997.
- ALIMONDA, Héctor. Debatendo o Desenvolvimento na América Latina. In: STIFTUNG, Heinrich. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Série Democracia. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 2012. pp. 18 - 31. Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final_2.pdf#page=20>. Acessado em maio de 2019.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Lisboa: Coleção Arte Comunicação, n. 12, 2015.
- BAKEWELL, Peter. **Miners of the Red Mountain: Indian labor in Potosí, 1545-1650**. University of New Mexico Press, 1994.
- BEBBINGTON, A. CONNARTY, M., COXSHALL, W. O'SHAUGNESSY, H. and WILLIAMS, M. Mining. and development in Peru, with special reference to the Rio Blanco Project, Piura. London. Peru Support Group. In: Peru as: **Minería y Desarrollo en Perú con especial referencia al Proyecto Río Blanco, Piura**. Instituto de Estudios Peruanos/CIPCA/Oxfam International/Peru Support Group, 2007.
- BECK, Ulrich. **Risk society. Towards a new modernity**. Londres: Sage Publications, 1998.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Cap. 11: Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais (Brasil): Trajetória histórica. In: ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E., (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Anablume, 2016. pp. 160 - 278.

CASTRIOTA, L. (2019). **Lidando com um patrimônio sensível. O caso de Bento Rodrigues, Mariana MG**. *Arquitextos*. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>

CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio D. (Org.) **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA/UFPa, 2019.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: **A experiência etnográfica - antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1998.

COELHO, Tádzio P.. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero**. *Intratextos*, Rio de Janeiro, número especial 03, 2012, pp. 101-146.

COSTA FILHO, A. Territorialidades afro-indígenas e Políticas de Reconhecimento. In: Lourdes Carril (Org.). **Territorialidades afro-indígenas e lutas pelo reconhecimento**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2022, v.1, p. 161-189.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur & LOCK, Margaret. Introduction. In. **Daedalus. Special Issue on Social Suffering**, vol. 125, n. 1, 1996, pp. XI-XX.

DAS, Veena. **El acto de presenciar. Violência, conocimiento envenenado y subjetividade**. In.: Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia / Instituto Pensar, 2007, p.217-250.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 37, p. 9 a 41 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de maio de 2023.

DAS, Veena. **Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DESCOLA, Philippe. “Ecologia e Cosmologia”. In: Antonio Carlos Diegues (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC/NUAPUB-USP. 1997. Pp. 149-163.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

DUPIN, Leonardo Vilaça & Pereira, Edilson. (2022). De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(3), e20210104. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0104

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e Morrer**. Tradução: Plínio Dentzien – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <<https://cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>>. Acessado em junho de 2023.

FABRI, S. M. **Lugares de memoria y marcaciones territorial: sobre la recuperación de los centros de detención en Argentina y los lugares de memoria en España**. Revista Colombiana Cuadernos de Geografía, v. 22, n.º 1, p. 93-108, ene.-jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/36307/37941>. Acesso em: 10 nov. 2018. (Artigo em Periódico Digital)

FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. **Mineração em serra tanto bate até que seca: A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”, 1917 [1915]. In **A história do movimento psicanalítico**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GODELIER. **Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. São Paulo: Editora Edições Sesc, 2017.

GONÇALVES, Ricardo. **Vale de lama, rio de histórias: uma expedição geográfica no contexto do desastre da mineração na Bacia do rio Paraopeba, Minas Gerais**. Revista de geografia agrária, v. 14, n. 34, p. 338-352, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In CAAP & CLAES (Eds.), **Extractivismo, política y sociedad** (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador e novos extrativismos. As ambivalências do progressismo sul-americano**. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estado-compensador-e-novos-extrativismos-as-ambivalencias-do-progressismo-sul-americano/>, acesso em 12/05/2023

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: Conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016. p. 23-43.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2006;

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. **On the Concept of Snowball Sampling**. *Sociological Methodology*, v. 41, n. 1, p. 367-371, ago. 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami**.

Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LASCHEFSKI, Klemens. “Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso.” IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) **FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, no prelo, 2014.

LE GOGG, J., e TOUBERT, P. **Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?**, em Actes do 100e Congrès National des Sociétés savantes, Paris, 1975, Secrétariat d'État aux Universités, Paris, 2003.

LEONEL, M. **A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Malinowski. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L.; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; GIFFONI PINTO, R.; GONÇALVES, R.; COELHO, T. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco Vale BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco Vale BHP Billiton**. pp. 17-49. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: Norma Valencio et al (orgs). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Editora RIMA, 2009.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do Espírito humano: a noção de pessoa, a de “Eu”; in **Sociologia e Antropologia**; tradução: Paulo Neves - São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p.367-398.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. R. Pós Ci. Soc., v.10, nº 19, jan/jun. 2013. pp. 119-148.

MILANEZ, B.; LÓPEZ, D.; SCOTTO, G.; MANSUR, M.; SANTOS, R. Introdução. In: MALERBA, Julianna (org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. pp. 19 – 25.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Publicações Europa América, s/d, 1988.

NEDEL OLIVEIRA, V. H. Desafios para a pesquisa no campo das Ciências Humanas em tempos de pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 14, p. 93–101, 2021.

NIXON, Rob. Introduction. In: Rob Nixon, **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011, pp. 01-44.

NUNES, E. S. **Transformações Karajá: os “antigos” e o “pessoal de hoje” no mundo dos brancos. Tese de Doutorado** – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2016.

OLIVEN, Ruben George. **A Fabricação do Gaúcho**. In: Ciências Sociais Hoje. 1984, p. 57-68.

OLIVEIRA, João Pacheco - Uma etnologia dos índios misturados?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In **A viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n° 1. pp. 13-37.

OLIVER-SMITH, Anthony – What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: A. Oliver-Smith and S. Hoffman (eds) **The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective**. Routledge, 1999.

OSÓRIO, Vitor. **Bem Viver: neoliberalismo e unidade política**. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

PARKES, Colin. Murray. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta** (Maria Helena Franco Bromberg, Trad.). São Paulo: Summus, 1998.

PEDROSA, Leonardo. **Reavaliação do sistema de classificação de barragens realizado pelo DNPM**. Dissertação de Mestrado. MESTRADO ACADÊMICO EM ENGENHARIA GEOTÉCNICA DA UFOP, 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014a.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992;

REIS. JÃO JOSÉ. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Patrick Arley. A. **Corpos sem nome, nomes sem corpos: desconhecidos, desaparecidos e a constiuição da pessoa**, Ano de Obtenção: 2012.

ROCHA, Cláudia. **Atuação da equipe multidisciplinar do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte frente ao rompimento da barragem b1, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil**. Dissertação de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

RODRIGUES, J.C.1983. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SANTOS, Carolina Junqueira dos **Um lugar para o corpo: fotografias familiares em contexto de luto**. REVISTA M. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 8-29, jan./jun. 2017

Santos; Milanez. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. In: Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, n. 19, 201.

SILVA, P. S. **De pescador a piscicultor: as transformações do processo produtivo dos ribeirinhos no baixo São Francisco.** In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA - REA, 2007. Aracaju. América Equatorial – Cultura na Contemporaneidade, 2007.

SÓLON, Pablo. **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, descrescimento, comuns, ecofemismos, direitos da Mãe Terra e desglobalização.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración em América Latina.** Revista Nueva Sociedad, 244: 30 - 46, marzo-abril. 2013.

THOMAS, Louis-Vincent. **Rites de mort: pour la paix des vivants.** Paris: Fayard, 1985. 294p.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras.** Ilha: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins.** Princeton University Press, 2015. (p. 1-3)

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa Editora, 2009. 280p.

VALENCIO, Norma. **Desastres, tecnicismos e sofrimento social.** Ciência e Saúde Coletiva, 19 (9): 3631 – 3644. 2014.

VALENCIO, Norma. **A Pesca Artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural.** In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. 2006. Quito. Anais... Quito: ALASRU/ FLACSO, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/27%20GT%20Norma%20Felicidade%20L%20S%20Valencio.pdf>>. Acesso em: 05/10/2010.

VALENCIO, Norma. **Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência.** São Carlos: RIMA, 2007.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C. Da Tarrafa ao Tanque-rede: o Processo Político-institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas. In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C. (Orgs.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos institucionais.** São Carlo, SP: Editora Rima, 2003. p. 271 - 93.

VELASCO, H; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela.** Madrid: Trotta, 1997.

VERSIANI, Daniela. **Escritas de si: a alternativa dramática.** XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências, 2008.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, v. 22, n. 44, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté: Os Deuses Canibais**. Rio de Janeiro: Zahar/ANPOCS, 2016.

WOORTMANN, K. “**Com Parente Não se Neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, nº 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990, p.11-73.

ZIEGLER, Jean. **Os vivos e a morte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Introdução: Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 11- 31.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. *Cienc. Cult.* [online]. 2016a, vol.68, n.3, pp.36-40. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext>. Acessado em: 25 abr. 2023.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016b.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos e VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. Artigo publicado In; Andréa Zhouri (org.) **Dossiê Mining, Violence, Resistance**. Vibrant, v. 14, n.2, agosto de 2017, sob o título The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparations and the politics of affectations. <<http://www.vibrant.org.br/andrea-zhouri-raqueloliveira-marcos-zucarelli-max-vasconcelos-the-rio-doce-mining-disaster-in-brazil-betweenpolicies-of-reparation-and-the-politics-of-affectations/>>

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D.. Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) **A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Zhouri (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA. Editorial Iguana, ABA, 2018.

ZHOURI, Andrea. A Desregulação Ambiental e Desastres da Mineração no Brasil: uma Perspectiva da Ecologia Política. IN: CARMO, Eunápio e CASTRO, Edna (Org). **DOSSIÊ desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho** / Edna Ramos de Castro, Eunápio Dutra do Carmo. – Belém: NAEA: UFPA, 2019.

Zhour, A., et al. **Desastres socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: rumo a uma teoria das iniquidades ambientais**. Ambiente & Sociedade, 21(2), 2018, p.35-58.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG , 2014b. p. 111-141.

ZHOURI, A. Megaprojetos e violência epistêmica. Desafios para a ética ecológica. In: FLORIT, L.; SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI JR., A. **Ética socioambiental Barueri**: Manole, 2019b. p. 522-538.

ZHOURI, A. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/vbTZ7tBRGJBwCPYxftpJkw9d/#>, acesso em 20/08/2023.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Essencialidade forjada e danos da mineração na pandemia da Covid-19: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil**, Capítulo 3, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 11/08/2021. Disponível em: http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/08/1_Publicacao_Mine_racao_Covid_2021_.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2023.

REPORTAGENS, SITES E DOCUMENTOS

AEDAS. Disponível em:

< <https://aedasmg.org/?s=doen%C3%A7as>>. Acesso em junho de 2023.
<https://aedasmg.org/governanca-do-memorial-direito-dos-familiares/>. Acesso em junho de 2023.

<https://aedasmg.org/encontro-parque-da-cachoeira-brumadinho/>. Acesso em 01/07/2023.

<https://aedasmg.org/alberto-flores-parque-da-cachoeira-e-parque-do-lago-saiba-como-anda-a-assessoria-da-aedas/>. Acesso em 01/07/2023.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-01/participacao-popular-ainda-e-desafio-para-reparacao-em-brumadinho>>. Acesso em 20/08/2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Disponível em:

<https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-debarragem/RSB_LinguagemSimples>. Acesso em maio de 2023.

< <https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2021/rsb-2021.pdf>>. Acesso em junho de 2023.

AGÊNCIA ESTADO. Rompimento de barragem deixa cinco desaparecidos, 23 jun. 2001. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rompimento-de-barragem-deixa-5-desaparecidos,20010623p19508>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em: <<https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2019/01/28/150013-as-possiveis-causas-da-tragedia-da-vale-em-brumadinho.html>>. Acesso em 01/07/2023.

ANGLO AMERICAN. Disponível em: <<https://www.angloamerican.com.br/nossas-operacoes/mineracao-no-brasil/minas-rio>>. Acesso em maio de 2023.

A PUBLICA. Disponível em <<https://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>>. Acesso em 01/07/2023.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <

AVABRUM: Disponível em:
< <https://avabrum.org.br/about-us/>>. Acesso em 02/07/2023.
< <https://avabrum.org.br/estatuto/>>. Acesso em 20/08/2023.

BLASTINGNEWS. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/brasil/2019/01/video-mostra-o-exato-momento-em-que-a-barragem-de-brumadinho-se-rompeu-002828379.html>. Acesso em aio de 2023.

BLOG DO PEDLOWSKI. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2019/01/25/rejeito-da-vale-que-escapou-em-brumadinho-chegara-a-rio-sao-francisco/>. Acesso em maio de 2023.

BLOG RELICÁRIO. Disponível em Blog:
<<https://relicario.wordpress.com/2015/08/27/cachoeira-do-choro/>>. Acesso em junho de 2023.

BRASIL DE FATO. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/especiais/com-a-morte-do-rio-paraopeba-em-brumadinho-indigenas-pedem-relocacao-de-territorio>>. Acesso em maio de 2023.
< <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/onda-de-lama-da-vale-deve-atingir-19-municipios-de-mg-afirmam-especialistas>>. Acesso em maio de 2023.
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/26/brumadinho-aguas-do-rio-paraopeba-provocam-morte-e-deformidades-em-peixes>>. Acesso em 01/07/2023.

CÁRITAS. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/projeto>>. Acesso em 02/07/2023.

CARTA CAPITAL. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/politica/ativistas-denunciam-dramas-dos-animais-tragados-pela-lama-em-brumadinho>>. Acesso em junho de 2023.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. Disponível em:
<<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=211>>. Acesso em janeiro de 2022.

CNN. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brumadinho-tragedia-faz-2-anos-sem-barragens-desativadas-e-com-disputa-juridica/>>. Acesso em 09/05/2023

ECONOMATICA. Disponível em: <https://economatrica.com/>. Acesso em 09/05/2023

Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/06/925804-humala-vence-eleicoes-presidenciais-no-peru-segundo-resultados-oficiais.shtml>. Acesso em 20/08/2023.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM. Evolução das ações de gestão de barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatórios de água de em empreendimentos industriais e minerários no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

Disponível em:

<http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Gestao_Barragens_2006/barragens_2009/inventrio%20de%20barragens%202009.pdf>. Acesso em: 09/05/2023.

GREENPEACE. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-terra-esta-vomitando/>> Acesso em junho de 2023.

G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ambientalistas-repercutem-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho.ghtml>>. Acesso em 15/08/2019.

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/01/24/brumadinho-400-segmentos-de-corpos-seguem-guardados-no-impl-familias-preferem-esperar-para-sepultar-o-maximo-que-puder.ghtml>. Acesso em 31/05/2023.

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/03/04/relatorio-aponta-que-janeiro-foi-o-mes-mais-chuvoso-da-historia-na-bacia-do-rio-paraopeba.ghtml>>. Acesso em 08/06/2023.

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/27/moradores-de-brumadinho-contam-momentos-de-correria-apos-sirene-anunciar-risco-de-rompimento-de-barragem.ghtml>>. Acesso em maio de 2023.

GRUPO SUNO. Disponível em: <www.suno.com.br/artigos/royalties>. Acesso em maior de 2023.

IBGE. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PIB&text=Todos%20os%20pa%C3%ADses%20calculam%20o,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras>>. Acesso em maio de 2023.

INSTITUTO GUAYCUI: Disponível em:

<<https://guaicuy.org.br/dia-de-luto-e-luta-atos-por-justica-e-reparacao-marcaram-quarto-ano-do-desastre-crime-da-vale-em-brumadinho/>>. Acesso em 01/07/2023.

<<https://guaicuy.org.br/moradores-de-cachoeira-do-choro-protestam/>>, acesso em 02/07/2023.

<https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Boletim-informativo-n8_Doencas-Cronicas.pdf>. Acesso em 01/07/2023.

<<https://guaicuy.org.br/rompimento-da-barragem-da-vale-veja-acoes/>>. Acesso em 01/07/2023.

<https://guaicuy.org.br/wpcontent/uploads/2021/04/Cartilha_PREFEITURAS_Municipios_v5.pdf>. Acesso em 20/08/2023.

GEOSCAN. Disponível em: <<https://www.geoscan.com.br/blog/monitoramento-de-barragem/>>. Acesso em abril de 2023.

JORNAL A SIRENE. Disponível em:

<<https://jornalasirene.com.br/justica/2022/07/29/o-direito-a-assessoria-tecnica-independente-em-minas-gerais>>. Acesso em 02/07/2023.

<<https://jornalasirene.com.br/manifestos/2020/11/25/ecos-da-mineracao>>. Acesso em 20/08/2023.

JORNAL EL PAÍS. Disponível em: El país:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/23/album/1448301345_943414.html>. Acesso em 09/05/2023.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/05/interna_gerais,1067551/mais-uma-vitima-de-brumadinho-e-identificada-e-numero-de-desaparecidos.shtml>. Acesso em 15/08/2019

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/16/interna_gerais,717902/socios-da-herculano-mineracao-sao-indiciados-por-homicidio-doloso-por.shtml>, acesso em 09/05/2023

JORNAL ENVOLVERDE. Disponível em: <<https://envolverde.com.br/quem-sao-as-vitimas-da-lama-no-rio-paraopeba/>>. Acesso em 01/07/2023.

JORNAL HOJE EM DIA. BRAGA, Ernesto. Sobreviventes de barragens rompidas em Minas amargam espera por indenização. Hoje em Dia, 15 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/sobreviventes-de-barragens-rompidas-em-minas-amargam-espera-por-indenizacao-1.359860>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

JORNAL O TEMPO. Disponível em:

<<https://www.otempo.com.br/cidades/familiares-de-vitimas-de-brumadinho-aguardam-novamente-por-retomada-das-buscas-1.2460827>>. Acesso em 31/08/2021

<<https://www.otempo.com.br/cidades/sobrevivente-de-rompimento-de-barragem-em-2001-revive-pesadelo-em-macacos-1.2137574>>. Acesso em 09/05/2023.

JORNAL USP. Disponível em <<https://jornal.usp.br/atualidades/rio-paraopeba-esta-morto-e-perda-de-biodiversidade-e-irreversivel/>>. Acesso em 01/07/2023.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB), disponível em

<<https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Manual-do-Atingido.-MAB-2005.pdf>> . Acesso em 02/07/2023.

NATIONAL FUNERAL DIRECTORS ASSOCIATION (NFDA) - "COVID-19 Funeral & Memorial Information". Disponível em: <<https://www.nfda.org/covid-19-funeral-memorial-information>>. Acesso em abril de 2022.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/04/rompimento-barragem-lama-vale-samarco-mariana-bento-rodrigues-minas-gerais>>. Acesso em maio de 2023.

RELATÓRIO DO PAINEL DE ESPECIALISTAS SOBRE AS CAUSAS TÉCNICAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM I DO CÓRREGO DO FEIJÃO. Disponível em: <<https://bdrblinvestigationstacc.z15.web.core.windows.net/assets/Feijao-Dam-I-Expert-Panel-Report-PORT.pdf>>. Acesso em 20/08/2023.

SINDICATO DOS SERVIDORES ESTADUAIS DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<https://www.sindsemamg.com.br/agua-do-rio-paraopeba-tem-riscos-a-saude-humana-e-animal-confirma-governo/>>. Acesso em dezembro de 2022.

TRIBUNAL DOS POVOS DO CERRADO. Disponível em:

<<https://www.campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/413-serie-ecogenocidio-no-cerrado-15-fasciculos>>. Acesso em 01/07/2023.
<<https://www.campanhacerrado.org.br/biblioteca/14-biblioteca/publicacoes/413-serie-ecogenocidio-no-cerrado-15-fasciculos>>. Acesso em 01/07/2023.

UOL. CUNHA, Thalita Ramos. Rompimento de uma barragem em São Sebastião das Águas Claras. Site Prezi, dez. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1621662-rompimento-de-barragem-em-mina-deixa-tres-mortos-em-mg>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

VALE S.A. Disponível em:

<<https://www.vale.com/pt/home>>. Acesso em 09/05/2023.
<https://www.vale.com/documents/44618/3893145/VALE_RelatoIntegrado2022-BR-final.pdf/34101961-a68e-8259-f169-d465e182074d?version=3.0&t=1683654236380>
Acesso, em 09/05/2023.
<<https://www.vale.com/pt/w/vale-divulga-an%C3%A1lises-de-%C3%A1gua-solo-rejeito-e-sedimento-coletados-no-rio-paraopeba>>. Acesso em 01/07/2023.

VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/videos-mostram-rompimento-da-barragem-de-brumadinho-por-diferentes-angulos>>. Acesso em maio de 2023.

XAPURI SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://xapuri.info/brumadinho-lama-da-vale-chega-a-aldeia-nao-xoha-do-povo-indigena-pataxo-ha-ha-hae-pelo-rio-paraopeba/>. Acesso em maio de 2023.